



OCERGS 50 ANOS

1971 - 2021

OCERGS 50 ANOS – 1971 - 2021

© Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs

Este livro foi revisado segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Preparação e edição | Denise Waskow e Maribel Lindenau

Pesquisa e seleção de imagens | Carolina Rocha e equipe de Comunicação da Ocergs

Crédito de imagens | Arquivo fotográfico Ocergs e Adobe Stock

Capa, projeto gráfico e diagramação | Carolina Fillmann – Design de Maria

Revisão | Isaque Gomes Correa

Catalogação na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

O15

Ocergs 50 anos 1971-2021 / Edgar Schulze, Tarcisio José Minetto,
Márcio Port, et al. – Canoas-RS: Palavra Bordada, 2021.

Outros autores

Rodrigo Auler da Rocha
Margaret Garcia da Cunha
José Zordan
Elton Bozzetto
Silvio Peter
Salus Loch
Irno Augusto Pretto
Adelar Steffler
Letícia Warken
Tatiana Francisco

168 p.; 23 X 25 cm

ISBN 978-65-87552-09-5

I. Organizações gerais. I. Schulze, Edgar. II. Minetto, Tarcisio José.
III. Port, Márcio. IV. Título.

CDD 060

Todos os direitos desta edição reservados à
Palavra Bordada Edição de Livros e
Revistas Ltda.

Rua Taurus, 268
92031-080 — Canoas — RS
55 51 99100-6302
 contato@palavrabordada.com.br
www.palavrabordada.com.br

Índice para catálogo sistemático

I. Organizações gerais

Novembro de 2021

Edgar Schulze
Tarcisio José Minetto
Márcio Port
Rodrigo Auler da Rocha
Margaret Garcia da Cunha
José Zordan
Elton Bozzetto
Silvio Peter, Salus Loch
Irno Augusto Pretto
Adelar Steffler, Letícia Warken, Tatiana Francisco

OCERGS 50 ANOS

1971 - 2021

Canoas, 2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO

NOSSA TRAJETÓRIA IMPULSIONA O FUTURO

7

Vergilio Frederico Perius

PARTE I – HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E DA OCERGS

Edgar Schulze

Introdução

TERRA FÉRTIL PARA A COOPERAÇÃO

13

Capítulo 1

A ORGANIZAÇÃO SISTÊMICA DO COOPERATIVISMO

19

Capítulo 2

UM CHAMADO À UNIFICAÇÃO: NASCEM A OCB E A LEI N.º 5.764/1971 25

Capítulo 3

A OCERGS, SEUS PRESIDENTES, MANDATOS E GESTÕES

29

Capítulo 4

A OCERGS NOS DIAS ATUAIS

59

Referências

71

PARTE II – OS RAMOS DO COOPERATIVISMO E A OCERGS

Capítulo 5

O COOPERATIVISMO DO RAMO AGROPECUÁRIO E SUAS FEDERAÇÕES

78

Tarcisio José Minetto

Capítulo 6

O DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO DO RAMO CRÉDITO

92

Márcio Port

Capítulo 7

Percorso do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços

102

AS COOPERATIVAS EDUCACIONAIS NO ESTADO – *Rodrigo Auler da Rocha*

103

A TRAJETÓRIA DA FETRABALHO/RS – Federação das Cooperativas de TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL – *Margaret Garcia da Cunha*

110

Capítulo 8

O crescimento do Ramo Infraestrutura no estado

118

FECOERGS 50 ANOS – UMA HISTÓRIA DE ENERGIA E COOPERAÇÃO

José Zordan

119

COOPERATIVAS GARANTEM O DIREITO À MORADIA – *Elton Bozzetto*

132

Capítulo 9

Protagonistas do Ramo Saúde no Rio Grande do Sul

144

UNIMED/RS E OS 50 ANOS DO COOPERATIVISMO DE SAÚDE NO ESTADO

Silvio Peter, Salus Loch

145

UMA CAMINHADA COOPERATIVA EM BUSCA DO SORRISO

Irno Augusto Pretto

156

Capítulo 10

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO RAMO TRANSPORTE

Adelar Steffler, Letícia Warken, Tatiana Francisco

162



Nossa trajetória impulsiona o futuro

O caminho percorrido nos 50 anos da Ocergs foi marcado por muitos desafios, superações e realizações, que consolidaram a nossa atuação em prol do cooperativismo. São cinco décadas em que ampliamos o trabalho desenvolvido junto às cooperativas e aos associados, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação do sistema no estado.

Neste livro, que temos a alegria de dividir com vocês para celebrar nosso meio século de existência, apresentamos esse percurso sob duas perspectivas: a primeira parte, de autoria do professor Edgar Schulze, resgata aspectos importantes da história do cooperativismo e da constituição da Ocergs. Já a segunda parte agrega relatos e contribuições de representantes dos diferentes ramos do cooperativismo gaúcho.

Com a colaboração de todos, preparamos esta obra para registrar os 50 anos da nossa criação, pela Lei n.º 5.764/1971, a Lei do Cooperativismo, que foi aprimorada a partir da Constituição Federal de 1988, na qual tivemos intensa participação. A partir daí, com a libertação da vinculação ao Estado, a Ocergs e o Sistema OCB, em nível nacional, fortaleceram o cooperativismo, que se tornou mais autônomo e corajoso.

A atuação da Ocergs está baseada em três pilares. O primeiro deles é a representação política do cooperativismo, junto aos poderes constituídos. O segundo é o registro e a certificação das cooperativas, viabilizando a sua atuação em diferentes segmentos. E o terceiro é o da formação educacional e profissional para garantir o futuro do sistema cooperativo.

Este último pilar se concretizou por meio do Sescoop/RS, criado em 1998, que atualmente investe cerca de R\$ 50 milhões por ano no estado, em iniciativas de qualificação para o cooperativismo. Ele fornece os recursos e meios necessários, inclusive com a Faculdade de Tecnologia de Cooperativismo (Escoop), para preparar a gestão das cooperativas, principalmente no nível de executivos, dirigentes e empregados. É um investimento que tem transformado o cenário das cooperativas e, hoje, a gestão não é mais um problema, e sim uma solução.

Ainda dentro da atuação do Sescoop, outro pilar essencial é o da promoção do lado social das cooperativas, valorizando os associados e suas famílias. Temos trabalhado com muita ênfase nos cursos de 40 horas de líderes de núcleos, que são a alma do processo participativo. Também temos dois programas aos quais damos muita atenção: os projetos com os jovens, como as Cooperativas Escolares, porque daí nasce o futuro; e o trabalho com as mulheres, principalmente no meio rural. Contamos com algumas embaixadoras, para que pudessem exatamente ser lideranças e crescer cada vez mais no cooperativismo. Isso vai ter uma influência muito grande no processo longitudinal, de sustentabilidade ao longo do tempo.

Com essas duas frentes, conseguimos navegar no rumo correto. Certa vez, um escritor polonês comparou as cooperativas com um barco com dois remos, o direito e o esquerdo. O direito é a gestão empresarial e o esquerdo é a participação social. Tem que existir uma sinergia capaz de conduzir os dois remos na mesma velocidade e na mesma força, porque daí o barco vai para frente. E, por



Luiz Junior

meio da Ocergs, somos parceiros para que cada cooperativa possa progredir e avançar.

Para que isso aconteça, é fundamental olhar para a nossa história e conhecer o caminho que trilhamos, com foco na essência do cooperativismo, que são as pessoas. A Organização das Nações Unidas (ONU) nos deu esse encorajamento em 2012, o ano internacional das cooperativas, ao dizer que elas constroem um mundo melhor. Eu diria que, hoje, as cooperativas devem construir um mundo melhor. Somente o cooperativismo tem um modelo econômico diferenciado, em que se remunera pelo trabalho, e que precisa ser avançado.

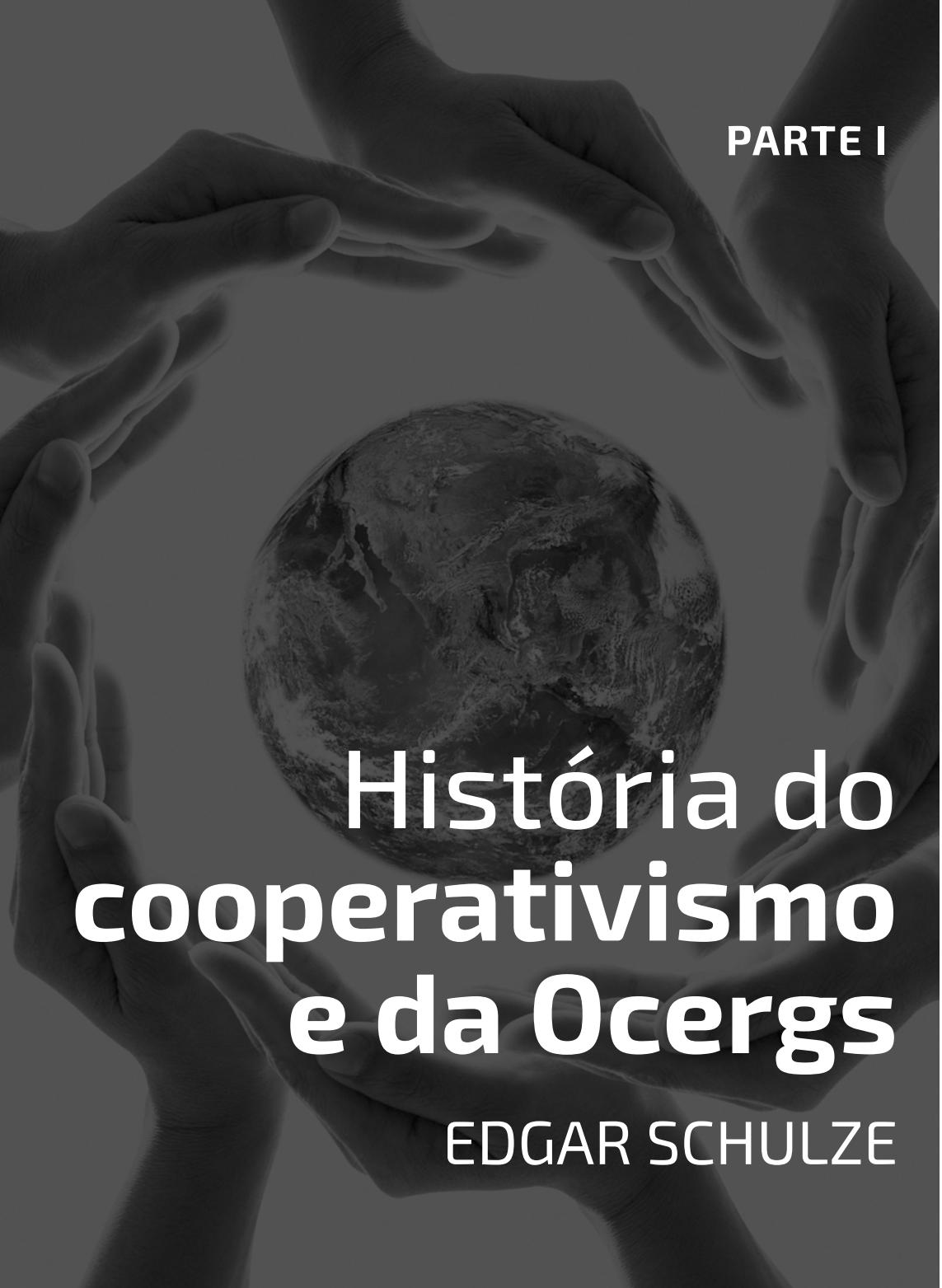
Neste cenário, vejo dois grandes horizontes. O cooperativismo rural precisa, fundamentalmente, se industrializar mais. A agroindústria é um dos setores que mais gera empregos, o dobro do setor de *commodities* para exportação. Precisamos ampliar esse número e vender produtos com valor agregado, empregando mais pessoas e contribuindo com mais tributos para o estado. No horizonte urbano, a possibilidade está nas cooperativas habitacionais, voltadas à construção de moradias populares horizontais. Cada metro quadrado de construção de casa popular gera três empregos, e podem ser utilizados recursos do FGTS para viabilizar esse modelo.

O pensamento cooperativo amadurece e nos mostra que as perspectivas são muito mais amplas do que aquilo que vivemos até agora. Aprendemos com as experiências, muitas delas registradas nesta publicação, e são elas que impulsionam o nosso futuro. A Ocergs continuará atuante como entidade, contribuindo para avançarmos cada vez mais naquilo que é comum a todos nós: a força do cooperativismo. Boa leitura!

Vergílio Frederico Perius

Presidente da Ocergs





PARTE I

História do cooperativismo e da Ocergs

EDGAR SCHULZE



As Missões Jesuíticas se fundamentaram em conceitos que estão na origem do cooperativismo moderno

INTRODUÇÃO

Terra fértil para a cooperação

O Rio Grande do Sul é, desde mais tempo que os historiadores costumam apontar, uma terra fértil para a cooperação. Não foi nele que o cooperativismo, como hoje é praticado no Brasil, começou, mas é o estado que abriga as mais longevas cooperativas e, entre elas, a mais antiga, em funcionamento ininterrupto há mais de 100 anos.

A história que este livro pretende narrar e que trata de cooperação, se inicia no ano de 1971. Mas, para melhor entendê-la, é conveniente conhecer o que aconteceu antes disso. Para tanto, far-se-á uma breve incursão ao passado, procurando identificar as raízes do cooperativismo gaúcho. E, para o início, será necessário recuar quatro séculos!

Em 1750, o Tratado de Madri encerrou um período de confrontos entre Espanha e Portugal ao norte da Bacia do Prata e fixou, como limite, o Rio Uruguai: a leste, Portugal; a oeste, Espanha. Mas havia ali, a noroeste do atual Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná, sudeste do Paraguai e nordeste da Argentina uma civilização economicamente poderosa

e com razoável arsenal militar defensivo, desenvolvida a partir dos anos 1620 entre os aborígenes sob a orientação civilizatória e religiosa dos padres jesuítas. Cumpria removê-la para garantir a ocupação do território sob as novas regras. Tratava-se das Reduções Jesuíticas dos Índios Guarani com, no território que viria a corresponder ao Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões¹.

Ao final das Guerras Guaraníticas, travadas entre 1753 e 1756, pouco restava da grandiosidade das Missões. Encerrando o “ciclo missionário”, em 1759 os jesuítas foram convocados para retornar à Europa. A maioria seguiu a ordem, muitas vezes levando consigo preciosos registros². Mas, em cerca de dois séculos, as ruínas das Missões passaram a ser objeto de estudos que chamaram a atenção para documentos referentes ao seu tempo de grandiosidade e revelavam uma novidade instigante: elas teriam sido um empreendimento fundamentado no ideário que baseia o cooperativismo mundial na atualidade.

Cada uma das Missões constituía uma unidade de produção autossuficiente, com relação de produção do tipo feudal. As famílias cultivavam porções de terra em regime de posse individual e coletiva. A retribuição era sempre representada por produtos, realizados coletivamente (*tupambaé*, “parte de Deus”) ou nas terras de posse familiar (*abambaé*, “parte das pessoas”). O que era reservado à reprodução do sistema econômico, ou comércio, constituía *tabambaé* ou “parte da aldeia”. Havia um cabido rudimentar, presidido por um corregedor

¹ Em 1626, foi criada a primeira Redução, a de São Nicolau, no atual município gaúcho de mesmo nome. (PERIUS, Vergilio. **A origem do cooperativismo**. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2020, p. 28).

² A Companhia de Jesus chegou a ser extinta em Portugal em 1759, e na Espanha, em 1767. Seus membros foram encaminhados para diferentes ordens religiosas. Este processo fez com que preciosos registros trazidos das Missões também resultassem dispersos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus. Acesso em: 8 março 2020.



A experiência missionária
é objeto de estudo de
diversos pesquisadores

indígena eleito pela comunidade³. As Missões praticavam o intercâmbio comercial de seus excedentes segundo a especialização agroindustrial de cada uma e, do que ainda produziam para além de suas necessidades, organizavam exportações para as cidades na Bacia do Prata, litoral atlântico e Europa. A forma como organizavam estas ações é equiparável à forma de cooperativas Centrais⁴.

³ Wikipédia, end. cit.

⁴ Cf. DE MASY, Rafael Carbonell, *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos Gurani (1609-1767)*. Barcelona: Antonio Bosch, 1992 apud PERIUS (2020, p. 45).

Esta releitura da história das Reduções Jesuíticas vem permitindo afirmar que nelas – nas Reduções – eram desenvolvidas práticas condizentes com os conceitos atuais de livre adesão, gestão democrática, distribuição de sobras, educação, integração, indiscriminação e juros módicos⁵.

Com esta análise, estar-se-ia dando razão a todos os pesquisadores que vêm citando os Sete Povos das Missões como um exemplo de cooperativismo, ou, mesmo, como a fonte originária do cooperativismo moderno. A experiência missionária, mais do que um exemplo a orgulhar os gaúchos, teria sido a primeira expressão organizada em bases cooperativas a envolver toda uma comunidade que comprovou perenidade (durou mais que um século, desaparecendo por ter sido destruída por agentes externos), demonstrando sua eficácia (alcançava o resultado desejado), sua eficiência (os recursos disponíveis eram usados da melhor forma possível) e sua efetividade (era permanente na geração de bem estar para seus membros).

Transcorrido meio século, ainda para assegurar os seus direitos sobre o território, as autoridades portuguesas decidiram melhorar a ocupação do solo, a exploração das florestas e a produção de alimentos, passando a estimular a imigração. De forma organizada e massiva, esta se inicia com a chegada dos alemães, a partir de 1824, e dos italianos, a partir de 1875⁶. Houve sucessivas porém inconstantes ondas migratórias que se estenderam até depois da Segunda Guerra Mundial.

5 Tal como interpretadas por Perius em palestras e escritos de circulação restrita, citando DE MASY (op. cit.) e BLUMERS, Tereza. *La Contabilidad en las Reducciones Guaraníes*. Assunción: Universidad Católica, 1992.

6 A imigração alemã minguara fortemente pelo conhecimento que fora dado, na Alemanha, sobre as más condições dos migrados e do não cumprimento de promessas pelas autoridades. A Itália, com grande contingente populacional marginalizado pelas guerras em prol da unificação, tornou-se o novo alvo das autoridades brasileiras e de aliciadores. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_no_Rio_Grande_do_Sul#Antecedentes. Acesso em: 16 março 2020.

Considerando as condições de comunicação e de divulgação existentes à época do início destas duas correntes migratórias e admitindo que as experiências cooperativas modernas na Europa⁷ tenham necessitado em torno de quinze anos para serem bem conhecidas, é crível que a maioria dos imigrantes alemães, tendo aqui chegado antes de 1865, nada ou muito pouco poderiam saber das organizações cooperativas formais⁸. O mesmo se pode pensar em relação aos imigrantes italianos, originados de áreas rurais em conflito de propriedade e/ou empobrecidos e marginalizados pelas guerras pelo *Risorgimento*⁹, ao iniciar sua migração em massa, em 1870. Mas todos tinham alguma vivência em ações comunitárias, tão necessárias para sobreviver aos invernos rigorosos do hemisfério norte, às secas periódicas e aos ciclos de doenças em tempos de medicina rudimentar.

Será sobre esta gente que a atuação persuasiva de padre Theodor Amstad, SJ, a partir de 1886, e os discursos inflamados de Giuseppe di Stefano Paternó, a partir de 1911, lançarão a semente do cooperativismo moderno que, caindo em solo fértil, germinará. Será a partir dos colonos que o cooperativismo formal, dedicado ao crédito por um lado, e à comercialização dos excedentes de produção e ao abastecimento das famílias, por outro, chegará às áreas de produção rural extensiva e aos núcleos urbanos.

⁷ Rochdale (1844) na Inglaterra, Raiffeisen (1846 e 1852) na Alemanha, e Luzzatti (1864) e Wollemborg (1883) na Itália.

⁸ A literatura é rica em afirmar que os imigrantes, mais os alemães que os italianos, já teriam conhecimento de cooperativismo a partir de suas origens. Mas um estudo de linha de tempo desautoriza esta afirmação: é improvável – e mesmo impossível – que eles tivessem o conhecimento no nível que lhes é atribuído.

⁹ O *Risorgimento* ou Ressurgimento é o movimento na história italiana que buscou, entre 1815 e 1870, unificar o país, que era uma coleção de pequenos estados, muitos deles submetidos a potências estrangeiras.



A Ascooper foi fundada em 1956 para representar o cooperativismo gaúcho

CAPÍTULO 1

A organização sistêmica do cooperativismo

Assim como as pessoas se reúnem em cooperativas para alcançar objetivos comuns, também as cooperativas se associam para buscar melhores formas de alcançar os objetivos das pessoas. Enquanto cooperativas, os objetivos comuns podem ter um propósito econômico, ou de defesa de interesses. Na forma clássica, a primeira situação corresponderia às cooperativas Centrais e, a segunda, às Federações de cooperativas. Embora prevalente com relação às Centrais, esta divisão não é corrente no tocante às Federações, já que muitas destas últimas desenvolvem, simultaneamente, ações de defesa e ações de cunho econômico. Mas há situações em que Centrais de cooperativas ou Federações de cooperativas têm também, por sua vez, interesses comuns que recomendem uma ação conjunta. A associação de Centrais ou de Federações se dá sob o título de Confederação de cooperativas.

É corrente a classificação das cooperativas em graus. São de primeiro grau, ou locais, as cooperativas singulares, estabelecidas em uma determinada localidade ou região. São de

segundo grau as Centrais, com atuação na área que corresponda às sócias, e as Federações, usualmente com área de atuação correspondendo a um estado da Federação. São de terceiro grau as Confederações de cooperativas que, em geral, têm atuação com abrangência nacional.

O conhecimento desta estrutura é importante para a compreensão dos avanços do cooperativismo após os primeiros movimentos no país. No início da segunda metade do século 20 e ao longo dos anos 1950, o cenário era de prosperidade.

No meio rural, o cooperativismo de crédito, bem organizado e estruturado, expandia-se sob a coordenação da Central das Caixas Rurais. Entre as cooperativas de vendas em comum, estavam atuantes sete entidades de segundo grau: a Cooperativa Central Madeireira, reunindo cooperativas constituídas por proprietários de serrarias; a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Riograndense (Fecomate), com a quase totalidade das suas associadas beneficiando a erva; a União Sul-Brasileira de Cooperativas (USBC), reunindo as cooperativas coloniais e várias outras especializadas, entre elas as de laticínios, de suinocultores e vinícolas, além de algumas de consumo; a Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (Fecovinho), representativa da Serra Gaúcha; a Federação das Cooperativas de Carnes do Brasil (Fecocarne), então voltada, principalmente, às cooperativas da região de Campanha, assim como a Federação das Cooperativas de Lã do Brasil (Fecolã); e a Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz), associando cooperativas de produtores desta cultura, muitas com agroindústria implantada.

Havia cooperativas que tinham alcançado grande desenvolvimento, implementando o beneficiamento da produção de seus associados: a agroindústria cooperativa prosperava. Na região dos Campos de Cima da Serra, mais para o noroeste do estado, as cooperativas passaram a focar no trigo, atendendo ao programa federal para expansão dessa cultura. E, em todo o interior, havia um clamor por energia elétrica, ao qual as cooperativas foram atendendo.

Nas regiões urbanas, o cooperativismo de crédito fazia alguns ensaios. E as cooperativas de consumo também começaram a surgir.

Com entidades de segundo grau em franca expansão, cooperativas rurais, integradas e não integradas, atingindo grande desenvolvimento e instituições emergentes em atividades diferentes frente às existentes, o cenário era diversificado e otimista. Então, as lideranças passaram a identificar a necessidade de um melhor diálogo com os governos estadual e nacional, que nem sempre se mostravam favoráveis ao cooperativismo.

Surgiu a ideia de uma entidade que pudesse falar em nome de todo o cooperativismo gaúcho. Em âmbito nacional também já havia manifestações nesse sentido. Em 1956, no dia 22 de maio, foi constituída a Associação das Cooperativas Sul-Riograndenses (Ascooper) e, ainda no mesmo ano, a União Nacional das Associações de Cooperativas (Unasco), com sede na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Nela, cooperativistas gaúchos tiveram relevante participação.

Fizeram parte do evento de constituição da Ascooper representantes de três Federações e de duas Centrais de cooperativas gaúchas, além de representantes de 11 cooperativas de primeiro

grau¹⁰. Na ata, ficou registrado que a Ascooper deveria ser uma instituição “que não só representasse o Cooperativismo gaúcho perante os Poderes Públicos, mas se constituísse [em] um órgão capaz de propagar, amparar e aperfeiçoar a Doutrina Cooperativista”.

O mesmo documento revela a preocupação com a admissão de cooperativas já filiadas às Federações, ficando assentado que esta se daria “por uma questão de ordem e disciplina”, por intermédio das entidades (Federações e Centrais) a que estivessem filiadas. Tal registro permite identificar o conflito que se desenhava com a associação de cooperativas singulares que, integrando um segmento organizado, não eram vinculadas à respectiva Federação e/ou Central e, até mesmo, com aquelas atuantes em segmentos não organizados.

De 1960 a 1964, a Ascooper se manteve sob o mesmo presidente, sendo este substituído, num mandato interino de 1964 e 1965, por Edgar de Almeida Perez, ligado à Fecotrigó. A ele se seguiu Bernardino Conte, vinculado à Cooperativa Vinícola Forqueta, que exerceu o cargo de 1965 a 1968. Deste ano até o de 1971, a presidência foi exercida por Tertuliano Bofill, ligado à Fecocarne.

¹⁰ As informações são da Ata de Constituição da Ascooper. As Federações seriam a Fecomate, a Fecovinho e a Fecolã. As Centrais, a União Sul Brasileira de Cooperativas (USBC) e a Cooperativa Central dos Madeireiros. A ata peca por não identificar a entidade de origem de 11 pessoas, entre os eleitos e de outros nela nominados. Uma pesquisa na internet buscando por estas pessoas permite concluir, com alguma certeza, que a Fearroz também participou, além de possivelmente a Fecocarne. O número de 11 cooperativas representadas inclui nomes a elas associados durante a pesquisa. Um dos presentes era, provavelmente, o gerente da agência local do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). A ata registra, ainda, a participação de João Batista Marchese como deputado estadual. Este foi destacado líder do setor, ligado à Cooperativa dos Suinocultores de Encantado (Cosuel).

Até passar por grande transformação, a Ascooper acompanhou e participou do desenvolvimento do cooperativismo gaúcho por 14 anos, 10 meses e dois dias, período final do historiado até agora. A representação nacional da Unasco, por sua vez, não estava sendo aceita por todos e, assim, em 4 de julho de 1964, por iniciativa de lideranças cooperativistas de São Paulo, foi constituída a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) “para ser porta-voz da comunidade cooperativista brasileira”¹¹.

A dupla representação não foi benéfica, mas chamou a atenção das autoridades a quem cada uma delas se dirigia, em nome de todas as cooperativas brasileiras.

A PRIMEIRA DIRETORIA DA ASCOOPER, COM MANDATO DE 1956 ATÉ 1960, ESTEVE ASSIM CONSTITUÍDA:

- **Fernando C. Riet**
Presidente [pecuarista em Uruguaiana]
- **Umberto Lotti**
Primeiro Vice-Presidente (FECOVINHO)
- **Antonio Cândido Franco**
Segundo Vice-Presidente (Coop. Bageense de Carnes)
- **Luiz Antão Rossi**
Primeiro secretário (Coop. de Consumo dos Bancários do RS)
- **Tito Lívio Fay**
Segundo secretário [ligado à Federação das Associações Rizícolas do RS]
- **Januário Gubert**
Primeiro tesoureiro [USBC]
- **Ernesto da Costa Gama**
Segundo tesoureiro [dentista e pecuarista em Guaíba]

¹¹ Sic... Os 50 Anos..., 1983, p. 31.



CAPÍTULO 2

Um chamado à unificação: nascem a OCB e a Lei n.º 5.764/1971

Ao longo da década de 1960 o cooperativismo brasileiro era principalmente rural. E em crise ou fora dela, sua influência como reguladora dos preços praticados nos mercados de produtos agropecuários era relevante, mesmo que ocasionalmente questionada. Sua capacidade de organizar o abastecimento dos produtores com insumos e promover a comercialização e até a industrialização das safras era notória.

Ao país, do ponto de vista governamental, ficou evidenciado que o cooperativismo era – e poderia continuar a ser – um excelente instrumento de execução de políticas públicas orientadas à produção para exportação, substituição de importações e geração de insumos para a agroindústria. Este cenário, conhecido no Ministério da Agricultura, encontrou em Luís Fernando Cirne Lima, ao assumir a pasta no final de 1969, uma pessoa com conhecimento do tema, firmemente intencionado em promover reformas para consolidar e aprimorar a atuação das cooperativas na economia nacional.

Para isso, seria conveniente um novo texto legal, capaz de dar melhor clareza às relações entre Estado e cooperativas, estabelecendo regras precisas sobre a constituição, funcionamento e encerramento de cooperativas. Para solucionar a enigmática equação destinada a contemplar tantos interesses¹², foi chamado o advogado gaúcho Walmor Franke. A partir de um gabinete na Câmara dos Deputados, em Brasília, com relevantes contribuições de Waldírio Bulgarelli e do cooperativista baiano Valdiki Moura, ambos também advogados, iniciou a redação do que viria a ser a Lei n.º 5.764/1971, conhecida como a Lei das Sociedades Cooperativas.

Um dos objetivos perseguidos era dar maior e melhor voz às cooperativas, com o máximo de autonomia possível. Nesta linha, uma das sugestões era a de conceder, a uma entidade representativa do setor, o *status* de órgão técnico-consultivo do governo que tivesse função registral, reunindo todas as cooperativas do país. Neste aspecto, a dupla representação nacional, exercida por Unasco e ABCOOP, constituía um obstáculo. Com o auxílio do secretário da agricultura de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, já uma liderança cooperativista, estas entidades, a primeira presidida pelo gaúcho Tertuliano Bofill e a segunda por Gervásio Tadashi Inoue, do cooperativismo de São Paulo, foram chamadas e intimadas a se unificarem, caso lhes interessasse o *status* oferecido.

¹² O enigma dos interesses governamentais foi resolvido com a confirmação do que já existia: o instituto do órgão normativo com plenos poderes sobre as cooperativas de sua área. A nova partilha estabeleceu: o Banco Nacional da Habitação (BNH), com as cooperativas habitacionais, alvo de uma das mais relevantes políticas públicas do governo de então; o Banco Central do Brasil (BCB), com as cooperativas de crédito, não muito apreciadas pela autoridade monetária; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), com as cooperativas agropecuárias, principal alvo da reforma proposta; e todo o resto (à época, o resto era apenas isto: o resto!). Essa mesma lei aprimora o objetivo, a constituição e o funcionamento de um Conselho Nacional de Cooperativismo, que havia sido instituído no ano de 1959 (Decreto n.º 46.438).



A fusão proposta foi acordada no gabinete do então Ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima, ocasião em que foi firmado um protocolo. Aprovado pelas duas entidades, o documento foi referendado em 2 de dezembro de 1969, em sessão específica realizada no decorrer do 4º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, ocorrido até o dia 6 daquele mês, em Belo Horizonte. Nascia a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Finalizados os entendimentos e os papéis constitutivos, a OCB foi registrada em cartório em 8 de junho de 1970, como a entidade defensora dos interesses do cooperativismo brasileiro.

A organização que estava sendo proposta determinava a estruturação da OCB nos estados da Federação. No Rio Grande do Sul, as tratativas para a adaptação ao novo modelo se iniciaram logo após o 4º CBC, sendo concluídas em 24 de março do ano de 1971, ou seja, 15 meses após a criação da OCB e oito meses antes da aprovação da nova Lei das Sociedades Cooperativas, em 16 de dezembro de 1971.

Assim, sem que tenha ocorrido uma ruptura com o passado, surgiu a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs) que, junto com as cooperativas gaúchas, passou a construir a sua própria história.



O 1º Seminário Gaúcho
de Cooperativismo
inaugurou uma série de
eventos sobre o tema

CAPÍTULO 3

A Ocergs, os presidentes, seus mandatos e gestões¹³

Em 24 de março de 1971, a Ascooper aprovou uma extensa reforma estatutária em que alterou sua denominação para Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs). Alinhou-se, assim, ao contexto de surgimento da OCB com vistas ao que estava sendo proposto no projeto que resultou na Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro do mesmo ano.

Ao longo dos 50 anos de sua existência, oito pessoas foram eleitas para presidir a Ocergs. Neste mesmo período, em circunstâncias peculiares, outras cinco assumiram o cargo interinamente.

¹³ Tópico com informações extraídas das atas de Assembleias Gerais Ordinárias e dos órgãos de gestão da Ocergs, bem como das publicações listadas nas referências bibliográficas, enriquecidas com as lembranças do autor, que foi funcionário, representante de segmento, secretário e, já ligado ao Sistema Unimed, por muitas vezes integrante de grupos de trabalho.

A estrutura estatutária da Ocergs, assim como a de todas as Organizações Estaduais de Cooperativas (OCEs), deveria seguir aquela adotada na OCB. Mas houve momentos e circunstâncias em que a Ocergs se afastou do modelo, implementando regras que pareceram mais convenientes às lideranças cooperativistas gaúchas. Assim foi com relação à estrutura diretiva, à forma de escolha dos dirigentes e ao período de seus mandatos. Estes tiveram extensões de um, dois, três ou quatro anos, sendo este último o atual. Mantida a limitação a uma reeleição, a escolha do presidente e demais dirigentes deu-se, quase sempre, por eleição em Assembleia Geral, mas houve momentos em que a escolha se dava no Conselho Deliberativo¹⁴. Este órgão, numa característica própria do estado, sempre foi integrado por representações setoriais, ou seja, por presidentes ou integrantes das Federações e das Centrais de cooperativas, além de, em alguns períodos, por representantes de segmentos não organizados em entidades de segundo grau, escolhidos em reuniões setoriais.

Atualmente, acompanhando o modelo OCB, o órgão superior tem o título de Diretoria e sua composição segue a representação por ramos, em número de sete e com duas câmaras setoriais.

Tertuliano Bofill 1971-1976

O primeiro presidente, Tertuliano Bofill, era, à época, presidente da Ascooper e da Fecocarne. Foi eleito em março de 1971 e reeleito em abril de 1974 para mandatos de três anos.

¹⁴ A partir de sua constituição, a Ocergs foi gerida por uma Diretoria. Em 1986, foi instituído um Conselho, cuja denominação e atribuições variaram entre “Deliberativo” e “de Administração”.

A Ocergs¹⁵, a par da representação que já desenvolvia, concentrou seus esforços iniciais no cadastramento das cooperativas gaúchas. No entanto, de acordo com a percepção de que a entidade estadual deveria reunir Federações e Centrais, a maioria das cooperativas permaneceu evasiva.

Alvo das atenções no 5º Congresso Brasileiro de Cooperativismo (Salvador, 21 a 24/09/1971), a Lei n.º 5.764, aprovada ao findar do ano, esclarece esta situação. Ainda assim, como esta formalização resultava na cobrança da contribuição estipulada pela legislação, muitas cooperativas seguiram resistindo à obrigação de registro. Outras, sem intenção de participar de uma entidade de âmbito estadual, aceitaram apenas um vínculo direto com a OCB. A resistência começou a ser superada em junho do ano seguinte, ao ser firmado convênio entre OCB e Ocergs para registro das cooperativas e cobrança da contribuição. Estabelecida e reconhecida a obrigatoriedade, como esta resultava em valores tidos como elevados por muitas cooperativas, foi pautada a discussão para a fixação de um teto. Iniciou-se também o debate sobre a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical patronal.

Em 1972, as atividades da Diretoria de Assistência ao Cooperativismo (DAC/SIC) passaram a ser exercidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em função da extinção do convênio entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Indústria e Comércio, encerrando uma relação que fora muito produtiva. Mas a nova relação começou bem e, nesse mesmo ano, em promoção conjunta entre Ocergs e Incra, foi realizado o 1º Encontro Estadual de Integração Cooperativista (18 e 19/10, em Porto Alegre), no

¹⁵ A sede continuou no mesmo endereço da Ascooper, em dependências da Fearroz, na Rua Dr. Flores, 62, 11º andar, em Porto Alegre. Em dezembro de 1972, passou para a Rua Uruguai, 240, também num 11º andar e na mesma cidade.

qual participaram 228 cooperativas. Em seguida, com colaboração da Ocergs, o Incra implementou o Projeto Alto Uruguai de Desenvolvimento do Cooperativismo.

No ano seguinte, prosseguindo na mobilização das cooperativas para sua integração na Ocergs, esta promoveu intensa atividade com várias reuniões pelo interior do estado e um seminário na capital, com vistas ao 6º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Florianópolis, que registrou expressiva participação gaúcha.

Em 1973, a Comissão Especial da Assembleia Legislativa que examinou a situação do cooperativismo no estado concluiu os trabalhos iniciados em 1970 e editou seu relatório com uma avaliação crítica da Lei n.º 5.764/1971, fazendo recomendações contundentes ao cooperativismo gaúcho¹⁶. Neste documento, constava a referência à confusão que poderia advir do entendimento, predominante desde a edição da nova lei, de que, com o registro, as cooperativas tornavam-se sócias da Ocergs.

Em 1974, a Ocergs instalou um Conselho Consultivo, com a participação das entidades de segundo grau que, dentro de alguns anos, por meio de reforma estatutária, viria a ser institucionalizado como Conselho Deliberativo. No ano seguinte, promoveu o 3º Seminário Gaúcho de Cooperativismo (3 a 5 de julho), no qual prestou expressiva homenagem a Tertuliano Bofill, eleito para uma das diretorias do BNCC, com sede no Rio de Janeiro. Afastado da presidência, ele havia sido substituído por Seno Dreyer, vice-presidente, que assumiu interinamente até o final do mandato.

A Ocergs vinha estruturando um departamento técnico com o propósito de prestar consultoria e, mediante resarcimento, assistência técnica de qualidade às cooperativas. A iniciativa

¹⁶ AL/RS, Relatório da C. E. que examinou a situação do cooperativismo no estado.

adquiriu impulso com um convênio, firmado com o BNCC, para a elaboração dos projetos de viabilidade econômica das cooperativas, o que era uma exigência de bancos financiadores e do Incra para a concessão da autorização para funcionamento.

Em 1976, o governo estadual criou o Conselho Agropecuário e, reconhecendo a importância do cooperativismo nessa área, destinou um de seus assentos à Ocergs.

No decorrer desta gestão, seguindo em ações de apoio iniciadas ainda como Ascooper, a Ocergs muito atuou junto às cooperativas de consumo urbanas. Mas os esforços despendidos não frutificaram e o segmento seguiu em declínio¹⁷. Em contraponto, enquanto as cooperativas de crédito mútuo e habitacionais seguiam em sua trajetória, surgiram novas cooperativas no meio urbano, em áreas de serviços¹⁸ e de trabalho. No meio rural, onde o cooperativismo de eletrificação se estruturou em Federação¹⁹, o de crédito agonizava e muitas pequenas cooperativas “de produção” seguiam encerrando suas atividades ou em busca de fusões ou incorporações. Mas foi entre as tritícolas, desenvolvendo o binômio trigo/soja, que o cooperativismo gaúcho despontou para um novo ciclo de progresso, logo estendido para outras atividades produtivas²⁰.

No âmbito nacional, além de participar das atividades da OCB, a Ocergs, sempre acompanhada de expressivas delegações gaúchas, se fez presente nos 7º e 8º Congressos Brasileiros de Cooperativismo²¹.

¹⁷ O declínio resultou acelerado a partir de 1972, quando conhecida a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) negando o recurso de cooperativas de consumo do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo contra a cobrança do ICM.

¹⁸ A Fecoméd, depois Unimed Federação/RS, foi criada em junho de 1973.

¹⁹ A Fecoergs havia sido criada em setembro de 1971.

²⁰ A CCGL foi criada em janeiro de 1976.

²¹ Respectivamente, em outubro de 1975, em Brasília, com participação do presidente Geisel, e em setembro de 1976, em Fortaleza.



Seno Dreyer

1977-1979 e 1980-1982

O segundo presidente, Seno Dreyer, exercendo interinamente o cargo ao final da gestão anterior, foi eleito em março de 1977 e reeleito em março de 1980 para mandatos de três anos. Ele, por ocasião da eleição, era e continuou presidente da Fecoergs²². Impende destacar que, no decorrer desta gestão, o cooperativismo apresentou transformações.

Com algumas cooperativas no meio rural desaparecendo por problemas de gestão, mesmo em momentos de crédito oficial em abundância e a baixo custo, outras implementaram conceitos de gestão empresarial. Estas geraram grande desenvolvimento²³, a começar pelas cooperativas tritícolas e expandindo-se para outros conjuntos de cooperativas de produtores rurais. O cooperativismo de eletrificação rural, enfrentando dificuldades por crédito e de aquisição de energia junto à estatal detentora do monopólio de seu fornecimento, seguia sua expansão. O segmento de crédito rural²⁴, com apoio expresso do grupo Fecotrig, ensaiava a retomada de seu desenvolvimento. No meio urbano, alcançavam destaque as cooperativas reunindo profissionais da área de saúde.

²² Nesta gestão, a Ocergs transferiu sua sede, ocupando um andar inteiro, para o mesmo prédio em que fora instalada a sede da Fecotrig, com acessos pela Rua dos Andradas e pela Rua Andrade Neves, na região central de Porto Alegre. Em 1982, a Ocergs foi transferida para uma sede própria, na Travessa Francisco de Leonardo Truda, 98, 4º andar, permanecendo no Centro.

²³ Na maioria das cooperativas que adotaram tais estratégias ocorreu um distanciamento entre o associado e sua cooperativa. Em poucos anos as estratégias foram revistas e desencadearam um intenso trabalho de integração com as bases.

²⁴ Em outubro de 1980 foi criada a Central Sicredi Sul/Sudeste, reunindo as cooperativas de crédito rural de primeira geração sobreviventes e as novas que foram surgindo com o apoio do Sistema Fecotrig.

Já no início desta gestão, a expansão vertical promovida pelo cooperativismo empresarial, desenvolvendo a agroindústria e redes de abastecimento de insumos e bens de consumo, sofreu críticas por parte da Federação das Associações Comerciais pelo que esta chamou de “gigantismo” das cooperativas de produtores rurais. O entendimento de que as cooperativas rurais deveriam apenas receber a produção de seus associados e comercializá-la encontrou eco na imprensa e na Assembleia Legislativa. A defesa pública promovida pela Ocergs e por Federações de cooperativas, com o apoio declarado de deputados estaduais identificados com o tema, junto com um discurso, porém importante apoio de secretarias estaduais, ao longo dos dois anos em que o tema esteve em pauta, arrefeceu o debate²⁵.

Este episódio, aliado à reação – esta no país inteiro, mas com intensa mobilização da bancada gaúcha no Congresso Nacional – contra a tentativa de aprovação de uma lei permitindo a constituição de cooperativas de pessoas jurídicas²⁶, estimulou momentos de intensa reflexão pelo cooperativismo gaúcho, sempre sob a coordenação da Ocergs. Ainda nessa gestão, em 1981, coube à Ocergs liderar a defesa pública das cooperativas de trabalho, taxadas de “falsas cooperativas”.

Dos momentos de discussão interna, cabe destacar o Encontro Gaúcho de Cooperativismo (1978), em que foi debatida a busca pela independência e pelo autocontrole, concluindo pela necessidade de formar recursos humanos para o cooperativismo. Deste encontro, resultaram criadas e implementadas duas linhas de ação que, no tempo em que puderam ser sustentadas, geraram resultados significativos.

²⁵ Contribuiu para isso a manifestação pública do então ministro da Agricultura, Delfim Netto, em 1979, em mesa redonda em Porto Alegre, afirmando não estar preocupado com um “gigantismo” das cooperativas. Mas a declaração não impediu que, em agosto de 1980, no Seminário de Análise da Legislação Cooperativa, na Assembleia Legislativa, o “monopólio” das Centrais cooperativas fosse criticado junto com a preocupação pela progressiva interferência das multinacionais no setor.

²⁶ Episódio Coopersucar, em 1979. Na Câmara dos Deputados, foi decisiva a participação de Nelson Marchezan na superação do episódio.



O 4º Seminário Gaúcho de Cooperativismo foi realizado em 1977, em Gramado

No campo de desenvolvimento de recursos humanos, a Ocergs implantou um Sistema Integrado de Desenvolvimento de Recursos Humanos para desencadear um processo de educação permanente e, ainda em 1980, participou da instituição de um Conselho de Desenvolvimento do Cooperativismo (Condecoop) no estado que, de imediato organizou cursos para dirigentes e técnicos de cooperativas. Mais dois anos, e a instituição alinhou seu Sistema Integrado de Desenvolvimento de Recursos Humanos, em seguimento a um acordo, ao da Brascoop, para oferecer cursos de treinamento e aperfeiçoamento²⁷.

No campo da independência e do autocontrole, a Ocergs prestigiou ações de desenvolvimento vertical dos ramos²⁸ e,

²⁷ A Fundação Brasileira de Cooperativismo (Brascoop) havia sido criada em Brasília com participação da OCB, um pouco antes (1979). Afora algumas citações mais adiante, nas fontes não foram localizadas referências sobre a continuidade da existência da Brascoop e do Condecoop e sobre seu eventual destino. O Condecoop teria substituído, no estado, o 1º Programa Nacional de Cooperativismo (Pronacoop).

²⁸ A exemplo do Sistema Fecotrigô, da criação da Centralsul e a promoção do Dia do Protesto (31/03/1980) contra o confisco de 13% da soja, quando cerca de 150 mil agricultores em mais de 100 municípios do estado obstruíram ruas e estradas com suas máquinas.

em abril de 1982, no 6º Seminário Gaúcho de Cooperativismo (Seminário de Canela) liderou a reafirmação da política para fortalecimento do cooperativismo gaúcho por meio da gestão democrática, da eficiência empresarial, da cooperação intercooperativa e da preservação do meio ambiente. As cooperativas gaúchas reafirmaram, assim, a autonomia do setor e definiram que cabe a elas a ação política na defesa de seus interesses²⁹.

Concorrera para a construção desse espírito renovador a participação das cooperativas gaúchas no 9º Congresso Brasileiro de Cooperativismo (CBC) (Brasília, 15 a 17 de abril de 1980), com uma delegação com mais de 100 participantes, no qual a Ocergs manteve um estande que foi o centro de atenção. Nele, foram apresentados produtos e serviços das cooperativas do estado e promovida uma Noite Gaúcha, reunindo gaúchos residentes na capital nacional³⁰. Nesse CBC, com significativa participação de políticos e autoridades federais, estas reconheceram o valor e a importância do cooperativismo, concordando com a sua busca por maior autonomia. Já entre os parlamentares estaduais gaúchos parecia haver dúvidas quanto à competência das cooperativas para lidar com seus problemas e, no ano seguinte, mais uma Comissão Especial foi instalada na Assembleia Legislativa, desta vez para desenvolver um “estudo dos problemas do cooperativismo”.

A expressiva participação gaúcha no 9º CBC não contribuiu para uma melhoria das relações com a OCB. Entendendo-se desprestigiadas pela Organização nacional, as cooperativas gaúchas presentes ao Seminário de Canela, determinaram o rompimento

²⁹ Ainda em 1982 foi firmado um convênio entre Incra e Fecotrigro para viabilizar o projeto de autocontrole.

³⁰ No 9º CBC, Nestor Brás de Oliveira, contador e assessor técnico da Ocergs, lançou o livro “Cooperativismo: guia prático”, autografando cerca de dois mil exemplares para cooperativistas, autoridades e público em geral. Em que possa pesar o tempo decorrido, o livro permanece como preciosa fonte de referência para pesquisas.

das relações, o que implicou na desarticulação da atuação da Brascoop no estado. Foram necessários vários anos até que as relações entre Ocergs e OCB fossem normalizadas.

Com 1982 sendo saudado como um período de afirmação do cooperativismo gaúcho frente ao seu futuro, o encerramento dessa gestão apresentava uma profunda crise de liderança sistêmica entre as Federações, acompanhadas pelas Centrais de seus segmentos, e a própria Ocergs. Empoderadas, buscando enfraquecer a relevância alcançada pela Organização e pô-la a serviço de suas respectivas lideranças, as entidades de segundo grau promoveram uma remodelação estrutural. A Ocergs passou a ter um Conselho Deliberativo composto por representações setoriais (de Federações e de Centrais não vinculadas a Federações, além de conselheiros, eleitos em assembleia, ligados a segmentos não representados por Federações ou Centrais). Também foi instituído um Conselho Diretor (presidente, vice-presidente e secretário), a ser eleito pelo próprio Conselho Deliberativo, impondo a redução do tempo de mandato dos dirigentes para um ano.

Cyro Dias da Costa 1983-1984

O terceiro presidente, Cyro Dias da Costa, originário do Sistema Fecotrigó, foi eleito pelo Conselho Deliberativo em abril de 1983 e reeleito em março de 1984 para mandatos que haviam sido reduzidos para um ano.

Esta gestão teve sua atenção centrada em negociações com a esfera governamental, tanto com o poder Legislativo quanto com o Executivo. Também se dedicou aoclareamento dos papéis que deveriam caber às Federações de cooperativas, na promoção e defesa dos respectivos interesses, e à Ocergs, enquanto guarda-chuva doutrinário de todas as cooperativas e

agente de defesa dos interesses comuns. Esta ação restou inconclusa, pois a Organização era chamada a defender interesses específicos de segmentos não estruturados e de cooperativas integrantes de segmentos estruturados, mas não associadas às respectivas Federações.

Com grande expectativa, em 1983 foi implantado o Projeto de Autocontrole e Assessoria de Cooperativas, que tentaria estender para todas as cooperativas os objetivos do convênio firmado entre Incra e Fecotrigó, no ano anterior.

Uma importante e duradoura conquista marcou este período de gestão, recompensando anos de cultivo de um relacionamento produtivo do cooperativismo gaúcho e suas representações com o poder legislativo, cabendo destaque para a atuação da Ocergs: em 1984, reunindo deputados individualmente comprometidos com o tema, de diversos partidos, foi instituída, na Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar Cooperativista (Frencoop)³¹.

Ao findar da gestão (novembro de 1984), em nova reforma estatutária, o Conselho Deliberativo da Ocergs foi ampliado: os presidentes das Federações e das Centrais passaram a ter cadeira cativa, seguindo a representação de segmentos não estruturados, mas organizados, além de sete representantes eleitos nas regionais estabelecidas segundo o Condecoop³². O Conselho Diretor, sem alteração na titulação dos cargos, seguiu sendo escolhido pelo Conselho Deliberativo, com mandato ampliado para dois anos.

³¹ Ao longo de muitos anos foram dedicados esforços, com algum sucesso, para a implantação de Frentes Cooperativistas em Câmaras de Vereadores.

³² Embora previstas e realizadas eleições no ano seguinte (1985), os representantes regionais só foram empossados por ocasião das eleições na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 1987, ocasião em que o mandato do Conselho Diretor foi prorrogado por um ano.



**Presidente Adelar
Cunha foi eleito
em 1985**

Adelar da Cunha

1985-1986 e 1987-1990

O quarto presidente, Adelar da Cunha, originário do Sistema Fecotrigó, foi eleito em março de 1985 e reeleito em 1987 para mandatos de dois anos. Sua segunda gestão foi prorrogada por duas vezes, em adequações estatutárias da estrutura, completando quatro anos. Cunha havia sido superintendente da Ocergs e, com seu conhecimento do cenário vigente no cooperativismo gaúcho, soube, com habilidade, posicionar a Organização nos tempos que se seguiram. Licenciou-se nos últimos meses de mandato, sendo substituído interinamente pelo 2º vice-presidente, Frederico Arnt Bavaresco.

No fim de 1984, o governo federal transferiu do Incra para o Ministério de Agricultura as competências sobre as cooperativas. E, neste último, havia criado a Secretaria Nacional do Cooperativismo (Senacoop). Isso pareceu fortalecer a tendência que se imaginava frutificar a partir do convênio entre Incra e Fecotrigó, em 1982, para viabilizar o projeto de autocontrole, reforçado pelo convênio que viria a ser firmado, ainda em 1983, entre o Incra e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), também para instrumentalizar um programa de autofiscalização. Estas iniciativas, incluindo o Projeto de Autocontrole e Assessoria de Cooperativas que fora implantado na Ocergs, apresentam resultados animadores, aplaudidos no decorrer de 1985 e 1986.

Ainda em 1985, no 7º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado em Santa Maria, a Ocergs alcançou significativa reformulação em sua estrutura de poder: o Conselho Diretor, incluindo o presidente, passaria a ser eleito pelo voto direto e secreto das cooperativas; o Conselho Deliberativo passaria a ser integrado pelas entidades de segundo grau (sete Federações e



No 7º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado em Santa Maria, em 1985, foi reformulada a estrutura de poder da Ocergs

seis Centrais) e por representantes dos oito segmentos e das sete Regionais³³. O prestígio da Ocergs estava em alta junto às cooperativas, as relações com as entidades de segundo grau haviam sido apaziguadas e o cooperativismo gaúcho renovara seu prestígio nacional: Adelar da Cunha, nesse mesmo ano, foi eleito vice-presidente da OCB.

³³ A ampliação da participação das entidades de segundo grau foi imediata; os representantes regionais foram empossados na AGO/1987, quando da recondução de Cunha para um novo mandato de dois anos. Mas, como a modificação decidida em novembro de 1984 demandaria tempo para ser bem estruturada, o mandato do Conselho Diretor, já com uma reeleição, foi prorrogado por um ano em 1989. Ao iniciar de 1990, em reforma estatutária, foram acolhidas as propostas do 7º Seminário com o acréscimo de um representante de cooperativas não filiáveis e/ou não filiadas a Federações e/ou Centrais e não enquadradas em algum dos segmentos, além de instituído um Conselho Curador (mais tarde com denominação alterada para Conselho de Ética) e alterado o nome do Conselho Diretor para Diretoria Executiva. Como a nova estrutura demandaria algum tempo para ser implementada, na AGO de 1990 o mandato da Diretoria Executiva foi, mais uma vez, prorrogado por um ano.

Mas o ano de 1985 restou marcado para a posteridade por ter sido o marco inicial da participação do cooperativismo na construção da nova Constituição brasileira. Com o lançamento da Constituinte Gaúcha Pró-Cooperativismo, a Ocergs e as cooperativas gaúchas abriram a discussão sobre a alteração da legislação e da defesa constitucional do sistema. Iniciava-se a luta em defesa da participação do cooperativismo na elaboração da nova Constituição.

Nesta nova linha de atuação, em 1986 a Ocergs lançou o desafio de, repensando o princípio da neutralidade política, assumir a indicação, para a Assembleia Nacional Constituinte, de nomes comprometidos com o sistema, assim como prestar os integrantes da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Avançava, desse modo, a intenção de se fazer representar neste período de definir os futuros marcos legais.

O 8º Seminário Gaúcho de Cooperativismo (Caxias do Sul, 15 e 16 de outubro de 1987), entre vários temas, ratificou a decisão do cooperativismo gaúcho de atuar politicamente em defesa de seus interesses e formulou propostas a serem encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. A mobilização do estado se viu reconhecida quando Vergilio Frederico Perius, já destacado líder no meio cooperativo³⁴, foi convidado e assumiu a assessoria parlamentar da OCB. Com sua atuação junto à Assembleia Constituinte, conseguiu apoio para incluir, na Carta Magna, sete itens defendendo o cooperativismo. O 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília, em março do ano seguinte, registrou grande destaque para a Frente Parlamentar, com vistas à Constituinte. Mas trabalhou, também, pela organização do cooperativismo em ramos e por sua autogestão.

³⁴ Perius fora superintendente da Ocergs a partir de 1986.

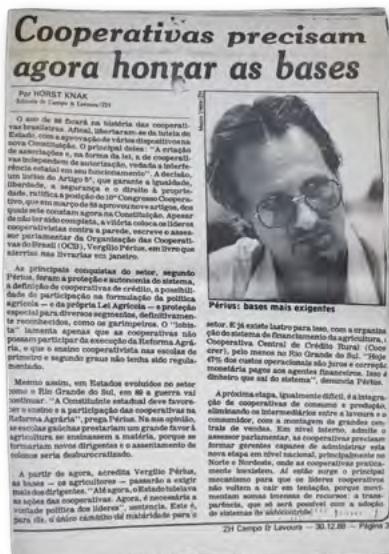


Na 8^a edição do Seminário Gaúcho de Cooperativismo, em 1987, foram formuladas propostas para serem encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte

A sétima Constituição da República, conhecida como Constituição Cidadã, foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Ela foi saudada por cooperativas e cooperativistas como um marco divisor de sua história, principalmente pela remoção da tutela estatal, conquistando sua liberdade de organização e funcionamento. Com a nova Constituição, muitas disposições da Lei das Sociedades Cooperativas (n.º 5.764/1971) perderam eficácia. Entre elas, uma levará ao ressurgimento da discussão sobre a obrigatoriedade de registro, filiação e contribuição das cooperativas ao Sistema OCB.

Com uma nova Constituição Federal, cumpriu aos estados reformular as Constituições Estaduais. No Rio Grande do Sul, isto aconteceu em 1989 e, com entusiasmo e esperança semelhante à mobilização pelas nacionais, o cooperativismo gaúcho apresentou suas propostas aos Constituintes Estaduais.

Ao findar deste período de gestão (1990), o cooperativismo brasileiro assistiu a uma reconstrução do Ministério da Agricultura, com extinção do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) e da Senacoop, bem como, logo após, a dissolução do BNCC.



A Constituição de 1988 assegurou a liberdade de organização e de funcionamento das cooperativas



Hélio Zawatski 1991-1992

O quinto presidente, Hélio Zawatski, integrante de cooperativa agropecuária, foi eleito em maio de 1991 para um mandato de dois anos.

Eleita em uma assembleia com 68 cooperativas presentes, a nova Diretoria Executiva assumiu a Ocergs com muitas cooperativas filiadas inadimplentes e, para seu custeio, consumiu parte da arrecadação que cumpria repassar à OCB. Mesmo com a passagem de Frederico Arnt Bavaresco pela OCB, como vice-presidente por uma gestão, esta, ameaçando romper o convênio para cobrança da contribuição cooperativista com as OCEs inadimplentes, impõe um acordo para pôr os recolhimentos em dia no prazo de 23 meses – acordo que não foi possível cumprir.

Além da inadimplência entre as cooperativas registradas, o sistema passou a enfrentar a constituição de algumas cooperativas à margem do Sistema OCB, buscando registro direto na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (Jucergs). Foram realizadas negociações para que o Conselho Curador (depois, Conselho de Ética) aprovasse, para fins de encaminhamento à Jucergs, os pedidos de constituição de cooperativas e as reformas de estatutos sociais, mas a iniciativa não se manteve.

A crise de sustentação financeira atingia também as Federações, principalmente aquelas que não desenvolviam atividade econômica. As que o faziam, assim como as Centrais, suportavam melhor a nova conjuntura. Os problemas enfrentados levaram, no âmbito do Conselho Deliberativo³⁵, à rediscussão da estrutura do cooperativismo e de sua representação na Ocergs.

³⁵ Constituídas em 1991, já tinham direito a assento no Conselho Deliberativo a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (Coceargs) em janeiro, a Federação das Cooperativas de Trabalho do RS (Fetrabalho/RS) em maio e a Federação das Cooperativas Odontológicas do RS (Uniodonto Federação/RS) em novembro.

Ainda em agosto de 1991, foi realizado um 1º Congresso de Dirigentes das Cooperativas Gaúchas que tentou apontar caminhos para a crise. Mas eram tantos os problemas setoriais que pouco se conseguia tratar dos gerais³⁶. Entre estes, a busca por uma forma metódica de comunicação com as cooperativas que pretendeu, sem maior sucesso, ampliar a veiculação do jornal *O Interior*, importante veículo do grupo Fecotrigó.

Dos extensos debates na busca por projetos viáveis de reconstrução do sistema cooperativo, surgiu a proposta de, na preservação da representação por segmentos, estabelecer um orçamento integrado entre Federações e Ocergs, instituindo uma contribuição única. Esta, incluindo a parcela de contribuição cooperativista a ser repassada à OCB e os recursos orçados para custeio da Ocergs, seria rateada entre as Federações e os segmentos. As Federações somariam, à sua parte, seus próprios custos, repassando a contribuição às respectivas filiadas.

Ao final desta gestão, no início de 1993 foi aprovada uma nova reforma estatutária, substituindo os órgãos diretivos por um Conselho de Administração em que o presidente, com mandato de três anos, continuaria a ser eleito pela assembleia, mas os vice-presidentes seriam todos os presidentes de Federações e de Centrais. A assembleia seguiria elegendo o Conselho Fiscal e o Conselho Curador.

³⁶ Em uma avaliação do Projeto de Autogestão em reunião do Conselho Deliberativo, o conselheiro Frederico Arnt Bavaresco teria afirmado: “Tendo atingido a maioridade civil, agora o cooperativismo gaúcho não sabe o que fazer com sua certidão de maioridade”.

Raul Bigarella

1993-1995

O sexto presidente, Raul Bigarella, integrante do segmento vinícola, foi eleito em abril de 1993 para um mandato de três anos em uma assembleia marcada pela ausência de presidentes de Federações e de Centrais, que seriam os vice-presidentes natos.

A crise financeira prosseguia: com cerca de 400 cooperativas inscritas, apenas 70 estavam em dia. Os problemas de sustentação continuavam, dificultando os acertos com a OCB. Manter a casa aberta foi o máximo que se conseguiu fazer.

Como destaque, a conquista de uma nova face para o Sistema OCB, a personalidade sindical patronal que lhe foi concedida em 1993. Mas, no estado, foram necessários cinco anos até que esta nova atuação fosse implementada plenamente.

Adelar da Cunha

1996-1998

Como sétimo presidente, retorna Adelar da Cunha, eleito em maio de 1996 para um mandato de três anos em uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) com a presença de 30 cooperativas. Nomeado diretor-geral do Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop)³⁷ de maio de 1998 e até o final da gestão, ele foi substituído interinamente na AGO de 1999 por Santo Antonio Dezordi, presidente da Fetrabalho/RS, como “vice-presidente no exercício da Presidência”³⁸.

³⁷ Órgão do Ministério da Agricultura.

³⁸ Os membros do Conselho de Administração, representando Federações, Centrais e segmentos, seguiam como vice-presidentes natos.

O mandato, marcado por um aprofundamento da crise de relacionamento com as cooperativas³⁹, deu assistência a cinco acordos com a OCB para acerto da parcela a repassar sobre o que se conseguiu arrecadar. Mas nenhum foi cumprido. Um último, firmado em setembro de 1997, acabou por transferir o problema para a gestão seguinte.

A crise que também assolava as cooperativas singulares levou a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, da Assembleia Legislativa, em 1996, a lançar, com participação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), um *Manifesto Cooperativo: Cooperativismo e Modernidade*, em que, com vistas ao ano 2000, registra críticas e propostas ao cooperativismo e ao estado⁴⁰.

Em outubro do mesmo ano, um encontro de lideranças dos segmentos, seguido, no mês de novembro, de uma assembleia geral extraordinária, debateu soluções e, uma vez que a cobrança integrada ainda não fora implementada, decidiu por uma contribuição extra a ser paga pelas Federações e Centrais para “ajudar no caixa”. A implementação do orçamento integrado apresentou alguma evolução apenas a partir de junho de 1998, com a participação de cinco Federações⁴¹ e a arrecadação, em cobrança única, operacionalizada via Bansicredi.

Em 1997, antes e visando, além de renegociar a dívida, estimular a participação no 11º CBC (4 a 7 de dezembro, em Brasília), o presidente da OCB, Dejandir Pasquale, esteve na reunião do Conselho de Administração, ocasião em que registrou que, “o Brasil ressentente-se da falta de participação do cooperativismo gaúcho no cenário nacional”.

³⁹ Muitas cooperativas, a partir da nova Constituição, deixaram de enviar seus balanços, impossibilitando a cobrança da Contribuição Cooperativista.

⁴⁰ 2000 RS – Manifesto Cooperativo, AL/RS, 1996.

⁴¹ Consoante registro em ata, seriam Fecotrigô, Fearroz, Fecolâ, Fecocarne e Fecovinho.

Já 1998 foi marcado por duas iniciativas governamentais favoráveis ao cooperativismo nacional: a criação do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), que veio a socorrer muitas cooperativas gaúchas⁴²; e a autorização para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) que, todavia, precisaria de alguns anos para, após estabelecido nacionalmente, ser implementado no Rio Grande do Sul, embora os estudos a respeito, pela Ocergs, já tivessem começado em novembro.

Ano de eleições, num período em que a Frencoop/RS vinha prestigiando o cooperativismo do estado, a Ocergs mobilizou as cooperativas gaúchas, com razoável sucesso, para a indicação de candidatos a serem apoiados nas eleições estaduais e nacionais, a elaboração de pautas reivindicatórias a lhes serem entregues e a participação em encontros com políticos e com os candidatos a governador. A preocupação com uma nova lei sobre cooperativas, frente aos projetos que já tramitavam no Congresso Nacional, constituiu ponto destacado nestas atividades.

O ano de 1998 se encerra com o estudo de uma nova proposta de reestruturação e governança para o cooperativismo no Rio Grande do Sul, mas as alterações estruturais ficam restritas a uma mudança no Conselho de Administração onde, além do presidente, também o primeiro vice-presidente passa a ser eleito⁴³, e à incorporação da atividade sindical patronal ao estatuto. A Ocergs passou a denominar-se Organização e Sindicato das Cooperativas do Rio Grande do Sul.

⁴² A criação do Recoop teve relevante participação do então vice-governador, Vicente Joaquim Bogo, que, para isso, havia sido procurado pelas principais lideranças do cooperativismo gaúcho.

⁴³ Os demais membros do Conselho de Administração, representando os ramos cooperativos registrados na Ocergs, seguiram como vice-presidentes natos. Desde 1997, já existiam a Unicred Central (14/09), a Fecoagro (30/09) e a Unimed Central de Serviços Auxiliares (13/12).

Vicente Joaquim Bogo

1999-2001 e 2002-2005

O oitavo presidente, Vicente Joaquim Bogo, como sócio de cooperativa, foi eleito em abril de 1999 para um mandato de três anos. Com a reeleição em abril de 2002, ele permaneceu como titular até abril de 2006. No decorrer de sua gestão, foi substituído interinamente, em três períodos⁴⁴, por Santo Antonio Dezordi, no início do primeiro mandato, e, no decorrer do segundo, por Rui Polidoro Pinto e Luiz Carlos Xavier Volcan⁴⁵.

Bogo, que despontava como liderança política bem identificada com o cooperativismo, havia sido vice-governador. Nesta condição, tivera participação decisiva na consecução de ações de interesse do cooperativismo, tais como o Reconversul (Programa de Revitalização da Metade Sul do RS) e o Recoop. Em um momento em que o entendimento do princípio doutrinário de neutralidade política já estava consolidado como de neutralidade partidária, Bogo foi convidado por lideranças dentre os segmentos organizados que, com ele, pretendiam realimentar e melhorar as relações das cooperativas gaúchas com as autoridades governamentais, bem como um realinhamento com a OCB.

⁴⁴ De logo em seguida à reeleição (4/4/2002) a 28/10/2002 para concorrer ao Senado, de 29/04/2004 a 03/05/2004 e de 2/6/2004 a 1º/7/2004.

⁴⁵ No primeiro pleito, elegível também o primeiro vice-presidente, Santo Antonio Dezordi foi eleito para o cargo; todos os membros do Conselho seguiram sendo vice-presidentes natos. Na reeleição, uma reforma estatutária anterior substituirá o Conselho de Administração, integrado por presidentes de Federações e Centrais, por um Conselho Deliberativo, integrado por representantes de todas as cooperativas, por ramo, assegurada uma proporcionalidade de representação. Mantido o presidente como elegível pela assembleia, o primeiro e o segundo vice-presidente passaram a ser nomeados pelo Conselho (Polidoro e Volcan, respectivamente, a partir de 2002), sem exercerem outra função na estrutura além da substituição eventual do presidente. Este é um superintendente, indicado por ele e homologado pelo Conselho, passaram a compor a Diretoria Executiva. Na mesma reforma, foi instituído um Conselho Consultivo composto pelos coordenadores das representações regionais, escolhidos pelos presidentes das cooperativas das respectivas regiões. O Conselho de Ética passou a ser integrado por um representante de cada ramo organizado.

Sua posse foi prestigiada por um grande número de cooperativas e contou com a presença do governador recém-eleito, Olívio Dutra, e expressiva presença de membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além de integrantes de entidades representativas da economia gaúcha e de entidades fraternas.

Seu programa, amplamente divulgado, pretendia a reorganização e o fortalecimento do Sistema; a busca de definição junto aos governos federal, estadual e municipais da interação com as cooperativas no que dizia respeito com os tratamentos tributário, previdenciário, trabalhista etc.; e o estabelecimento de relações interinstitucionais, com a constituição de um fórum permanente das entidades representativas da economia gaúcha.

No decorrer de sua gestão, foi implementada, a par da sua função institucional tradicional, a função sindical patronal da Ocergs e instalado o Sescoop/RS. As três funções, também em consonância com a estrutura nacional, ficaram sob o comando de um mesmo presidente, assim como o desenvolvimento das atividades ficou ao encargo de uma única estrutura.

Enquanto Organização, Bogo assumiu uma entidade endividada junto à OCB, por contribuição cooperativista arrecadada, mas não repassada, e com pendências em prestações de contas junto a órgãos governamentais, fontes de verbas para programas específicos⁴⁶.

A arrecadação da Ocergs seguiu originada no orçamento integrado pelo qual o custeio previsto para a Organização era, incluindo a parcela de contribuição cooperativista a ser transferida para a OCB, rateado entre os ramos e suas cooperativas e acrescido, quando fosse o caso, do custeio da Federação



Presidente
Vicente Bogo foi
eleito para duas
gestões

⁴⁶ Com dificuldades financeiras, recursos com destinação específica teriam sido utilizados, em gestões anteriores, para custeio, gerando dificuldade de comprovação documental.

correspondente. Mas a inadimplência seguiu elevada, resultando em repasses à OCB inferiores ao devido. Com breves intervalos por negociações, a situação seguiu em escalada, culminando, ao iniciar do segundo mandato, com a denúncia, pela OCB, do convênio para cobrança e bloqueio dos valores arrecadados, iniciando-se a arrecadação direta junto às cooperativas. Tal situação levou a Ocergs à instituição de cobranças adicionais para garantir seu sustento. E a inadimplência seguiu elevada, apesar das muitas e variadas proposições lançadas para que as cooperativas faltosas regularizassem sua situação.

Entre negociações e demandas judiciais, a relação com a OCB veio a ser pacificada já no segundo mandato, renovando-se o convênio para a cobrança da contribuição cooperativista. No entanto, a Ocergs foi obrigada a retomar a sua arrecadação na forma prevista na Lei n.º 5.764/1971, abandonando o programa de orçamento e cobrança unificada. Nesta negociação, a Ocergs preservou o seu direito à parcela da contribuição que lhe teria cabido no período do bloqueio e sobre o recolhimento das inadimplências passadas. Com reduzido sucesso, esforços passaram a ser dedicados a essa cobrança necessária, inclusive, para compensar a não realização de patrocínios em eventos que restaram bancados pela Organização.

Entre os projetos a serem implementados estava o da sede única para o cooperativismo gaúcho, implicando na alienação das sedes próprias eventualmente existentes – inclusive a da Ocergs – e em arrecadação adicional para comportar a compra ou construção de um prédio adequado para abrigar o conjunto do Sistema. Com dificuldade para viabilização deste projeto, foi aprovada, no final de 2001, a transferência da sede da Ocergs para um prédio da União que, desocupado, lhe foi cedido⁴⁷.

⁴⁷ A sede da Ocergs, a partir de abril de 2002, passou para a Rua Vigário José Inácio, 303, no Centro de Porto Alegre.



A mudança, em que pesasse a área disponível, não foi acompanhada por Federações ou Centrais, restando parcialmente compartilhada com cooperativas e entidades fraternas. Esta cedência, enquanto não onerosa, veio a ser contestada pelo Tribunal de Contas da União no decorrer do segundo mandato, gerando demandas, advindas do Poder Judiciário, que ultrapassaram a gestão.

Entre as atividades desenvolvidas no período, podem ser destacadas as diferentes edições de fóruns regionais, nos quais vieram a ser escolhidos os representantes para o Conselho Consultivo, as reuniões por ramos, três edições do Seminário Gaúcho de Cooperativismo (do 10º ao 12º) e um Congresso Gaúcho de Cooperativismo, além de inúmeros encontros para discussão de temas de interesse setorial ou geral do cooperativismo no estado, bem como a participação em feiras e exposições, tais como a Expocoop, Expainter, e no Fórum Social Mundial de 2004.

O 10º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, em 2002, também abordou temas relevantes



Participação na
Expointer de 2004

Em 2003, como resultado de ações que vinham sendo desenvolvidas desde a elaboração das novas constituições nacional e estadual, com o empenho de deputados estaduais participantes da Frencoop/RS, foi aprovada, em 30 de outubro, a Lei Estadual do Cooperativismo (n.º 11.995). Nela, se estabelecia a instituição de um Conselho para definir as políticas do governo do estado com relação ao cooperativismo. Com 18 membros, nove seriam indicados pelas cooperativas, o que foi feito pelo Conselho Deliberativo da Ocergs ainda em dezembro do mesmo ano, sendo os nomes ratificados numa assembleia adiante.

Enquanto sindicato patronal, a Ocergs precisou passar por sucessivas reformas estatutárias para adequar-se à função, passando pela alteração da razão social – de Organização e Sindicato, para Sindicato e Organização – e pela instituição do Conselho Técnico-Sindical, com integrantes especialmente designados. Tal adaptação não se fez sem a recorrente manifestação – questionando até mesmo a função sindical – dos segmentos que contavam com sindicatos patronais próprios.

A valoração da contribuição sindical e a remuneração da Organização em negociações coletivas passaram a constituir tema frequente em reuniões e assembleias, passando pela montagem de estrutura técnica compatível.

Enquanto Sescoop⁴⁸, a Ocergs promoveu atividades ainda no ano de 2000, seguindo a programação nacional no Projeto de Autogestão e Controle com o desenvolvimento de pesquisa amostral em cooperativas. A implantação efetiva ocorreu apenas a partir de 2002.

Como fonte de recursos para subsidiar a realização de diversos tipos de eventos em prol das cooperativas, a Ocergs buscou no Sescoop o custeio parcial de inúmeras ações. Previstas, planejadas, orçadas e aprovadas, muitas enfrentaram problemas de prestação de contas⁴⁹. A par das dificuldades financeiras com a OCB, também o conflito com o Sescoop Nacional chega a um rompimento com a determinação, em fevereiro de 2003, para o encerramento das suas atividades no estado e a nomeação de um preposto para promovê-lo. A ação é veementemente contestada pelo Conselho Deliberativo, restando suspensa.

Passado o entusiasmo inicial com que a eleição de Bogo fora saudada e sua gestão apoiada, a falta de resultados palpáveis na atuação da Ocergs em apoio às cooperativas e, principalmente, no cenário nacional, já no decorrer do seu primeiro mandato levou, principalmente os segmentos organizados, a mais uma vez se apresentarem mediante uma atuação pró-forma, frequente em gestões anteriores. Isto não ajudou no enfrentamento dos problemas da Organização. Reeleito em um contexto de desinteresse da maioria das cooperativas, Bogo não consegue superar as dificuldades e encerra sua participação deixando uma Ocergs ainda, ou novamente, debilitada, com sérios problemas transferidos para a gestão seguinte.

⁴⁸ O Sescoop foi instituído a partir da aprovação da Medida Provisória n.^º 1781-5/1999, que republicou uma anterior, de setembro de 1998, sob n.^º 1.715.

⁴⁹ A falta de recursos no ente Ocergs levou à atribuição de despesas correntes ao ente Sescoop/RS, algumas não passíveis dessa transferência.

Vergilio Frederico Perius
2006-2009; 2010-2013; 2014-2018;
2019-até o presente momento

O nono presidente, Vergilio Frederico Perius, foi eleito em 28 de abril de 2006⁵⁰ em um ambiente de ceticismo quanto à viabilidade de manter a Ocergs em funcionamento. Persistente, demonstrou habilidade e transparência no trato das pendências, entre outras, para com a OCB e o Sescoop



**Edição de 2007
do Festival O Rio
Grande Canta o
Cooperativismo**

⁵⁰ Em AGO, com a presença de 255 cooperativas e mais 298 delegados de cooperativas com direito a voto. No decorrer de sua realização, a assembleia recebeu a visita do governador do estado, Germano Rigotto.

Nacional. Sua atuação levou à ampliação da base de apoio e, contando com o aval dos sistemas Sicredi, Fecotrigó e Unimed, foi reeleito em abril de 2010. Seu desempenho no decorrer do segundo mandato levou ao questionamento do limite estatutário de uma reeleição. Mas, já ao longo deste período, a OCB alterou seu estatuto transformando os cargos diretivos em função executiva, na condição de cargo de confiança do Conselho Deliberativo⁵¹. Assim, em 20 de abril de 2014, Perius foi designado presidente e, ao cabo de quatro anos, confirmado no cargo por igual período.

No princípio da gestão era imperioso “arrumar a casa”, de modo a recuperar a imagem da Ocergs perante o cooperativismo gaúcho e o brasileiro, com cuidado para preservar sua imagem pública. Foram iniciadas tratativas para esclarecer todas as dúvidas conhecidas ou apuradas e, sempre que necessário, implementadas medidas judiciais para preservar a instituição. Entre as condutas iniciais, as providências, levadas a bom termo para permitir a desocupação do prédio da União em que a Organização estava sediada.

Mas foram tantas as ações que deveriam e puderam ser desenvolvidas que a melhor forma de narrá-las é tomá-las pela condição presente, olhando para trás até onde for necessário. E, para isso, nada melhor do que apresentar os avanços trazidos ao Sistema Cooperativo Gaúcho nestes já mais de 15 anos de um trabalho que passou a ser coletivo, traduzindo a boa intenção, a dedicação e a fé de cada um que tenha participado dessa construção.

⁵¹ O Conselho Deliberativo da Ocergs, seguindo o formato adotado para a OCB, já estava constituído por representação dos ramos cooperativos, inicialmente em número de 13, depois reduzidos para sete. Na Ocergs, dois ramos criaram câmaras temáticas: de Habitação, no ramo Infraestrutura, e Educação, no ramo Trabalho, Produção e Serviços.



Participação na Expointer em 2012, reconhecido pela ONU como o Ano Internacional das Cooperativas

CAPÍTULO 4

A Ocergs nos dias atuais

As cooperativas gaúchas voltaram a acreditar em sua Organização estadual, o que é comprovado, entre outros fatos, pela menor inadimplência registrada em seus 50 anos de existência. Esta, de cerca de 45% ao iniciar da gestão, permanece, há dois anos (2019 e 2020), em menos de 1%. Com isso, a par da regularidade financeira, as relações institucionais com as entidades nacionais – OCB, CNCoop e Sescoop⁵² – estão normalizadas e seguem se apresentando promissoras. O reconhecimento nacional do desempenho de Perius é comprovado em 2020, quando foi eleito diretor da OCB.

O resgate da confiança das cooperativas na Ocergs está consolidado pelos bons serviços que lhes foram e são prestados, por meio de uma estrutura técnica, jurídica e operacional adequada e competente.

No campo do Direito, via área jurídica, é dada atenção, entre outros, a temas de Direito Tributário, Direito Sindical e Direito Cooperativo. A conquista de uma cadeira na condição de vogal na Junta Comercial, após anos de negociações, trouxe simplificação nos registros de atos cooperativos. Ainda nesta área a Organização acompanha as ações do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF), integrado sempre por três advogados do Direito Cooperativo. Também dedica

⁵² Está em curso, junto à OCB, a busca por registro complementar das cooperativas que, atuantes no estado, procedem de outras unidades da Federação. O conhecimento dos dados dessas unidades permitirá o ajuste e o controle das receitas que cabem ao Sescoop/RS.



Evento organizado em 2011 para celebrar o Dia Internacional do Cooperativismo

especial atenção às iniciativas sindicais, pelas quais participa, anualmente, de cerca de 70 convenções, construídas pelo Diretor Sindical.

No campo da gestão, está consolidado o Projeto de Autogestão em favor das cooperativas agropecuárias. Este programa também está sendo desenvolvido junto a cooperativas dos ramos de saúde, de crédito e de infraestrutura, além de outros, por demanda. Ainda nesta área, cabe destaque à iniciativa desenvolvida em colaboração com o *Rabobank*, importante organização cooperativa holandesa, que diagnosticou e projetou a ação das cooperativas agropecuárias⁵³.

Importante destacar que as 32 instituições participantes do Projeto de Autogestão, agregadas ao Programa do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, revelam, a partir de seus dados de 2020, comparativamente a anos anteriores, um significativo incremento em seu faturamento e um aumento expressivo em suas sobras. A constatação reflete que os Programas de Capacitação e de Promoção Social que o Sistema patrocina, bem como o esforço das administrações dessas sociedades, elevaram o nível de conhecimento e de gestão de seus dirigentes, executivos e dos demais colaboradores.

A Ocergs mantém convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para registro dos veículos de cargas das cooperativas de transporte. Já para oferecer espaço e recursos às cooperativas, integra o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem/RS) e o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (Integrar/RS).



Lançamento da publicação Expressão do Cooperativismo Gaúcho, em 2012, na Federasul

⁵³ A partir dessa atividade foi encaminhada solicitação à OCB para que busque por linhas de crédito para financiamento de investimentos, entre outros, de novas plantas agroindustriais para trigo, soja, milho, arroz, aves e suínos.



Presença na
edição de 2014
da Expodireto

Com o Sescoop/RS devidamente saneado⁵⁴, o Sistema passou a dispor de recursos para aplicar em favor das cooperativas, descentralizando 35% das contribuições recolhidas em benefício delas. Além disso, o Sescoop/RS permanece sensível para desenvolver programas específicos, a exemplo do subsídio aplicado na viagem de estudos de 145 dirigentes de cooperativas agropecuárias, de crédito, de infraestrutura e de saúde, entre outras, para conhecerem as inovações no Vale do Silício, na Califórnia, nos Estados Unidos. Com a participação em diversos seminários, os integrantes das comitivas buscaram apreender e avaliar as inovações que o mundo realiza, inspirando-se para promovê-las no contexto gaúcho. Nesta mesma oportunidade, os representantes do ramo de infraestrutura visitaram outros

⁵⁴ Com o esforço continuado para a aprovação das contas do Sescoop/RS pelos órgãos de controle público (Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e o Sescoop Nacional), tem-se que as contas até o ano de 2020 estão devidamente aprovadas.



Com a ministra da Agricultura da Alemanha, Ilse Aigner, durante visita à Expointer, em 2012

estados americanos para obter mais conhecimentos na área energética.

A Ocergs, de sua feita, devolve recursos às Centrais, às Federações e às cooperativas na proporção de suas contribuições, ajudando no seu fortalecimento e no desenvolvimento de programas em favor dos respectivos segmentos. O valor anual é de mais de 50 mil reais.

Para disseminar o conhecimento sobre temas cooperativos, o Sescoop/RS mantém uma editora própria. Esta já registra a edição e publicação de 58 livros vinculados à História, ao Direito, à Administração e à Economia Cooperativa.

Mas foi a criação da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop), visando à formação profissional dos operadores das cooperativas, por meio de um Curso Superior de Graduação de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, que passou a consolidar e sistematizar o conhecimento específico

sobre o tema. A Escoop vem diversificando sua oferta de treinamentos para as cooperativas com cursos de Extensão e de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas⁵⁵. A experiência com a Escoop tem permitido, ao conjunto Ocergs-Sescoop/RS, prestar apoio e desenvolver parcerias com 11 universidades para execução de cursos de formação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. Para o bom sucesso de todas essas ações, é preciso buscar e alcançar a excelência acadêmica, o que tem sido a proposta de programas de pesquisa e de um curso de mestrado, em parceria com a Unisinos, em São Leopoldo.

No entanto, a atenção da Ocergs não esteve voltada apenas para o interesse das cooperativas enquanto instituições. Como o cooperativismo gaúcho congrega mais de três milhões de associados o que, no conjunto de suas famílias, supera a metade da população do estado, foram desenvolvidas ações procurando afirmar o ideário cooperativo junto a este contingente e, extrapolando, junto à comunidade como um todo.

Com as bem-sucedidas edições do festival “O Rio Grande Canta o Cooperativismo”, já há um acervo com cerca de 1,1 mil músicas inéditas sobre o tema. A promoção do “Dia C”, no Dia Internacional do Cooperativismo, sempre associado a ações sociais importantes, a par de sua promoção pela Ocergs, tornou-se atividade permanente de um grande número de cooperativas, mobilizando as comunidades locais no primeiro sábado do mês de julho. Muitas dessas ações ocorrem o ano todo, sendo que, em 2021, foram registradas 391 iniciativas.

O Sistema Ocergs-Sescoop/RS vem prestando apoio à realização de Feiras das Cooperativas, via custeio e execução de eventos, além de estimular, principalmente, a divulgação destes eventos, especialmente a Expodireto e a Expointer.

⁵⁵ A pandemia de Covid-19 levou à adoção da modalidade digital (ensino a distância) em muitos cursos, com grande crescimento nas participações.



Visita de cooperativistas gaúchos à sede do Rabobank, na Holanda, em 2015

As ações públicas vêm aprimorando e aperfeiçoando, ao longo dos anos, as relações com entidades associativas e com os poderes públicos.

Assim é o trabalho integrado que vem sendo desenvolvido com a Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Junta Comercial e o Sistema S⁵⁶.

⁵⁶ O Sistema S inclui as seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

De igual modo, são fortes as relações institucionais mantidas com as secretarias de governo (Agricultura⁵⁷, Fazenda, Casa Civil) e com o parlamento gaúcho, sempre por meio da Frecoop/RS, à qual todos os 55 deputados estaduais aderiram. Também com a Frecoop Nacional e a Municipal⁵⁸ vêm sendo mantidos os contatos convenientes. Neste contexto, cabe menção ao reconhecimento público do valor do cooperativismo com a instituição da cidade de Nova Petrópolis como Capital Nacional do Cooperativismo (Lei n.º 12.205/2010), do Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito, celebrado sempre na terceira quinta-feira do mês de outubro (Lei n.º 12.620/2012), e da pessoa de padre Theodor Amstad, SJ, como Patrono do Cooperativismo Brasileiro (Lei n.º 13.926/2019).

Todas essas ações, de âmbito interno e externo ao cooperativismo, chamam a atenção da mídia e ganham espaço nos veículos de comunicação. Atenta a isso, a Ocergs tem dado atenção especial à imprensa para divulgação das boas notícias sobre cooperativas e cooperativismo.

Com envolvimento crescente a cada ano, o Sistema Ocergs-Sescoop/RS passou a desenvolver iniciativas com vistas à formação de futuros associados e dirigentes de cooperativas. Para isso, implementou programas destinados aos jovens, com recursos do Sescoop/RS, sempre que aplicável:



Edições de 2017 e 2019 do Dia C - Dia de Cooperar

⁵⁷ O Conselho Estadual de Cooperativismo (Cecoop) ainda não foi instalado no atual governo, para o que a Ocergs vem diligenciando junto ao secretário e ao coordenador da área cooperativa. A Ocergs encaminhou os nomes dos nove integrantes que lhe cabe designar em 23 de novembro de 2019.

⁵⁸ Especificamente com relação à Frecoop na Câmara Municipal de Porto Alegre, a Ocergs vem atuando para a aprovação de projeto de lei que assegure, às cooperativas de trabalho, a participação em processos licitatórios para prestar serviços públicos.

- O Programa Educacional para constituir cooperativas escolares, que já conta com 149 unidades, formadas por cerca de 5 mil jovens.
- O Programa Aprendiz Cooperativo, que estimula as cooperativas a abrir o mundo do trabalho para jovens e vem registrando uma ampliação de até 3 mil alunos ao ano.
- O Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, que vem apresentando sucesso na meta de fixar no meio rural os jovens de 14 a 24 anos de idade, com vistas à sucessão profissionalizada via gestão de pequenas e médias propriedades rurais, estimulando o empreendedorismo cooperativo.

**Formatura do
Programa Aprendiz
Cooperativo, em
2019, realizada na
Expodireto**



A contar da primeira destas atividades, em 2006, já são 19.353 alunos abrangidos.

Para aprimorar o desenvolvimento da parte docente destes programas⁵⁹, a Ocergs vem prestando apoio a seis cooperativas educacionais que, hoje, contam com mais de 400 educadores⁶⁰. Outro dado relevante é que a participação das mulheres vem crescendo, não apenas nos programas para jovens e nas equipes de instrução, mas também nas cooperativas, onde estão ocupando cada vez mais espaço.

No processo de reconstrução e consolidação iniciado, com crescente sucesso, em 2006, houve momentos em que a busca por espaço físico adequado se fez imperiosa. Em outros, foi conveniente. Em todos, impôs-se a decisão entre locar ou comprar. Com a opção por comprar ou construir sendo a mais indicada, e tendo a Ocergs e o Sescoop/RS conquistado as condições suficientes, por primeiro foi adquirido o prédio para instalação da sede administrativa do Sistema, na Rua Félix da Cunha, 12, Bairro Floresta, em Porto Alegre. Mais tarde, para instalar adequadamente a Escoop, foram adquiridas as instalações na Avenida Berlim, 409, Bairro São Geraldo, também em Porto Alegre.

Com a participação constante do Sistema Ocergs-Sescoop/RS na Expointer, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, e na Expodireto, no Parque da Cotrijal em Não-Me-Toque, foi conveniente ali investir em prédios para abrigar e apresentar o cooperativismo. O valor imobilizado alcança hoje 30 milhões de reais.

59 Em 2020, os dois programas de Aprendiz Cooperativo capacitaram 2.520 jovens. Sob as restrições da pandemia de Covid-19, 2.450 alunos estão sendo capacitados via educação a distância.

60 Vale destacar que, ainda em 2007, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego tentaram forçar a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta segundo o qual era exigida a contratação, pelo Sescoop, de 21 empregados para a execução dos Programas de Aprendiz Cooperativo. A resistência foi vitoriosa e a execução seguiu a cargo das cooperativas educacionais.

SESCOOP/RS



Atual sede da
Ocergs-Sescoop/RS, na
Rua Félix da Cunha, Bairro
Floresta, em Porto Alegre

Nesta mesma linha e propósito, espera-se que, em breve, consoante os projetos já aprovados, as estruturas imobiliárias em Porto Alegre estejam unificadas no terreno da Avenida Berlim. Ali, as reformas são bancadas pela Ocergs.

Por fim, é imperioso destacar que todos os colegiados do Sistema Ocergs-Sescoop/RS⁶¹ vêm atuando frequentemente, garantindo a regularidade estatutária pela Ocergs e regimental pelo Sescoop/RS. São atualmente 50 integrantes que cumprem suas funções com zelo e diligência, assegurando, à estrutura executora, a salvaguarda necessária para a busca das metas propostas e, às cooperativas filiadas, a transparéncia esperada por todas. Cada vez mais, ao cooperativismo gaúcho e nacional, vêm sendo demonstrados os resultados da atuação integrada entre a Ocergs, na sua dimensão institucional e como sindicato patronal, e o Sescoop/RS e, também, com a Escoop.

É relevante destacar que, já há alguns anos, a gestão destas instituições passou a fundamentar-se em planejamento estratégico, adotando as técnicas adequadas. Os planejamentos construídos em 2015 e em 2019 têm uma contribuição fundamental para a consolidação do Sistema Ocergs-Sescoop/RS na sua trajetória a serviço do cooperativismo gaúcho. Para o plano 2021-2023 há ações que conduzem a esse objetivo e colaboram para a continuidade destas obras.

Ainda, faz-se necessário destacar ações da Ocergs que haverão de produzir resultados favoráveis ao sistema cooperativo gaúcho e suas cooperativas.

⁶¹ Diretoria da Ocergs, Conselho do Sescoop/RS, Conselho Fiscal da Ocergs e do Sescoop/RS e Conselho de Ética.

COM RELAÇÃO AO SESCOOP/RS, SÃO AS SEGUINTEs:

- Pleitear que a gestão fique a seu próprio encargo, para cumprir a alínea l do artigo segundo de seu Estatuto Social (ser gestor do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop/RS), diferente do que diz o novo Regimento Interno do Sescoop Nacional, que centraliza a gestão na mão de seus executivos.
- Gestionar para que, além do “ensino e formação profissional”, a “promoção social dos associados e dos trabalhadores”, claramente estabelecidos como objetivos com base em lei, e o “monitoramento”, meta estabelecida por decreto, passem a ser considerados em igualdade de condições.

JUNTO À OCB, SÃO ESTAS:

- Pleitear seu empenho para, junto ao Ministério da Agricultura, buscar linhas de financiamento adequadas à retomada e ao desenvolvimento da agroindústria, projetada pelo Rabobank.
- Apresentar projetos para gerar a construção de casas populares, via cooperativas de trabalho, habitacionais e de educação.

**JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO,
AS SEGUINTEs:**

- Analisar a proposta de reforma tributária, tendo apresentado críticas e sugestões.
- Apresentar, acompanhando Farsul, Fiergs e Federasul, a indicação de nome para assumir a presidência do TARP.

**E JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, POR GESTÕES JUNTO AOS
ÓRGÃOS COMPETENTES E BUSCANDO APOIO NA FRENTE
PARLAMENTAR, LISTAM-SE AS SEGUINTEs AÇÕEs:**

- Acompanhar as propostas da OCB com relação à reforma tributária.
- Pleitear por uma política de juros reduzidos para investimentos agroindustriais.
- Desenvolver gestões com vistas à manutenção e proteção do Ato Cooperativo.
- Estar quites com o Tribunal de Contas da União – o que já ocorre até o ano de 2020.

Com a conclusão do histórico dos 50 anos da Ocergs sob o prisma dos períodos dos presidentes que a dirigiram, é importante lembrar que muito mais há para ser contado. Como boa parte desses acontecimentos integram as histórias dos ramos cooperativos, fica ao encargo deles narrá-los.



Na Assembleia
Legislativa,
homenagem aos
50 anos da Ocergs,
celebrados em 2021

Referências

CALLAI, Jaime Luiz. **Fecotrigó**: um trabalho de união – 50 Anos. Porto Alegre: Fecotrigó e Sescoop/RS, 2008.

FLORES, João Prado. **Cooperativas de Mate no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio – Secção de Assistência ao Cooperativismo – Série “Cadernos de Estudos”, 6, 1951.

GIRON, Loraine Slomp. **80 anos de lutas: 1929-2009**, A Cooperativa Forqueta e o Cooperativismo Vitivinícola Gaúcho. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2009.

MEINEN, Énio; PORT Márcio. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: CONFEBRAS, 2012.

MENEZES, Antônio. **Nos Rumos da Cooperativa e do Cooperativismo**. Brasília: CONFEBRAS, 2005. 264 p.

MOURA, Valdiki. **Legislação federal sobre cooperativismo**: específica e aplicada (de 1903 a março de 1965). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – SAI, 1965.

OLIVEIRA, Nestor Brás. **Cooperativismo – Guia Prático**. Porto Alegre: OCERGS, 1984. 303 p.

PERIUS, Vergilio Frederico. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PERIUS, Vergilio Frederico. **A origem do cooperativismo**. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2020.

SIMON, Camilo. **A Revolução Silenciosa**: a saga da eletrificação rural cooperativada no RS. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2011.

Outras publicações

... Álbum da União Sul Brasileira de Cooperativas – Cooperativa Central – Porto Alegre, 1968. Magazine das Nações, n.º 21 – Edição Especial, São Paulo, fevereiro de 1968.

... **O Tatu** (Revista Rural). Ano VIII, n.º 70, 1978. Porto Alegre: Sul em Revista.

... **Os Cinquenta Anos do Departamento de Cooperativismo**; 1933 – 1983. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, [1983]. 200 p

Fontes / referências utilizadas para elaboração deste tópico

Revistas

- ... VIII Seminário Gaúcho de Cooperativismo. Documento Final; A Mobilização para a Constituinte. Porto Alegre: OCERGS (Revista Nova Direção, s/n.^º).
- ... **Direção** (Revista). Ano I, n.^º 6, março de 1979. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano I, n.^º 8, maio de 1979. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano II, n.^º 16, janeiro a abril de 1980. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano II, n.^º 17, maio de 1980. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano III, n.^º 19, julho de 1980. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano III, n.^º 28, setembro a dezembro de 1981. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano IV, n.^º 29, janeiro/fevereiro de 1982. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Direção** (Revista). Ano V, n.^º 34, novembro/dezembro de 1982. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Nova Direção** (Revista). Ano I, n.^º 1, julho de 1985. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Nova Direção** (Revista). Ano I, n.^º 2, agosto de 1985. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Nova Direção** (Revista). Ano I, n.^º 3, setembro de 1985. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Nova Direção** (Revista). Ano I, n.^º 4, outubro/novembro de 1985. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Nova Direção** (Revista). Ano I, n.^º 5, janeiro/fevereiro de 1986. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Nova Direção** (Revista). Ano I, n.^º 6, março/abril de 1986. Porto Alegre: OCERGS.
- ... **Rio Grande Cooperativo** (Revista). Ano 5, n.^º 16, 2019/1. Sescoop/RS
- ... **Saber Cooperar – A Revista do Cooperativismo** – Edição especial OCB 45 anos. Extrato da versão eletrônica.

Publicações

... 2000 RS – **Manifesto Cooperativo**; Cooperativismo Gaúcho e Modernidade. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 1996. 22 p.

... **Assembleia Legislativa do RS**, Diretoria de Anais:

Em defesa do Cooperativismo – Dep. Adolpho Puggina, discursos de 2 e 8/03/1977.

Cooperativismo, comércio, indústria – harmonia desses fatores – Dep. Rubi Diehl (“crítico” do gigantismo), discurso de 18/04/1977.

... **Assembleia Legislativa do RS**, *Relatório da Comissão Especial que Examinou a Situação do Cooperativismo no Estado*. 1973, 96 p.

... **Seminário de Análise da Legislação Cooperativa**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS (Corag), 1980. 258 p.(citado na Revista Direção, n.º 17 e 19)

... **Assembleia Legislativa do RS**, *Estudos dos Problemas do Cooperativismo – Comissão Especial*. Relatório. 1981, 324 p.

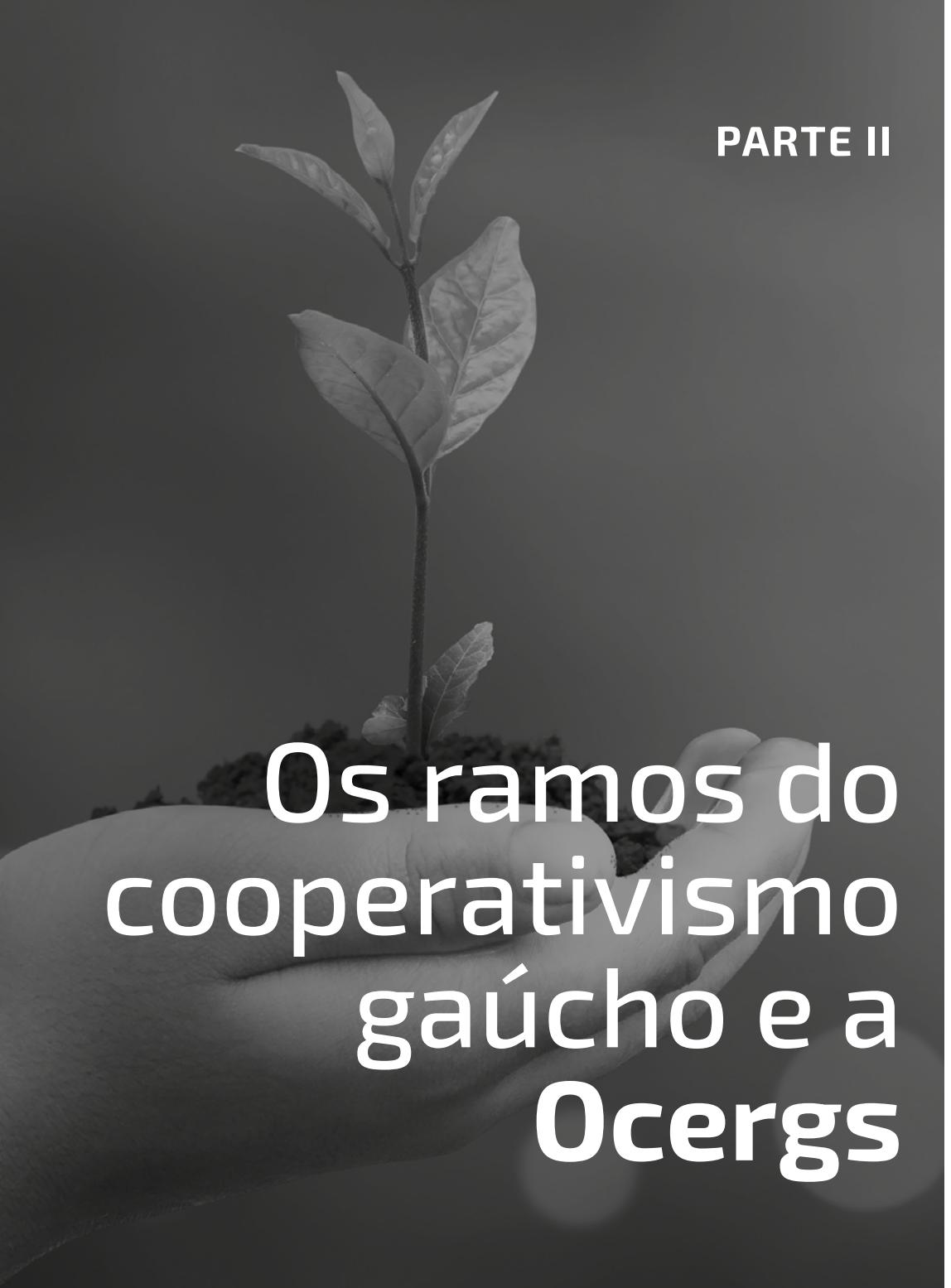
... **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2019** – OCERGS. 2020, 52 p.

... **Cooperativismo e o Legislativo Gaúcho** – publicação da OCERGS, sem data.

... **Mensagem aos Constituintes Estaduais – 1989**; Em Defesa das Cooperativas. Porto Alegre: ASCOPERGS

... **OCERGS, Informativo**. Ano 1 – n.ºs 3 e 4 – maio de 1988.





PARTE II

Os ramos do cooperativismo gaúcho e a Ocergs



A estrutura OCB/OCE tem, desde o seu início, a função de representar todas as cooperativas. Estas, espalhadas por um país de enorme dimensão, reúnem pessoas com diferentes interesses, por vezes conflitantes, em variados cenários de geração de riqueza. Nem todas as expressões cooperativas conseguem ou querem montar uma estrutura de Central-Federação/Confederação. Para representá-las, a OCB instituiu agrupamentos que se convencionou chamar de segmentos cooperativos. A diversidade daí resultante levou a uma concentração, segundo os maiores interesses comuns, chegando a uma classificação por ramos. Estes, até 2019, eram em número de 13. Em 2020, após um processo de revisão, foram agrupados em sete.

Com essa modificação, o Sistema OCB buscou se aproximar da realidade das cooperativas, permitindo gerar mais impactos positivos, tanto para as pessoas quanto para os negócios, por meio de um movimento de fortalecimento da economia brasileira.

Para os fins da presente história, isto significa acolher, sob um mesmo relato, trajetórias que foram, durante muitos anos, distintas por definição. É o que se pretende registrar nas próximas páginas.

CAPÍTULO 5

O cooperativismo agropecuário e suas Federações

Tarcisio José Minetto
*Economista Diretor
da FecoAgro/RS*



Narrar os principais acontecimentos cíclicos relativos ao passado e ao presente do nosso cooperativismo, e à sua evolução segundo o tempo, lugar e fatos, não é tarefa fácil diante das organizações existentes e dos acontecimentos, referências, dados, peculiaridades, consequências ou resultados. Nossa propósito é elencar as ocorrências históricas mais relevantes de como o sistema cooperativista agropecuário do estado se portou em suas iniciativas, ações e feitos no decorrer dos últimos 50 anos, como foi estruturado e como se encontra hoje.

Na década de 1950, o que prevalecia na visão política do Brasil era o nacionalismo. Uma das preocupações do governo na época era como garantir o abastecimento alimentar da população e, para isso, precisava organizar a produção agrícola. É nesse contexto e período que surge, em tempo recorde, uma série de cooperativas com objetivo de fomentar a produção, com a chancela do Estado como indutor do crescimento, mas sob a tutela do setor produtivo, dividindo responsabilidades. Com as cooperativas constituídas, foram criadas Federações de Cooperativas no Rio Grande do Sul por segmentos para representar e defender os

interesses de ordem econômica, social e política de cada uma delas. O propósito era desenvolver a cultura da cooperação para a organização da produção, que era forte, principalmente pela influência da imigração europeia.

A Lei n.º 5.764/1971 trouxe uniformidade ao sistema cooperativista, mas suas consequências no Rio Grande do Sul não foram tantas como as propaladas. Isso se deve ao simples motivo de que, quando do seu advento, com a criação da OCB e das organizações estaduais, a Ocergs se constituiu e já encontrou um estado com o cooperativismo estruturado em Federações (Fecolã, Fearroz, Fecotrigó, Fecovinho, Fecoergs, Fecocarne). Nacionalmente houve maior reflexo, porque antes havia duas entidades que disputavam espaço pelo comando do setor: no Rio Grande do Sul, a União Sul-Brasileira de Cooperativas, e em São Paulo, a União Nacional de Cooperativismo (Unasco). Com a lei, surgiu a unificação pela OCB.

Neste contexto, perduram até hoje no estado as Federações de cooperativas com atuação dentro de ramos. No setor agropecuário, várias delas desempenham um papel importante e terão suas trajetórias, desafios e expectativas relatados ao longo deste capítulo.

Fecovinho – Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul

Fundada em 12 de novembro de 1952, à época tinha o objetivo de contribuir com o ordenamento e a comercialização dos produtos das cooperativas, tendo em vista que os agricultores sócios das cooperativas

de primeiro grau, até meados daquela década, entregavam o vinho e não a matéria-prima. Era um misto entre fracionamento e industrialização e, por isso, as cooperativas entenderam por bem criar uma entidade de segundo grau que pudesse abrir mercados para o significativo volume recebido. Entretanto, com o incremento da importação e o desenvolvimento nacional de máquinas e equipamentos, cada cooperativa foi estruturando seu parque industrial. A Fecovinho, após relevantes serviços prestados, passou a exercer uma função de representação política e institucional.

A partir dos anos 2000, essa atuação se potencializa pelo surgimento do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), que exige das cooperativas um papel determinante no que se refere à importância e ao reordenamento setorial, novas relações mercadológicas e de gestão, e foco em inovação, tecnologia e qualidade. A contribuição da Federação também passa a ser de mediadora dos interesses públicos, privados, de produtores rurais e da indústria.

Durante esse período, a Fecovinho colaborou com diversos projetos, especialmente sobre exportação, equacionamento dos estoques de produtos e captação de recursos para o setor, bem como sobre fortalecimento e aplicação das políticas públicas para a agricultura familiar. Da mesma forma que, até hoje, influencia na definição da remuneração da uva, através das políticas de preço mínimo, assim como contribui para o ordenamento do setor, por conta da participação efetiva no Fundovitis, na Câmara Setorial da Uva e do Vinho Nacional e

Estadual, na Frente Parlamentar do Cooperativismo e da Vitivinicultura Nacional e Estadual e na permanente relação com as entidades de representação do sistema, OCB e Ocergs.

Ainda em 2012 as cooperativas participaram da criação do Fórum Mundial de Cooperativas Vitivinícolas, que congrega cooperativas de primeiro e segundo graus da Austrália, Espanha, Chile, Uruguai, Argentina, França, Itália e Brasil, representando mais de 25 mil associados produtores de uva. Em 2019, a Serra Gaúcha sediou pela segunda vez o evento, que tem como objetivo discutir gestão, negócios, tecnologia e futuro com dirigentes e presidentes, jovens e agrônomos.

Em 20 anos, as cooperativas superaram os 100% de crescimento em volume de uvas e faturamento devido ao aperfeiçoamento da gestão e à profissionalização, à utilização da tecnologia na produção e na indústria, ao incremento de valor agregado e ao aumento do portfólio com espumantes, sucos e vinhos. Essas melhorias resultaram em diversas premiações nacionais e internacionais, tornando as cooperativas referência de qualidade no setor.

Em 2021, sob a gestão do presidente Hermínio Ficagna, a Federação representa cinco cooperativas vinícolas, que agregam mais de 4 mil famílias, 28% da produção de uvas e 35% da comercialização de envasados.



Os desafios futuros das cooperativas vinícolas incluem as mesmas adversidades enfrentadas pelos demais segmentos de produção, especialmente a alta dos insumos e dos custos. No seu conjunto, esperam entregar ao mercado produtos de excelência, elaborados com matéria-prima de qualidade e em quantidade para atender à demanda, à altura da capacidade tecnológica das vinícolas brasileiras, o que tem ocorrido nas últimas safras.

As lideranças do setor sinalizam que o objetivo principal para os próximos anos é atender bem os agricultores associados e estabelecer padrões de qualidade, remuneração e destinação da uva, conforme interesses coletivos, além de aproveitar as oportunidades do mercado. O foco de atuação é fortalecer as relações institucionais e políticas, equacionar questões relacionadas ao alto custo tributário e à concorrência desleal oriunda de descaminhos, buscar alternativas de logística reversa, avançar na exposição a tratados econômicos bilaterais, intensificar a intercooperação e alinhar o planejamento estratégico da Fecovinho.

Fearroz – Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul

Foi constituída em 5 de agosto de 1953 para representar as cooperativas de arroz gaúchas, defendendo os interesses destas em questões políticas, legais e estratégicas. A maioria das filiadas possui estrutura própria de apoio à produção, armazenagem e beneficiamento do arroz, agregando valor ao produto de seus associados. Com isso, atendem o ciclo

completo: recebimento, secagem, armazenagem, beneficiamento e comercialização da safra, servindo como balizadoras de preço nas regiões onde atuam.

Hoje são nove cooperativas filiadas atuando basicamente nas regiões da Campanha, Central, Fronteira e Litoral Norte gaúcho, unidas num mesmo ideal. São realizadas reuniões semanais com o objetivo de trocar experiências e informações sobre safra, estoques, mercado, comercialização da produção e resolução dos problemas inerentes ao setor. O presidente atual é Gilnei Luís Soares, que assumiu após 29 anos de atuação de André Barbosa Barretto à frente da Federação.

A Fearroz continuará trabalhandoativamente, com foco voltado à defesa dos interesses das filiadas, assim como as demais Federações ligadas ao ramo agropecuário no qual estão organizadas. O desafio para as cooperativas do setor do arroz é manterem-se sustentáveis economicamente, seja operando de forma individual ou de forma integrada se as condições de competitividade no futuro assim exigirem.

A Federação não descarta novas tratativas de composição organizacional nos próximos anos, repensando qual estratégia adotar: permanecer no formato atual ou realizar fusão com outras organizações ou entidades do ramo agropecuário. Além das questões de ordem política e estrutural, também seria fundamental avançar na inovação, profissionalização da gestão e transparéncia, com a adoção de novas tecnologias e produtos que atendam à demanda do mercado, gerando sustentabilidade econômica e financeira às cooperativas e aos seus associados.

Fecolã – Federação das Cooperativas de Lã do Brasil Ltda.

Estabelecida em 12 de fevereiro de 1952, conta atualmente com seis cooperativas, embora tenha no seu cadastro filiadas que ainda existem enquanto CNPJ, ou estão em processo de liquidação. No passado, existiam 22 cooperativas filiadas e em operação.

A Federação busca, com base na ação conjunta a que se abrigam suas filiadas, estimular as atividades cooperativistas no Rio Grande do Sul vinculadas à produção, industrialização e comercialização da lã. Atua junto aos poderes públicos e instituições privadas para as soluções dos problemas da lã e da ovinocultura, representando e defendendo os interesses de suas filiadas, com o propósito de apoiar e desenvolver ações que resultem na manutenção, no desenvolvimento e na integração social de seus associados.

O desafio principal da Fecolã, de acordo com o atual presidente, Leocádio Bardallo Ledesma, é integrar entidades e criadores para, em conjunto, desenvolver ações capazes de provocar a reestruturação da cadeia produtiva da ovinocultura.

O propósito é aumentar a renda dos criadores, com a melhoria da eficiência dos rebanhos e o aumento da produção e da qualidade da lã, da carne e das peles. Hoje, a atuação da Federação é bastante restrita. Talvez seja seu desfecho, num futuro próximo, se integrar a outras Federações que possam agregar e resgatar o fomento ao segmento da produção de lã, que foi bastante expressivo no passado no meio cooperativo.

Fecotriço – Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul Ltda.

Foi fundada em 16 de outubro de 1958 por iniciativa de 29 cooperativas tritícolas, sob o nome de Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul Ltda. Naquela década, o país vivia o período do “desenvolvimentismo”, pregado pelo governo Juscelino Kubitschek dentro do Plano de Metas do governo.

No seu ato de fundação os objetivos evidenciados eram: reunir as cooperativas de primeiro grau e promover a defesa da economia tritícola, bem como organizar, em comum, os seus serviços, proporcionando-lhes outras vantagens ou interesses comuns... (FECOTRIGO, Um trabalho de união, 50 anos)

O sistema cooperativo agropecuário entrou para a história como protagonista do desenvolvimento e modernização do setor agrícola no estado nas décadas de 1960 e 1970. Ele continua desempenhando esse papel atualmente, promovendo inovações, pesquisas e tecnologias para as cooperativas e seus associados e visando melhores resultados econômicos e sociais. Quando foram criadas, estas organizações tinham características mais comerciais. Nessa época, o cooperativismo agropecuário estava estruturado e ligado à Federação de Cooperativas, que atuava na defesa política dos interesses das filiadas, modelo de representação vigente até hoje.



A Fecotrigro com foco econômico-empresarial

Na década de 1970, com a ascensão de novas lideranças à frente da Fecotrigro, sob o comando de Ari Dionísio Dal Molin, foi promovida uma mudança de estratégia no foco de atuação.

A partir daí a Fecotrigro assume uma nova diretriz marcadamente empresarial, o que ficará explicitado quando da reformulação estatutária realizada em 1973, que acresce aos objetivos iniciais: atuar direta e individualmente, tanto na comercialização

dos produtos daquelas como na aquisição, produção e comercialização de bens de consumo e insumos e operar com terceiros em benefício próprio ou das filiadas, atuar diretamente em nome de suas federadas na corretagem de câmbio, títulos, valores e seguros. (FECOTRIGO, Um trabalho de união, 50 anos)

Teve início uma fase de reorientação do sistema cooperativo agropecuário, com a opção pela agroindustrialização, sendo que as cooperativas e a própria Federação surgiram como uma organização de luta política na busca de preços justos e condições

apropriadas de comercialização para as cooperativas e seus associados. Com o novo foco, outros desafios e enfrentamentos com concorrentes do mercado afloaram, mas o entendimento das lideranças indicava

(...) que o único caminho para independência do produtor, isto é, a única possibilidade que o mesmo tinha de participar como um verdadeiro parceiro nesse mercado, passa pelo fortalecimento da cooperativa, pela constituição de uma unidade econômica eficiente e poderosa. Com efeito, numa luta entre gigantes, ou a cooperativa é um deles, ou o produtor perecerá. (BENETTI, p. 44)

Houve uma mudança de percepção de atuação política do sistema, partindo para a verticalização das cadeias produtivas, com foco econômico em um novo projeto. A estratégia a ser seguida era agregar valor por meio do beneficiamento e da agroindustrialização, e ganho de escala graças ao potencial produtivo, buscando melhores resultados econômicos. O cooperativismo seguia os preceitos do padre jesuíta Roque Lauschner (*in memoriam*), da Unisinos, um entusiasta e incentivador da verticalização das cadeias produtivas, integrando desde os insumos ao produto final em benefício do associado (complexo agroindustrial).

Em janeiro de 1976, com a participação inicial de 10 cooperativas e visando construir alternativas, principalmente para os pequenos agricultores, foi fundada a Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda. (CCGL). Hoje em pleno funcionamento,

sediada em Cruz Alta, tem atuação destacada no setor de lácteos e na gestão dos terminais portuários Termasa e Tergrasa, em Rio Grande, gerando bons resultados ao cooperativismo agropecuário do Rio Grande do Sul. Em seu percurso, passou por forte reestruturação e ajustes na governança e, em 2008, inaugurou uma nova beneficiadora de leite em Cruz Alta, que significou a retomada da atividade inicial que motivara a criação da Central.

Buscando desenvolver e fomentar o processo produtivo, não poderia faltar a criação do Centro de Experimentação e Pesquisa (CEP) na década de 1970, também em Cruz Alta, com a finalidade de promover pesquisas e avanços técnicos para beneficiar o dia a dia dos produtores. O trabalho se consolidou e constitui-se numa das contribuições mais importantes para o Sistema Fecotrig, com a geração de inovações para o campo, forte idealização e implementação de plantio direto. Foram desenvolvidas novas tecnologias agronômicas adaptadas e, mais recentemente, incorporados experimentos ligados à produção leiteira, através da Rede Técnica Cooperativa (RTC), vinculada à CCGL e estruturada para dar continuidade e suporte em inovação e pesquisa.

Com o complexo industrial estabelecido, a expectativa era de que o funcionamento eficiente assegurasse resultados na busca de um desenvolvimento econômico sustentável do cooperativismo agropecuário gaúcho. Mas nem tudo andou conforme o planejado, e o sistema cooperativo, assim como demais empresas do setor, enfrentou um período de crise.

A nova fase da Fecotrigo

A estrutura criada para agregar valor exigiu pesados investimentos e, com a crise no final dos anos 1970 e início da década seguinte, o cooperativismo agropecuário gaúcho sofreu os impactos da redução do crédito público. Grande parte das atividades do complexo cooperativo estava lastreada em dólar e foi impactada com oscilações de fatores externos como a variação cambial, o segundo choque do petróleo e a alta das taxas de juros internacionais. Esse conjunto de fatores desestruturou as finanças das empresas que tinham atuação forte no mercado internacional, além da competição com as concorrentes.

A partir deste cenário complexo foi exigido um monitoramento mais apurado da governança do sistema na época, na defesa dos interesses econômicos. Por outro lado, não se podiam deixar de lado os objetivos de natureza política do ramo. Neste contexto, em 24 de junho de 1980 a Fecotrigo foi transformada em Central das Cooperativas do Rio Grande do Sul Ltda. (Centralsul), que assumiu as funções econômicas, e foi criada uma “nova” Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul Ltda., com atuação política. A assembleia de desmembramento contou com a presença expressiva de 67 cooperativas.

A Central assumiu a propriedade dos bens e passou a cuidar de todas as atividades econômicas, empresariais e gerenciais do sistema, inclusive da administração de agroindústrias e todo o complexo. E ainda se encarregou da industrialização e comercialização dos mais diversos produtos (*Agricultura & Cooperativismo*,

& *Cooperativismo*, 1980, p. 13, edição de julho). Seu presidente era Ari Dionísio Dal Molin, e o vice-presidente, Hermann Strobel.

Nesta nova etapa, a Centralsul instalou duas indústrias de esmagamento de soja, uma em Canoas e outra em Cachoeira do Sul. Também criou uma série de subsidiárias para atuarem na fabricação de defensivos agrícolas e de produtos para animais, como carrapaticidas e parasiticidas, além de uma unidade de beneficiamento de arroz, usina de calcário e empresas do setor de seguros, de câmbio, de armazenagem e de transportes. Investiu numa unidade de produção de fertilizantes e instalou uma planta para produção de rações.

A presidência da nova Fecotrigo coube ao produtor Jarbas Pires Machado, que teve como vice-presidente Mário Kruel Guimarães. A entidade passou a atuar em três frentes principais: a política de representação das cooperativas e seus associados, a defesa econômica do homem do campo e a união para o fortalecimento das cooperativas filiadas (*Agricultura & Cooperativismo*, 1980, p. 13, edição de julho).

O cooperativismo agropecuário vivia um momento delicado na década de 1980, com dificuldades decorrentes da retração do poder público como principal financiador, entre outros fatores. Idealizou-se, então, a criação de um “banco das cooperativas ou dos produtores”, com a finalidade de organizar, estruturar e estimular a expansão do cooperativismo de crédito. Com o aval do principal motivador, Mário Kruel Guimarães, que tinha larga experiência

no setor financeiro, foi criada a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul (Cocecrer/RS). Formalizada no dia 29 de maio de 1981, com o apoio da Fecotrigro, passou a funcionar junto à Pilla Corretora de Valores Ltda., hoje Sicredi. Nessa mesma época, por sua vez, o governo federal iniciou o processo de fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Talvez por mera coincidência, ocorreu também a retirada das funções regulatórias do Incra junto às cooperativas.

Segundo Vergilio Frederico Perius, na época assessor do Incra,

É atribuída à Fecotrigro a responsabilidade de intermediar as crises internas das cooperativas filiadas, e de igual sorte, a fiscalização contábil e financeira induzindo o Sistema Fecotrigro a organizar serviços próprios de auditoria.

Em 28 de junho de 1983, era assinada a resolução da Executiva Interinstitucional, compreendendo a coparticipação do Incra, da Ocergs e da Fecotrigro, cujo objetivo precípuo era a formação, de parte da Fecotrigro, de uma equipe gerencial capaz de identificar os problemas existentes e de encaminhar soluções no próprio local de trabalho, propiciando, dessa forma, participação direta dos interessados. A



equipe técnica interdisciplinar da Fecotriga tinha incumbência de identificar a situação econômico-financeira da entidade auditada, analisá-la com base nos princípios da administração moderna e formalizar programações específicas em cada cooperativa.

Nas décadas de 1980 e 1990, o cooperativismo agropecuário intensifica sua atuação na comunicação com suas cooperativas e seus associados através da Fecotriga, como forma de mobilizar e discutir alternativas para o sistema diante da realidade enfrentada pelo setor frente à crise vivida. Em 2 de outubro de 1984 foi realizado o Grito do Campo, uma das maiores manifestações históricas do meio agrícola, onde mais de 40 mil representantes de 68 cooperativas, em parceria com outras entidades de relevância do setor rural, se concentraram no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, para expressar sua insatisfação com a política agrícola e a situação política nacional, que estavam afetando a vida econômica e social das cooperativas e de seus associados no meio rural.

Ao longo dos anos de 1980, a participação do cooperativismo gaúcho foi destacada, por meio da Fecotriga, junto com a Ocergs. Estas se mobilizaram para formular propostas de emendas que foram remetidas ao Congresso Constituinte de 1988, voltadas à defesa do setor, ao estímulo do cooperativismo, à autonomia do sistema, à política agrícola e de crédito, às questões tributárias e ao ato cooperativo. Essas demandas estão contempladas no artigo 5º da nova Constituição do Brasil de 1988, que assegura a autonomia do cooperativismo.

Ainda em meados desta década, com o afastamento de Jarbas Pires Machado para ser secretário da Agricultura, Terciso Redin assumiu interinamente a presidência da Fecotriga. De 24 de abril de 1987 a 31 de março de 1989, ocupou definitivamente a presidência e teve como vice-presidente Aquelino Dalla Libera. No mandato seguinte, de 31 de março de 1989 a 2 de março de 1992, Odacir Klein foi empossado presidente e teve como vice-presidente Rui Polidoro Pinto, que em abril de 1992 assumiu a presidência e permaneceu à frente da entidade até 30 de setembro de 1997.

Na década de 1990, muitas lutas foram lideradas pela Federação, como o aporte e a liberação de recursos para financiamentos de quotas-partes, a discussão do Projeto da Lei Agrícola e a Marcha a Brasília, denominada de “caminhonaço”. Também se destacou o Projeto de Saneamento Financeiro das Cooperativas de Produção Agropecuária, que derivou na implementação do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) e instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) em 1998, além do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), para citar algumas das mobilizações importantes na defesa das cooperativas e dos seus associados.

FecoAgro/RS – Uma outra proposta de organização

Em 1997, ocorreu outro debate sobre a necessidade de reestruturação do Sistema Fecotriga e das demais Federações. O objetivo era propor uma nova organização para pontuar o rearranjo das cooperativas

de segundo grau, fortalecer a ação no conjunto das cooperativas agropecuárias, evitar os problemas de dupla representação e ser mais atuante junto à Ocergs, além de reduzir os conflitos intercooperativas e as crises de gestão das filiadas.

Em 30 de setembro de 1997 foi criada a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS), reunindo Fecotrigó, Fecolâ, Fearroz, Fecovinho e Fecocarne. Foram eleitos como presidente da FecoAgro/RS Rui Polidoro Pinto, vice-presidente Álvaro Lima da Silva, e vice-presidente executivo André Barbosa Barreto. Suas principais diretrizes foram:

Representação política; reposicionamento e acompanhamento da estrutura e dinâmica organizacional das associadas; assessoramento na constituição e funcionamento de organizações intercooperativas na área industrial, comercial e tecnológica; dinamização do agrobusiness cooperativo; prestação de serviços especializados e suporte técnico; sistema e estratégia de gestão pela qualidade, das associadas e dos produtores. (O INTERIOR, 1997, p. 10, edição de outubro)

A iniciativa e a composição perduraram até 2003. A partir daquele ano até março de 2014 a direção ficou a cargo de Rui Polidoro Pinto como presidente. Então, Paulo Cesar Vieira Pires assumiu o cargo, permanecendo até os dias atuais como dirigente da FecoAgro/RS. Cabe observar que a iniciativa e a visão de integração do sistema das Federações ligadas ao

ramo agropecuário foram inteligentes, mas na prática não se concretizaram conforme o propósito. Talvez o momento não fosse apropriado para que a ideia prosperasse entre as Federações que estão ativas e em operações até hoje, cada uma atuando em um segmento e algumas enfrentando fragilidades. Nos anos de crise, muitas cooperativas não suportaram as dificuldades de ordem econômica e financeira, e não tiveram outra alternativa a não ser encerrar suas atividades.

É um tempo de discussões de natureza estratégica. Passada a fase mais aguda da crise que atingira o sistema cooperativista, em especial as cooperativas agropecuárias, inicia-se a arrumação do sistema. É um longo processo. Por ocasião da realização do Workshop de Direcionamento Estratégico, desenvolvido em Palmeira das Missões, no ano 2001, promoção da Ocergs, com a assessoria da Fundação Getúlio Vargas, os participantes escreveram no relatório final:

“Vivemos um momento de reconstrução do cooperativismo no Estado. A autoestima de todos está numa fase ascendente. É hora de enfrentar o desafio de promover o reposicionamento e o realinhamento estratégico da Ocergs e das cooperativas para um Plano de Ação estruturado, concreto e capaz de recuperar resultados.

O processo de construção de uma visão compartilhada de futuro possibilitou que um time de dirigentes cooperativistas, altamente representativos do setor, definisse rumos e identificasse ações capazes de superar obstáculos.



Na abertura do encontro ficou claro que a ‘travessia’ do modelo antigo para novo modelo de gestão iniciou-se há três anos com reformas profundas na Organização. Inaugura-se, portanto, uma nova etapa.”

Essa sistemática de trabalho e forma de encaminhamento estratégico é retomada nos anos seguintes, passando a fazer parte da cultura organizacional. Com efeito, em outubro de 2003, reuniu-se o Fórum de Dirigentes do Ramo Agropecuário para efetuar uma análise da conjuntura do setor, traçar cenários para o triênio, fixar metas e estabelecer projetos. O sentimento, pelo que se depreende do relatório do referido Fórum, é que a turbulência maior que

perturbava as cooperativas de grãos estava, em boa medida, superada. Não significa que não houvesse problemas, ocorre que os estrangulamentos maiores estavam ajustados ou em via de ajustar-se. (FECOTRIGO, Um trabalho de união, p. 140)

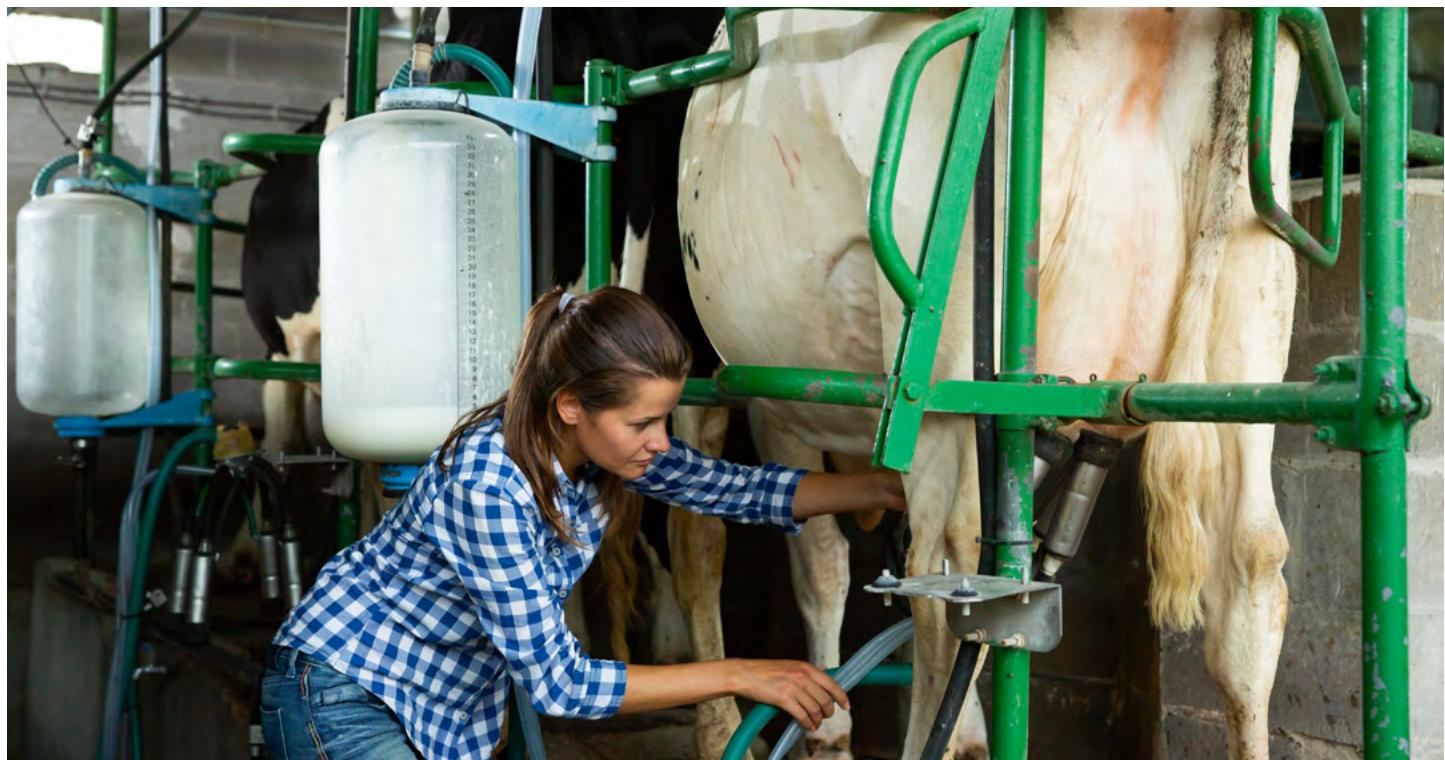
Hoje, a FecoAgro/RS agrega 35 cooperativas, 173 mil associados, mais de 20 mil funcionários e um faturamento anual superior a R\$ 25 bilhões. É o maior faturamento do sistema, responsável por 50% da originação da produção agrícola do estado. Reúne a maioria das cooperativas da área de produção de grãos e de proteína animal.

A Federação tem sua política de atuação na defesa dos interesses das filiadas e está integrada ao Sistema Ocergs e OCB na representação do ramo agropecuário, além de promover uma série de ações. Entre elas, estão a formação e capacitação profissional com lideranças, diretores e colaboradores das cooperativas e do quadro social, execução de programas e projetos centralizados do ramo pela FecoAgro/RS, bem como a estruturação deles, com cada instituição respeitando suas individualidades.

Desafios do cooperativismo agropecuário gaúcho

As cooperativas agropecuárias gaúchas têm atingido bons resultados nos últimos anos. Apesar do

cenário positivo, os desafios que o setor vislumbra são grandes. Para conseguir manter o ritmo de desenvolvimento, as cooperativas deverão planejar estrategicamente como solucionar problemas que há alguns anos limitam a expansão do ramo agropecuário, como as questões de infraestrutura (logística, energia elétrica, conectividade no campo, entre outros). Há necessidade de melhoria, pois o cooperativismo está crescendo e a estrutura ligada ao setor precisa acompanhar o mesmo ritmo. Uma questão também a se considerar é a chamada “guerra fiscal”, visto que há um impacto tributário forte para o setor quando destina seus produtos para outros estados. O poder público precisa ter mais atenção para estes aspectos.



Segundo o presidente da Fecoagro/RS, Paulo Pires, existem alertas de oportunidades para avançar em novos negócios, no processo de industrialização e na modernização da produção, gerando valor aos associados e às suas cooperativas. Um objetivo importante a ser perseguido é a chamada verticalização, que consiste em oferecer mais alternativas de industrialização no ciclo da produção de alto valor agregado, o que tende a aumentar a competitividade dos produtos originados pelo setor. Houve também uma mudança de comportamento, com foco mais para o coletivo na realização de investimentos de forma integrada entre as cooperativas.

Outro aspecto fundamental é implementar junto às cooperativas agropecuárias a cultura da inovação, profissionalizando o setor, e avançar na questão digital, a exemplo da plataforma SmartCoop, criada recentemente através da intercooperação. É preciso adaptar-se ao novo cenário, disseminando a tecnologia adequada ao campo e colocando à disposição o que de mais moderno existe no mercado digital para o uso das cooperativas e de seus associados, como elemento-chave para atuação em um mercado altamente competitivo.

O cooperativismo, pela sua natureza, ganha força como um dos modelos de gestão mais bem-sucedidos na sociedade. A tendência do cooperativismo agropecuário é ser cada vez mais integrado, e a colaboração é uma virtude, ainda mais no momento em que vivemos. O desafio é desenvolver ação intercooperativa para tornar o cooperativismo mais competitivo e sustentável com visão de futuro.



Sites e documentos utilizados na elaboração do texto

Livros de Atas das Assembleias Gerais.

Livros de Atas do Conselho de Administração.

Relatórios de Gestão.

Fecotrigo, Fearroz. Seminário estratégico “A busca do novo modelo do cooperativismo agropecuário”. Relatório final, março de 1997.

Fecotrigo, *Um trabalho de união: 50 anos*. Publicado em 2008.

Entrevistas com dirigentes e lideranças.

Jornal *O Interior*, 1997, edição de outubro.

Revista *Agricultura & Cooperativismo*, 1980, edição de julho.

CAPÍTULO 6

O desenvolvimento do cooperativismo do Ramo Crédito

Márcio Port

Vice-presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste



No Rio Grande do Sul, o cooperativismo do Ramo Crédito apresenta uma expressiva relevância, com mais de 2,4 milhões de associados e uma rede de atendimento de aproximadamente 1 mil agências. Em cerca de 100 municípios do estado (um a cada cinco), as cooperativas são a única instituição financeira presente e desempenham um importante papel no desenvolvimento destas comunidades. Com uma oferta de produtos e serviços ampla e completa, propiciam que uma pessoa ou empresa tenha em uma cooperativa a sua única instituição financeira, sem necessitar de nenhuma solução de terceiros. Este avanço tornou as terminologias “instituição financeira cooperativa” ou “cooperativa financeira” as formas mais adequadas de representar a atuação das cooperativas que antes trabalhavam quase exclusivamente na captação e crédito.

Apesar da participação de mercado das cooperativas financeiras brasileiras ainda estar distante da realidade de países desenvolvidos, com pouco mais de 6% nos volumes de depósitos e crédito, o Rio Grande do Sul se orgulha por apresentar individualmente índices de primeiro mundo, com uma participação de mercado que se aproxima de 20%.

Esse estágio de desenvolvimento tem relação direta com a história do Ramo Crédito no estado nos últimos 120 anos, que foi o berço do cooperativismo da América Latina, com a fundação da primeira cooperativa, a Sicredi Pioneira RS, em Nova Petrópolis, em 1902, pelo padre jesuíta Theodor Amstad. Este protagonismo rendeu ao município o título de Capital Nacional do Cooperativismo e, ao padre, o de Patrono do Cooperativismo Brasileiro. Além da Pioneira, outras quatro cooperativas já comemoraram seu centenário e mais quatro celebrarão a data nos próximos seis anos.

Podemos dividir a história do Ramo Crédito em duas etapas, indicando a fundação da Ocergs, em 1971 e a publicação da Lei Cooperativista (n.º 5.764/1971) como marcos divisores. O foco deste capítulo irá incidir, portanto, nos últimos 50 anos, a partir destes dois episódios significativos.

O cenário do cooperativismo financeiro em 1971 era desolador. Das mais de 60 Caixas Rurais Raiffeisen⁶² fundadas no estado desde 1902, a grande maioria já não existia mais. A legislação que passou a regulamentar o Ramo Crédito a partir de 1965 mostrou-se inviável para a continuidade das cooperativas, e estas foram, uma a uma, liquidadas ou dissolvidas. Poucas remanesceram.

⁶² Baseadas no modelo proposto pelo alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen, no qual os associados, geralmente pequenos produtores rurais, depositavam dinheiro para ser emprestado a título de crédito aos demais cooperados. A responsabilidade solidária, a fiscalização rigorosa e a gestão democrática são algumas de suas principais características.

A década de 1970, apesar de já contar com a Lei n.º 5.764/1971, pode ser considerada perdida para o cooperativismo financeiro brasileiro. As cooperativas que restaram destacavam-se por ser as maiores em termos de patrimônio líquido ou por estarem com seus documentos e operações em dia quando da realização das rígidas fiscalizações do Banco Central do Brasil.

Construção de uma alternativa

O contexto começou a mudar a partir de 1979. Foi quando um grupo de lideranças de cooperativas agropecuárias do estado esteve no Ministério da Agricultura, com o então ministro Delfim Netto, solicitando recursos para o custeio das propriedades dos produtores rurais associados, fato que se repetia anualmente. Tais valores, quando aprovados, eram operacionalizados pelo Banco do Brasil. Mas, naquele ano, a notícia que os gaúchos receberam não foi boa. O governo não teria recursos suficientes para financiar o crédito rural da próxima safra, pois o país passava por um período de grande dificuldade: estava endividado, com inflação elevada e enfrentando uma disparada do dólar.

A sugestão dada pelo ministro Delfim Netto era de que essas cooperativas agropecuárias deveriam buscar o autofinanciamento como alternativa para o custeio das propriedades rurais, criando cooperativas de crédito, a exemplo do que ele tinha conhecido na França, onde atuara como embaixador do Brasil. No mesmo momento, apresentou aos cooperativistas uma pessoa que poderia ajudar neste processo, o seu

assessor especial Mário Kruel Guimarães⁶³.

Em sua trajetória profissional, Kruel trabalhou na carteira de crédito do Banco do Brasil em vários municípios gaúchos, ministrou cursos sobre crédito rural no Banco Central, escreveu artigos e livros sobre o assunto e, naquele momento, atuava no Ministério da Agricultura. Conhecia bem o cenário do crédito rural brasileiro e, em especial, o gaúcho, onde, em 1958, foi um dos membros da comissão de constituição da Fecotrigó.

Em ato contínuo, criou-se uma Comissão Interministerial para intensificar estudos, visando a regulamentação das seções de crédito das cooperativas mistas e o estabelecimento de condições para o desenvolvimento das cooperativas de crédito rural. Naquele momento, a Ocergs reuniu as poucas cooperativas de crédito rural que ainda funcionavam, assim como as cooperativas de produção, a fim de apresentarem suas reivindicações junto à Comissão Interministerial encarregada de traçar a nova política para o setor. O representante da Ocergs nesta

⁶³ Nascido em Santo Ângelo, em 18 de abril de 1924, teve como uma das características a mudança constante de endereço. Passou por cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, e, na maioria, fixou-se apenas por dois ou três anos. Autodidata, estudou por conta própria para obter a aprovação na prova do Banco do Brasil e começou a atuar em Erechim. Foi gerente de agência em Getúlio Vargas, exerceu a função de chefe da carteira agrícola do Banco do Brasil e se aposentou em Porto Alegre, como inspetor, em 1968. Também dirigiu um frigorífico em Sarandi e em Duque de Caxias-RJ e trabalhou no Ministério da Agricultura, em Brasília, onde havia atuado no Conselho Nacional do Cooperativismo e na Comissão de Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional. Atuou como conselheiro de administração do BNCC, professor de crédito rural e cooperativismo no Banco Central e na Febraban e, em 1958, foi um dos membros da comissão de fundação da Fecotrigó.

Comissão foi Werno Blásio Neumann, então gerente da cooperativa de Nova Petrópolis.

Concluído o estudo sobre a criação das instituições financeiras cooperativas, Kruel percebeu que o assunto seria engavetado em Brasília. Por conta disso, decidiu retornar ao Rio Grande do Sul e conduzir ele mesmo a criação das novas cooperativas. Antes do retorno, ainda na capital federal, ele visitou as embaixadas e buscou entender como funcionavam as cooperativas nos países em que elas estavam bem desenvolvidas. Sua intenção era identificar as fortalezas e fraquezas de cada modelo e, baseado nelas, construir o modelo brasileiro.

Neste importante momento, já em 1980, ele assumiu a vice-presidência da Fecotrigó, ao lado de Jarbas Pires Machado. A Fecotrigó era uma grande potência do agronegócio gaúcho e tinha forte atuação também em outros estados. Atuando na vice-presidência, o foco de Kruel era fomentar a criação de cooperativas do Ramo Crédito dentro de cada uma das cooperativas de produção do Rio Grande do Sul, inspirado no modelo de intercooperação verificado em países europeus, notadamente nas cooperativas fundadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha.

Uma vez constituídas essas instituições financeiras cooperativas, seria possível que elas atuassem no autofinanciamento dos recursos do crédito rural, captando e emprestando na própria localidade. Além de viabilizar as necessidades dos produtores rurais, ainda fortaleceriam a própria região, evitando que as riquezas ali geradas fossem levadas para outras partes do país.



Kruel sabia que para viabilizar essa ideia era necessário que as cooperativas estivessem organizadas e adotassem uma forma de trabalho a mais padronizada possível, possibilitando a existência de uma perfeita integração vertical e horizontal, motivo pelo qual se fez necessária uma Central de cooperativas. Sem ela, as cooperativas seriam frágeis e vulneráveis às fiscalizações do Banco Central, correndo o risco de serem liquidadas assim como acontecera nos 15 anos anteriores.

Esta Central foi criada em 27 de outubro de 1980 e recebeu o nome de Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul (Cocecrer/RS). Uma vez

estabelecida, foi possível seguir com o planejamento e constituir as cooperativas do Ramo Crédito dentro de cada uma das cooperativas agropecuárias gaúchas.

As fundadoras da Cocecrer/RS foram nove cooperativas remanescentes daquelas que haviam sido criadas na primeira metade do século XX: Nova Petrópolis (fundada em 1902), Cerro Largo (1913), Rolante (1923), Taquara (1924), Agudo (1927), Panambi (1931), Crissiumal (1946), Horizontina (1952) e Guarani das Missões (1954). Em 1981, somou-se à Central a cooperativa de Santa Maria (fundada em 1914), em 1982 a de Santa Cruz do Sul (1919) e, em 1983, a de Augusto Pestana (1925). Das cooperativas

rurais remanescentes, não se filiaram à Central as cooperativas de Dois Irmãos⁶⁴ e Paverama⁶⁵, que vinham enfrentando dificuldades e deixaram de operar alguns anos depois. Também não se somaram à Cocecer/RS, naquele momento, por serem cooperativas do modelo Luzzatti, as de Lajeado (fundada em 1906) e de Porto Alegre (fundada em 1925 como Central das Caixas Rurais e transformada em cooperativa singular em 1967).

Criada a Central, o trabalho liderado por Mário Kruel Guimarães teve como foco duas ações principais: a estruturação da Cocecer/RS, de forma a elaborar um modelo sistêmico sólido, que garantisse a continuidade do funcionamento das nove cooperativas fundadoras; e o fomento a novas cooperativas singulares, alicerçadas no apoio incondicional da Fecotrigo e das cooperativas agropecuárias gaúchas.

Nos cursos, com duração de uma semana, e reuniões que passou a ministrar, Kruel abordava os modelos Luzzatti e Raiffeisen, citando casos de sucesso como o *Credit Agricole*, o *Credit Mutuel* e o *Rabobank*. Participavam destas formações os colaboradores de cooperativas de produção, que voltavam imbuídos a criar as cooperativas de crédito.

Foi assim, mediante ações de fomento da Central recém-fundada e com o apoio das 80 cooperativas de produção e comercialização lideradas pela Fecotrigo, que inúmeras novas cooperativas de crédito rural surgiram no Rio Grande do Sul, normalmente oriundas da seção de crédito que funcionava dentro

⁶⁴ Liquidada em 1994.

⁶⁵ Incorporada pela Sicredi Ouro Branco RS em 1986.

das cooperativas agropecuárias. Na grande maioria das situações, elas continuaram funcionando dentro da própria cooperativa agropecuária, compartilhando os mesmos dirigentes (presidente e diretores), e passaram a ter como potenciais associados os agricultores vinculados às cooperativas de produção.

Um movimento de apoio mútuo

A intercooperação não parou por aí. Por ocasião da criação da Central do Ramo Crédito, a Fecotrigo cedeu espaço em sua sede para que a Cocecer/RS lá fosse instalada, custeando ainda todas as despesas atinentes. Disponibilizou recursos para viagens para reuniões, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Brasília, voltadas à defesa e negociações com o Banco Central e a OCB, bem como para outros estados brasileiros em que a ideia foi apresentada.

Em novembro de 1983, das 280 mil pessoas associadas às cooperativas de produção, 45 mil (16%) já eram também associadas às cooperativas de crédito.

A partir de 1983, o movimento iniciado no Rio Grande do Sul passou a contar com o apoio da OCB, que criou uma Comissão de Implantação do Sicredi-Br, para estimular a criação de novas cooperativas de crédito também em outros estados. Entre os integrantes da comissão estavam Mário Kruel Guimarães e Roberto Rodrigues⁶⁶. O nome Sicredi começou

⁶⁶ Este último tem longa trajetória no cooperativismo brasileiro e mundial. Além de ter sido fundador de uma cooperativa de crédito em Guariba-SP, atuou como presidente da OCB (1985 a 1991), da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas (1992 a 1997) e da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (1997/2001). Atualmente é o Embaixador Especial da FAO para as cooperativas.



a ser utilizado desde o início dos anos 1980 e tinha como significado Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo do Rio Grande do Sul (Sicredi/RS).

A OCB, ao assumir a coordenação nacional da implantação do Sicredi, esperava evitar a proliferação de iniciativas isoladas que, revestindo-se de formas próprias nas diversas regiões, estados e, eventualmente, até em municípios, impedissem o estabelecimento de um Sistema Integrado, de abrangência nacional, capacitado a ser o forte braço financeiro do cooperativismo no Brasil. O objetivo era ter um único sistema cooperativo, formado pelo

(...) conjunto de cooperativas de crédito rural do País, integradas, horizontalmente, com as cooperativas de produtores agropecuários e, verticalmente, em cooperativas centrais de crédito rural, de nível estadual ou supraestadual e em uma instituição financeira, em nível nacional, adotando nomenclatura e procedimentos padronizados, ainda que respeitadas as peculiaridades locais⁶⁷.

⁶⁷ Manual de Procedimentos para Implantação do Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo (Sicredi), editado pela OCB.

A partir desta iniciativa da OCB várias cooperativas Centrais foram criadas em outros estados, a exemplo da Cecerj, no Rio de Janeiro; da Cecresp, em São Paulo; da Cecrest, no Espírito Santo; da Cecrespa, no Pará; da Cecremge, em Minas Gerais; da Cecremat, no Mato Grosso; da Cecredif, no Distrito Federal e da Centracoop, na Paraíba, sempre precedidas da criação de cooperativas singulares.

Ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul, além das 12 cooperativas fundadas antes de 1980, cerca de 50 novas cooperativas de crédito rural foram constituídas entre 1980 e 1990. Apesar de todos estes avanços, a legislação que regrava as cooperativas do Ramo Crédito ainda era a mesma que motivou o encerramento de cerca de 80% das cooperativas que atuavam no Rio Grande do Sul e também em outros estados nas décadas de 1960 e 1970.

Sob o regime da nova Constituição

Este cenário regulatório adverso somente começaria a mudar no final dos anos 1980, quando, na Assembleia Nacional Constituinte, em uma ação orquestrada pela OCB, as cooperativas de crédito foram reconhecidas como integrantes do Sistema Financeiro Nacional. A mobilização das cooperativas de todos os ramos e de vários estados foi muito grande naquele momento, e as entidades de representação do Rio Grande do Sul, entre elas a Ocergs e a Cocecer/RS, tiveram forte expressão junto aos parlamentares. Além da atuação de Roberto Rodrigues, que tinha grande trânsito entre os deputados, a Cocecer/RS contratou Vergilio

Frederico Perius⁶⁸ como assessor parlamentar, para estreitar a relação entre os parlamentares e as cooperativas.

Em 1989, sob impulso do novo e generoso marco constitucional cooperativo, foi fundada, no município gaúcho de Casca, a primeira cooperativa de médicos e demais profissionais da saúde. Chamou-se Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde Vinculados à Unimed do Vale das Antas Ltda. – Unicred Vale das Antas. Seu exemplo serviu para o alastramento de entidades coirmãs por todo o país.

Já no início de 1990, os avanços conquistados com a Constituição Federal foram ofuscados por outro ato do governo que causou grande revés para as cooperativas. Apesar de seu nobre papel, o BNCC, criado na Era Vargas, foi vítima de irregularidades e, em 1990, em um dos primeiros atos da gestão Collor, que dissolveu várias entidades da administração pública, ocorreu a sua extinção, aprovada pela Lei n.º 8.029/1990.

A liquidação do BNCC trouxe dificuldades para as cooperativas. Além de terem de explicar que eram entidades distintas e continuavam operando normalmente, as cooperativas tiveram de tratar de reaver os valores depositados no Banco para honrar os pedidos de resgates de aplicações dos associados. Passado o momento mais turbulento, firmaram convênio de compensação com o Banco do Brasil, centralizando

⁶⁸ Na época, Vergilio era professor de Direito e Legislação Cooperativista e Tributária. Foi superintendente e consultor jurídico da Ocergs de 1985 a 1987, tendo atuado como assessor parlamentar pela Cocecer/RS (1987 a 1988) e pela Fecotriga (1989). Desde 2006 é presidente da Ocergs-Sescoop/RS.

nele todas as operações. Na prática, as cooperativas de crédito se tornaram um cliente do Banco do Brasil, como qualquer outra empresa da cidade, sem gozar de nenhum privilégio que não estivesse disponível para outros clientes, o que dificultava em muito as operações, principalmente na gestão do numerário.

A partir de 1992, o Conselho Monetário Nacional revisou seus normativos, datados da década de 1960, reconhecendo que as cooperativas do Ramo Crédito faziam parte do Sistema Financeiro Nacional. Gradativamente, começou a remover as amarras e impedimentos que haviam sido estabelecidos 30 anos antes. Deste momento em diante, as cooperativas começaram a expandir as suas operações, inaugurando novas agências, contratando mais colaboradores e investindo ainda mais em tecnologia e em padronização.

Ao mesmo tempo, o crescimento do número de cooperativas singulares da Unicred e o surgimento de Centrais em outros estados tornaram necessária a criação de uma entidade que representasse e defendesse os interesses em âmbito nacional. Assim, em 1994 foi constituída a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred, nomeada como Unicred do Brasil. Já no Rio Grande do Sul, em 1996, a partir de oito cooperativas singulares, foi fundada a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred Estado do Rio Grande do Sul Ltda., a Unicred Central RS.

Instituições financeiras completas

Acompanhando o gradativo e lento avanço normativo, em 1995 foi permitido que cooperativas de crédito pudessem ser acionistas de sua própria

instituição financeira. Neste momento o Rio Grande do Sul protagonizou a criação do primeiro banco cooperativo do país, o Banco Cooperativo Sicredi, que teve como sócias a cooperativa Central, naquele momento chamada de Sicredi Central (antiga Cocecer/RS), e as cooperativas filiadas sediadas no estado.

Até a década de 1990, com exceção das filiadas à Unicred Central RS, que atuavam no ramo médico, as cooperativas de crédito estavam concentradas no agronegócio, normalmente em municípios com menos de 10 mil habitantes. As operações realizadas eram basicamente de captação e empréstimo de recursos, motivo pelo qual se justificava a terminologia “cooperativa de crédito”.

Em 1998, começa a atuar no Rio Grande do Sul o Sistema Cresol, criado em 1995 na região Sudoeste do Paraná a partir da organização de agricultores familiares que constituíram uma cooperativa de crédito para ter acesso especialmente ao crédito rural. A chegada no estado ocorreu, naquele momento, principalmente na região Norte, com o estabelecimento das primeiras cooperativas. Inicialmente teve atuação muito focada na agricultura e, com o passar dos anos, foi ampliando sua ação em outros públicos, mantendo a centralidade no agro. Atualmente, o Sistema Cresol possui uma Confederação de Crédito, quatro Centrais e presença em 18 estados brasileiros.

Em 1999, um grupo de 10 cooperativas constituiu a Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul (Cecresul), focada nas cooperativas de crédito mútuo.

A partir do avanço de novos produtos e serviços, como consórcios, cartões, seguros, câmbio, fundos de investimentos de renda fixa e variável, previdência privada, convênios de arrecadação e várias outras soluções financeiras, as cooperativas passaram a ser instituições financeiras completas. Foram autorizadas a atuar no formato de livre admissão de associados, e não mais apenas com públicos específicos e segmentados.

Nesse novo contexto, em 2010 o Sistema Sicoob se instalou no Rio Grande do Sul, inicialmente com uma cooperativa fundada em Três Coroas. Nos anos seguintes, avançou por meio da atuação de outras unidades sediadas nos estados de Santa Catarina ou Paraná.

Em 2020, foram divulgados dois importantes estudos abordando a importância das instituições financeiras cooperativas. O primeiro deles, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), apontou que o cooperativismo incrementa o produto interno bruto (PIB) *per capita* dos municípios em 5,6%, cria 6,2% mais vagas de trabalho formal e aumenta o número de estabelecimentos comerciais em 15,7%, estimulando, portanto, o empreendedorismo local. O trabalho foi realizado utilizando o método Diferenças em Diferenças, comparando municípios nos quais há cooperativas com outros em que elas não estão presentes.

O segundo estudo foi conduzido pelo pesquisador do Departamento de Economia da PUC-Rio, Juliano Assunção, e avaliou os benefícios do cooperativismo financeiro e o seu impacto sobre a bancarização. A pesquisa demonstra que as cooperativas podem ser um

excelente veículo para levar crédito e outros serviços financeiros para a população de municípios rurais menores, mais afastados das capitais e com menos renda por habitante. Reafirmam-se, portanto, como um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social nos pequenos municípios, muito aderente à realidade do Rio Grande do Sul, onde 2/3 das cidades contam com menos de 10 mil habitantes.

Contribuição com a sociedade

A importância do cooperativismo financeiro torna-se ainda maior quando analisado o modelo de atuação das cooperativas que, além de ofertarem produtos e serviços, apresentam forte vinculação à temática da Responsabilidade Social, demonstrando que é possível buscar a viabilidade econômica sem esquecer do compromisso com a sociedade. Tal modelo de ação está perfeitamente alinhado com o lema “Cooperativas constroem um mundo melhor”, que a ONU definiu para o ano de 2012, escolhido como o Ano Internacional das Cooperativas.

Especialmente durante a pandemia de Covid-19, as cooperativas trabalharam fortemente no enfrentamento à disseminação do coronavírus, apoiando as comunidades locais com doações de cestas básicas para a população desempregada ou carente. Também distribuíram equipamentos de proteção individual (EPIs) e respiradores, além de equipar salas de UTIs e, adicionalmente, disponibilizar para hospitais e postos de saúde de boa parte das cidades gaúchas mais de R\$ 15 milhões, que foram utilizados para custear o enfrentamento da pandemia.

Ainda como exemplo de Responsabilidade Social, as cooperativas atuam em várias frentes relacionadas à educação, a exemplo do “Programa A União Faz a Vida”, desenvolvido pelo Sicredi, das Cooperativas Escolares e da educação financeira. Outras iniciativas são o fomento ao empreendedorismo, a inclusão de jovens e mulheres, os programas de sucessão familiar rural, a consultoria prestada a pessoas jurídicas e o apoio à realização de festas e eventos das comunidades. Destaque também para o Fundo Social existente no Sicredi, no qual parte dos resultados das cooperativas

é destinada a ações e programas relacionados a educação, segurança, saúde, cultura e esportes.

Como desafios para o futuro, as cooperativas buscam reduzir o grande desconhecimento que existe na população em geral com relação ao que é o cooperativismo e como funciona uma cooperativa. A pergunta que devemos nos fazer é: por qual motivo escolhemos ser clientes de um banco ou de outra instituição financeira se podemos fazer parte da nossa própria instituição financeira, gerando impactos positivos na cidade e na região em que moramos?



CAPÍTULO 7

Percorso do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços



Este capítulo apresenta o relato de entidades que integram o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços no Rio Grande do Sul: as cooperativas do segmento educacional e a Federação das Cooperativas de Trabalho do estado. Cada uma em sua área, proporcionam formação e geração de renda à sociedade.



As cooperativas educacionais no estado

Rodrigo Auler da Rocha

*Graduado em Gestão de Cooperativas,
pós-graduando em Cooperativismo
e gerente do Aprendiz Coopeeb*

Uma das características mais marcantes do cooperativismo é a relação com a educação. A preocupação com essa força transformadora da sociedade vem desde os primórdios de sua história, constituindo-se em um dos seus princípios norteadores. As ações educadoras sempre estiveram presentes nas cooperativas, entretanto, antes de 1971 pouca inovação se via no estado. Foi a partir da fundação da Ocergs, em 24 de março daquele ano, com a institucionalização dos aspectos cooperativistas, que o Ramo Educacional passou a se desenvolver gradualmente.

Um breve histórico do segmento

No Brasil, as cooperativas educacionais nasceram como alternativa ao sistema de ensino contrastante do país: ao mesmo tempo que oferece o serviço gratuito nas escolas públicas, mas com sérias restrições no quesito qualidade, a oferta tecnicamente mais satisfatória das escolas privadas tem um custo muito alto, afastando-as da maior parte das famílias. As cooperativas educacionais costumam ser fruto do esforço de um grupo de pais que assume o papel de entregar aos filhos uma educação de qualidade a um investimento mais acessível, de um grupo de

professores que se une para administrar suas próprias escolas, ou ainda de grupos de alunos em busca de condições mais favoráveis, sempre fundamentados num rigoroso controle financeiro e na aplicação responsável de recursos.

As décadas de 1980 e 1990 foram as que deram início às cooperativas educacionais de fato, um pouco tardivamente em relação à instituição da Ocergs. Mas não demorou muito para que tal se mostrasse um ramo muito frutífero. Em 1995, eram mais de 100 cooperativas educacionais registradas no país. Esse número cresceu ainda mais após os anos 2000. Em 2013, o Ramo Educacional somava mais de 300 cooperativas espalhadas pelo Brasil. Num levantamento mais recente, em 2019, foram contabilizadas 265 cooperativas educacionais no país.

No Rio Grande do Sul, o novo milênio marcou também o período de fundação de suas principais cooperativas educacionais. Entre elas estão nomes como a Coopeeb e a Coeducars, de Porto Alegre (esta última, em processo de alteração de sede para a cidade de Tapera), a Cooperconcórdia, de Santa Rosa, a Cooperdomhermeto, de Três Maio, a Coopeva, de Venâncio Aires, a Coopeec, de Santo Ângelo, e outras. Dados atuais apontam um total de 13 cooperativas educacionais engajadas no fortalecimento deste segmento.

Ações do Ramo Educacional

O propósito da Ocergs, ao organizar o núcleo do ramo, é fomentar a criação e o desenvolvimento das cooperativas educacionais. Para alcançar tais

objetivos, atua na oferta de assessorias, cursos de capacitação, palestras para aperfeiçoamento da gestão, organização de eventos, entre outros.

Merecem destaque as ações voltadas à integração entre as cooperativas educacionais, que ocorreram de forma esporádica no início da década de 2010. Tamanha era a quantidade de experiências e conhecimentos compartilhados naqueles momentos que os encontros se tornaram, talvez, os eventos mais aguardados pelos integrantes do meio. Tal sucesso culminou na organização do 1º Encontro Estadual das Cooperativas do Ramo Educacional, realizado em 23 de novembro de 2016. Foi um momento ímpar

no cooperativismo gaúcho, com um rico debate em torno da legislação pertinente, além de apresentar os programas oferecidos pelo Sescoop/RS no âmbito da gestão cooperativista.

Nos dias 4 e 5 de outubro de 2017 ocorreu o 2º Encontro Estadual, em Nova Petrópolis, local de grande importância simbólica para o cooperativismo. O tema principal do evento foi a busca da excelência da gestão, abordando assuntos como legislação, atos societários, contabilidade cooperativa, gestão de negócios e pedagógica.

O 3º Encontro Estadual teve lugar pouco tempo depois, nos dias 15 e 16 de março de 2018. Esse evento



deu continuidade no tema da busca pela excelência em gestão e agregou outra contribuição relevante: a aprovação do regimento interno do Conselho Consultivo do Ramo Educacional, que vigora atualmente. Também foi nessa ocasião que se realizou a primeira eleição do Conselho Consultivo.

O regimento interno do Conselho Consultivo do Ramo Educacional estabelece as regras de seu funcionamento, além de fornecer as diretrizes para o relacionamento com a Ocergs e com as cooperativas educacionais do Rio Grande do Sul. Mais do que um conjunto de normas, a efetivação de um regimento interno colocou o ramo um passo mais próximo da eficiência tão desejada do sistema.

Segundo o Artigo 4º do referido documento, o Conselho Consultivo é formado por cinco membros titulares e três membros suplentes. O colegiado é composto por um conselheiro coordenador, um conselheiro vice-coordenador, um conselheiro secretário e dois conselheiros. A duração do mandato é de quatro anos. Assim, o atual Conselho Consultivo é integrado pelo coordenador Valdir Bernardo Feller (Coopeeb), pelo vice-coordenador Ricardo Lermen (Coeducars), pelo secretário Edison Luiz Freitas Marques (Coeducars) e pelos conselheiros Engelberto José Hein e Patricia Inael de Borba Manganelli (ambos da Coopeva). Os membros suplentes são Rodrigo Auler da Rocha (Coopeeb), Jéssica Diefenbach (Cespol) e César Valmor Aguiar (CMEC).

O Conselho Consultivo realiza reuniões periódicas e é responsável pela elaboração do programa

anual de desenvolvimento do Ramo Educacional, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento das cooperativas do segmento por meio da adoção de boas práticas de gestão e governança cooperativista. É importante ressaltar que este órgão realiza visitas às sedes das cooperativas participantes, no intuito de promover uma aproximação, conhecer suas demandas e encontrar as melhores formas de auxiliá-las, qualificando a gestão e os serviços prestados.

Vale destacar também o aspecto de retroalimentação que permeia o ramo, na medida em que os conhecimentos são desenvolvidos por cooperativas educacionais e para cooperativas educacionais. Ou seja, o fortalecimento de uma contribui junto às demais. E, com isso, o segmento se consolida e ganha maior credibilidade perante terceiros.

O fomento da Ocergs-Sescoop/RS

Uma das etapas mais relevantes da história do Ramo Educacional ocorreu nos anos de 2006 e 2007, protagonizado pela Ocergs-Sescoop/RS. Foi aí que a referida entidade inovou na questão da aprendizagem. Até então, todas as demandas das cooperativas eram voltadas para instituições credenciadas para atender pelo Jovem Aprendiz, programa de aprendizagem de longa data voltado para empresas em geral. Mas o Sescoop/RS foi além: tornou-se entidade formadora e credenciou seus próprios cursos de aprendizagem, em diversas áreas do conhecimento, imbuídos da essência cooperativista. Nasceu, então, o Programa Aprendiz Cooperativo, que receberia este nome alguns anos mais tarde.

O Programa Aprendiz Cooperativo, especificamente o seu modelo, foi pioneiro no país, indo, de certa forma, contra a maré: enquanto as entidades regionais de outros estados partiam para o atendimento próprio mediante contratação de professores via CLT, o que limitava gravemente a amplitude de seu alcance, o Sescoop/RS manteve-se como responsável educacional, mas trouxe as cooperativas educacionais do estado para, em parceria, ministrar as aulas teóricas do curso, seguindo sua linha pedagógica e critérios de qualidade. A primeira turma foi iniciada em 2007, em Porto Alegre, em parceria com a Cooperativa de Trabalho Educacional Coopeeb, responsável também pelo material pedagógico que deu origem às primeiras apostilas do curso. Este programa continua se reinventando, inclusive chegando às áreas rurais, com o Aprendiz Cooperativo do Campo. Sua formação constitui uma vantagem competitiva para as cooperativas do Ramo Agropecuário, ao passo que fomenta a sucessão no meio agrícola, oferecendo um brilhante futuro aos jovens dentro das propriedades e aliviando a questão do êxodo rural.

Essa importante iniciativa da Ocergs-Sescoop/RS é um marco na história cooperativista do Brasil e oportuniza a entrada de jovens no mercado de trabalho. Um levantamento realizado pelo Sescoop/RS no primeiro semestre de 2021 apontou que, até o momento, o programa já atendera 19.353 alunos, incluindo pessoas com deficiência. Além disso, indiretamente contribui para a geração de trabalho e renda para mais de 300 professores nas cooperativas do Ramo Educacional.

Uma perspectiva sobre o futuro

Para entender melhor o momento das cooperativas educacionais e o que se pode projetar para o futuro, foi consultado o coordenador do Conselho Consultivo, o professor Valdir Bernardo Feller. Ele iniciou sua trajetória na governança da Ocergs em 2002, integrando o Conselho de Ética, como representante do Ramo Educacional e, posteriormente, passou a integrar o Conselho de Administração/Diretoria, posição que ocupa até o presente momento. Relata que o Ramo Educacional apenas se organizou de forma mais efetiva em 15 de março de 2018, quando foi eleito seu Conselho Consultivo, atendendo à previsão do Artigo 38 do Estatuto da Ocergs. Ele também foi um dos sócios-fundadores da Coopeeb, e presidente por 21 anos consecutivos da cooperativa que atua no Ramo Educacional e é considerada um caso de sucesso do cooperativismo gaúcho e brasileiro.

De modo a compreender o percurso e o cenário atual, é preciso olhar um pouco mais atrás. Feller detalha que um significativo número de cooperativas do segmento se organizou sem uma assessoria mais técnica e sem um maior entendimento das dificuldades que envolvem os processos de gestão de uma instituição jurídica, bem como dos desafios de viabilizar uma organização empresarial. Muitas dessas cooperativas, ao longo da sua história e por várias razões, não conseguiram romper o amadorismo inicial e se profissionalizar.

Esse depoimento coloca em evidência a relevância de se buscar uma organização que possa apontar



os melhores caminhos para uma gestão acertada, que tenha amplo conhecimento na área, tal como o Conselho do Ramo Educacional procura ser, oferecendo às cooperativas os subsídios necessários para seu crescimento. O segmento atua colocando-se à disposição para assessoria, encaminhando notas técnicas da OCB e outras notícias, reforçando as demandas da Ocergs-Sescoop/RS, organizando eventos (seminários) que buscam promover a união, ouvir demandas, oferecer formação por meio de palestras e, quando possível, realizar visitas às cooperativas para melhor conhecer sua realidade.

Entretanto, apesar dos esforços apontados, nem sempre se observa o interesse de algumas das cooperativas educacionais em buscar tais informações. Nesse sentido, Feller comenta:

Podemos dividir as cooperativas que integram o Ramo Educacional em dois grupos: o primeiro é composto por aquelas que participam efetivamente das atividades, atendem às demandas do sistema, dão retorno quando acionadas, buscam informações junto à Ocergs-Sescoop/RS e investem em sua formação cooperativista e técnica, possuindo, em

decorrência desse comportamento, boa organização do pilar institucional e viabilidade no pilar econômico; o outro grupo apresenta problemas de organização, dificuldade de comunicação e de viabilizar seu pilar econômico.

Fica evidenciado que o Ramo Educacional está à disposição para suprir as necessidades das cooperativas, mas que estas também precisam fazer sua parte, para o seu próprio bem.

O que deve ser exaltado é que, pelo trabalho desenvolvido, segundo o coordenador, um significativo número de cooperativas cresceu na sua organização e na qualidade dos serviços prestados, demonstrando maturidade nos processos de gestão e estando, assim, preparadas para enfrentar as profundas mudanças do nosso tempo. Outro destaque está em constatar que essas cooperativas, além do exposto, aperfeiçoaram sua comunicação entre si, no fortalecimento da troca de experiências, e com o sistema Ocergs-Sescoop/RS, na busca de assessoria técnica.

Outro aspecto contemporâneo que deve ser abordado é a recente alteração nos ramos do cooperativismo, promovida pela OCB em 2019, onde alguns segmentos, outrora considerados “independentes”, foram agrupados dentro do que agora é chamado de Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços. O coordenador do Conselho Consultivo destaca que discorda dessa integração feita pela OCB, por acreditar que o Ramo Educacional, pela sua relevância histórica, deveria continuar como ramo próprio.

Contudo, assevera que há a necessidade desse ramo se organizar, dentro da Fetrabalho, como Câmara Temática e, assim, desenvolver projetos para o seu fortalecimento, o que se denota como um dos objetivos para o futuro.

Segundo Feller, essa conquista passa por uma série de desafios. Ele acredita que as cooperativas educacionais precisam desenvolver uma organização profissional, tanto no pilar institucional quanto no pilar econômico. No pilar institucional, deve ser estimulado o sentimento de dono dos associados, de pertença, rompendo com a cultura celetista que permeia as relações de trabalho. Também é importante buscar a qualificação permanente dos dirigentes e associados dentro das práticas de gestão e da cultura cooperativista. Já no pilar econômico, deve existir uma maior preocupação com a saúde financeira, com ações de dimensão estratégica e tática que busquem a viabilidade e o desenvolvimento sustentável do negócio. É necessário igualmente investir em inovação, sob todos os aspectos, e acompanhar as mudanças do mercado, procurando novos nichos e construindo oportunidades para a geração de postos de trabalho e renda.

Além dos aspectos internos, há também as questões externas para as quais as cooperativas terão de se preparar. Elas se estendem desde os elementos pedagógicos, com a crescente ascensão do uso da tecnologia e os novos modelos de ensino que ela traz, até o prisma mercadológico, como a concorrência com grandes redes, de porte internacional, incertezas políticas e jurídicas etc.

Os desafios vislumbrados são grandes. Contudo, eles podem ser encarados com maior tranquilidade à medida que as cooperativas do segmento reconheçam a importância do Ramo Educacional para além do aspecto da geração de trabalho e renda para seus associados. Estas precisam considerar a questão como um fator de mudança na construção de uma sociedade mais cooperativa e justa. É imprescindível que se busque uma participação mais efetiva nas ações propostas pelo Sistema Ocergs-Sescoop/RS, visto que elas incentivam exatamente a promoção de sua evolução enquanto negócio. E o fortalecimento interno será preponderante na superação dos obstáculos externos.

Neste ano de 2021, as cooperativas educacionais estão buscando uma forma de representação mais qualificada, que resulte no fortalecimento almejado. Essa estratégia pode se concretizar de duas formas: por meio de uma Câmara Temática dentro da Federação do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (Fetrabalho), à qual pertencem, ou com a criação de uma Federação das Cooperativas Educacionais. Esta última possibilidade é a que tem ganhado mais destaque no meio, sendo o provável caminho a ser adotado para o fortalecimento, a representação e a organização do Ramo Educacional. É importante ressaltar que tal percurso não exclui a filiação, permanência e participação direta das cooperativas educacionais na Fetrabalho.

Sites e documentos utilizados na elaboração do texto

Ocergs/Sescoop. Endereço: <https://www.sescooprs.coop.br>.

Geração Cooperação. Endereço:
<https://geracaocooperacao.com.br>.

Mundo Coop. Endereço: <https://www.mundocoop.com.br>.

Documento “Diagnóstico do Ramo Educacional: Sistema OCB”. Brasília, 2014.

Documentos do Conselho Consultivo da Ocergs disponíveis em sua sede estadual.





A trajetória da Fetrabalho/RS – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio Grande do Sul

Margaret Garcia da Cunha
Presidente da Fetrabalho/RS

Para a Fetrabalho/RS, fazer parte da história da Ocergs, celebrar os seus 50 anos e viver este momento significa muito. Desde a sua fundação, há 30 anos, em 1991, tornou-se filiada à Organização e, ao longo do tempo, sempre participou na luta pelo cooperativismo. Também integra e é representada pelas filiadas em diversos conselhos e diretorias, defendendo os interesses das cooperativas e, consequentemente, cultivando uma relação presente, constante e firme na representação do Ramo Trabalho e, atualmente, Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (RTPBS).

Parabéns, Ocergs, pelos seus 50 anos. Agradecemos às pessoas que dirigiram a entidade nestas décadas, tornando-a respeitada em todo o país como uma Organização presente institucional e politicamente na defesa, desenvolvimento e crescimento do cooperativismo.

Destacamos nosso reconhecimento por todos estes anos de parceria, participação, representação e persistência nas batalhas enfrentadas. Dirigimos nossos agradecimentos ao presidente, Sr. Vergilio Frederico Perius, em nome de todos os outros presidentes, dirigentes e conselheiros, e a todos os colaboradores

e funcionários. Somos gratos por estarmos juntos nessa trajetória, e que continuemos por muitos anos nesta relação de defesa do ser humano, do seu trabalho e da sua dignidade, preservando os valores e os princípios do cooperativismo, de forma transparente, com gestão profissional, capacitação das pessoas e justiça social.

Perspectiva histórica e legal

As cooperativas de trabalho se originaram dos movimentos sociais da França, no século 19, como forma de reação dos trabalhadores à Revolução Industrial. Sua presença no Brasil se consolidou quando foram regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 22.232/1932, assim redigido:

Art. 24. São cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

A Lei n.º 5.764/1971 é a nossa lei maior e inova quanto às legislações anteriores. Não classifica os tipos cooperativos, mas autoriza o seu funcionamento pelo Art. 5º, que assim diz:

Art. 5º. As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão ‘cooperativa’ em sua denominação.

Já o arcabouço jurídico, contemplado pelas normas da Constituição Federal, é construído a partir dos seguintes artigos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Inciso XXI: ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

O nosso marco legal é a Lei n.º 12.690/2012, que tem nos fortalecido, através de muita luta, para preservar a atuação e a defesa do cooperativismo do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços. A lei apresenta uma definição clara do que é uma cooperativa de trabalho:

Art. 1º A Cooperativa de Trabalho é regulada por esta Lei e, no que com ela não colidir, pelas Leis n.ºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Parágrafo único. Estão excluídas do âmbito desta Lei:

I – as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar;

II – as cooperativas que atuam no setor de transporte regulamentado pelo poder público e que detenham, por si ou por seus sócios, a qualquer título, os meios de trabalho;

III – as cooperativas de profissionais liberais cujos sócios exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos; e

IV – as cooperativas de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento.

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e

autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

§ 1º A autonomia de que trata o caput deste artigo deve ser exercida de forma coletiva e coordenada, mediante a fixação, em Assembleia Geral, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos, nos termos desta Lei.

§ 2º Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.

Uma análise sistemática

A Fetrabalho/RS está organizada na forma de uma cooperativa de segundo grau, que se forma por meio de no mínimo três cooperativas de primeiro grau filiadas a uma Federação, para obter representatividade, união e força. A Fetrabalho/RS representa suas filiadas institucional e politicamente tanto nas relações com as diversas áreas do poder público, sejam elas Executivo, Legislativo ou Judiciário, quanto em outros segmentos, fazendo a interlocução na defesa das cooperativas do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços junto à sociedade.

A Federação mantém um canal de comunicação direta para resolver dificuldades, ameaças e auxiliar na promoção e ampliação das oportunidades, fortalecendo mais este segmento. Difunde cada vez mais o trabalho de suas filiadas, contribuindo com o seu desenvolvimento econômico e social.



A Fetralho/RS luta constantemente para que haja transparéncia, legitimidade, gestão profissional e intercooperação entre as cooperativas, formando uma representatividade segura, mas com responsabilidade de acompanhar, orientar e incentivar. Atua junto às filiadas pela capacitação dos associados, para prestação de serviços e produção de bens de qualidade, com um padrão de gestão cada vez mais elevado e reconhecido pelo mercado.

Ainda deve proceder nas lutas pelo reconhecimento das relações políticas e institucionais entre os segmentos, a respeito do tratamento frente a este modelo de negócio diferenciado. Nossos princípios

nos levam à valorização do ser humano, cobrando das cooperativas cada vez mais organização, profissionalização, avanços de gestão e cumprimento da legislação, conforme valores e princípios estabelecidos na Lei n.º 12.690/2012:

Art. 3º A Cooperativa de Trabalho rege-se pelos seguintes princípios e valores:

- I – adesão voluntária e livre;*
- II – gestão democrática;*
- III – participação econômica dos membros;*
- IV – autonomia e independência;*
- V – educação, formação e informação;*

- VI – intercooperação;*
- VII – interesse pela comunidade;*
- VIII – preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa;*
- IX – não precarização do trabalho;*
- X – respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei;*
- XI – participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.*

A função da Federação é incentivar as filiadas e seus cooperados a estarem sempre atentos aos movimentos do mercado e aos novos desafios. Observar suas necessidades e identificar onde podem desenvolver as oportunidades, de acordo com o funcionamento definido na Lei n.º 12.690/2012:

Art. 10. A Cooperativa de Trabalho poderá adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social.

§ 1º É obrigatório o uso da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa.

§ 2º A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

§ 3º A admissão de sócios na cooperativa estará limitada consoante as possibilidades de reunião, abrangência das operações, controle e prestação de serviços e congruente com o objeto estatuído.

§ 4º Para o cumprimento dos seus objetivos sociais, o sócio poderá exercer qualquer atividade da cooperativa, conforme deliberado em Assembleia Geral.

Desafios e oportunidades

Primeiramente, iniciamos por uma questão social, com o combate ao desemprego e ao subemprego, a inclusão, a absorção da massa de jovens e mulheres e a eliminação dos conflitos frente ao capital e o trabalho. Há dois pilares importantes no cooperativismo, o social e o econômico, que são muito fortes nas cooperativas de trabalho. É necessário quebrar o ciclo que se criou referente à terceirização de serviços, desfazendo monopólios e oligopólios, que nos dão direito a executar nossos trabalhos. Constantemente, precisamos colocar em prática a educação, a capacitação e a informação, para que todos tenham conhecimento dos desafios junto ao mercado, às novas tecnologias e à inovação.

Somos um modelo econômico com características próprias, em que as cooperativas filiadas executam seus trabalhos a partir da expertise de cada um de seus associados. Assim, são pessoas que se unem para formar uma empresa cooperativa, em que todos são donos e trabalhadores. Os cooperados se constituem em trabalhadores autogestionários e controlam a sua organização por meio da participação. Com uma gestão compreendida em direção (atribuições), comando (lideranças) e hierarquia (disciplina), é fundamental a responsabilidade de cada um pelo negócio que é de todos.

A colaboração do associado é essencial, pois a decisão será colegiada e com a participação social, operacional e financeira compartilhada, incluindo direção e conselhos. Todos são importantes e os cooperados deverão comparecer às assembleias e se responsabilizar pelos seus negócios. E a orientação da Federação potencializa a participação interna e externa, com uma gestão democrática, foco na eficiência e autonomia frente ao cliente-tomador do serviço. Não há subordinação, pois são pessoas autônomas e donas do seu negócio.

Outro lado a observar são os direitos sociais que devem estar bem claros no estatuto da filiada, pois estes se constituem na lei própria da cooperativa e devem estar baseados nas leis que regem cooperativismo. Este trabalho será avaliado pela sua atividade/responsabilidade pela prestação de serviços ou produção dentro da cooperativa, levando em conta sua produtividade e sua qualificação.

Desta forma, a defesa das cooperativas dentro da Fetrabalho/RS se baseia na orientação das filiadas frente aos poderes constituídos, sempre lutando pelo direito ao trabalho, respeitando os direitos e deveres de seus cooperados e com a consciência dos objetivos claros frente a questões muito importantes, a saber:

Art. 7º A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I – retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma

proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;

II – duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

III – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IV – repouso anual remunerado;

V – retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;

VI – adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;

VII – seguro de acidente de trabalho.

Participação das mulheres na Federação

Desde 1997, a Fetrabalho/RS conta com a participação de mulheres em sua representação política e institucional, por meio dos seus conselhos. A partir dos anos 2000, elas aparecem em maior número nos quadros diretivos, demonstrando que há uma valorização da inclusão de mulheres e jovens a partir do reconhecimento do papel que estes devem exercer na sociedade. Hoje somos a Federação que tem uma mulher presidente, inovando na inclusão daquelas que estão lutando pelo seu espaço como protagonistas de sua história dentro do cooperativismo.

Isso nos orgulha de forma inegável. A participação deve ser incentivada, para que seja introduzido no cooperativismo um olhar da necessidade de que

mulheres e jovens venham a compor a direção e os conselhos das cooperativas. Assim, cria-se o ambiente para que novas ideias surjam, com a troca de conhecimento e de ideias que apresentem complementaridade e acrescentem visões diversas sobre o futuro dos nossos negócios, promovendo uma integração de maneira mais intensa e participativa. A ocupação do espaço das mulheres e jovens fortalece a formação de lideranças e um processo tranquilo de sucessão em todo o segmento cooperativo, desenvolvendo um trabalho de base e uma representatividade plural.

Lembramos uma guerreira que iniciou a sua atuação juntamente com a formação da Federação na luta pelo ramo, mas também pela valorização das mulheres, abrindo caminho para que outras também se

engajassem nesta busca por espaço e conhecimento. Obrigada, Elisabete Freitas, pelo modelo de participação, e que continue a nos dar o exemplo.

Queremos incentivar que as cooperativas do Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços continuem a promover em seus quadros sociais a inclusão das mulheres e dos jovens. Em nossas filiadas, já temos uma grande maioria de mulheres na direção e nos conselhos, e em pelo menos 50% destas cooperativas, estes segmentos da sociedade estão fazendo parte da transformação. Vemos a luta de todos para propiciar a inclusão dentro do cooperativismo, capacitando as pessoas para que tenham a chance de crescer e mostrar o seu potencial. Parabéns às cooperativas do ramo por este olhar diferenciado.



Mudanças, conquistas e visão de futuro

Desafio muito grande foi a mudança no Sistema OCB, em 2019, quando saímos de 13 para 7 ramos no cooperativismo. Agora, o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços inclui as cooperativas de Trabalho, Produção, Mineral, Turismo e Lazer (profissionais), Especial e Educacional (professores).

Foi um caminho árduo, com muito debate e com um olhar criterioso sobre adequação e legalidade. Crescemos com este diálogo. Construímos pontes para nos adequar, mas percebemos que saímos fortalecidos para enfrentar os nossos desafios.

Histórico é termos consolidado a Lei n.º 12.690/2012, que levou mais de oito anos de idas e vindas dentro do Congresso Nacional (Senado e Câmara), em que foram necessárias muitas reuniões de negociações para chegar à efetivação do nosso marco legal. Foi um período difícil, mas hoje temos uma legislação que nos dá legitimidade para exercer o nosso papel, baseado nos princípios e valores cooperativistas: solidário, autogestionado e na defesa do direito ao trabalho. Somos um modelo diferenciado, que valoriza o homem em detrimento somente do capital, devolve autoestima e autoconfiança, pois cada pessoa somente será feliz se tiver direito a ter um trabalho e renda para poder sentir-se útil no mundo onde está inserido. Trabalho dignifica e transforma vidas.

Alguns desafios atuais, como a profissionalização e gestão eficiente voltada ao mercado, devem ser analisados. Devemos também valorizar a capacitação e a informação, pois as duas são fontes para

crescemos na vida. O conhecimento transforma e fornece autonomia para fazer escolhas. Precisamos basear as nossas estratégias em dados e indicadores para mostrar o impacto, em termos mensuráveis, da nossa importância na sociedade, no mercado e na transformação do ser humano.

A atuação da Federação se faz necessária, em conjunto com a Ocergs, para que as cooperativas do ramo se sintam acolhidas e recebam a devida orientação. O nosso objetivo é que elas estejam próximas do sistema e tenham em mente a capacitação dos cooperados, orientando-os sobre boas práticas dentro dos negócios, respeito às leis, processos, gestão eficiente e profissional e transparéncia, com o objetivo forte de representar os interesses dos seus associados, propiciando um crescimento cada vez maior para eles.

Às cooperativas, queremos reforçar que cuidem bem dos cooperados e orientem a cada passo, para que eles cresçam fortes, eficientes e eficazes, representando a cooperativas. São as pessoas que formam este patrimônio, sempre lembrando que existe o propósito de um bem comum. É a nossa união que nos dá força para lutar e enfrentar as batalhas, fazendo com que o caminho a ser trilhado e os nossos desafios sejam alcançados. O nosso ramo é forte, resiliente, batalhador e nunca se entrega, apesar de muitas vezes não ser compreendido e sofrer preconceito. Vamos juntos nessa conquista, pois somos sujeitos que queremos ser compreendidos, defender as nossas cooperativas e a razão de elas existirem.

CAPÍTULO 8

O crescimento do Ramo Infraestrutura no estado



Este capítulo apresenta a história de dois importantes segmentos do Ramo Infraestrutura no Rio Grande do Sul: o de eletrificação rural, com o relato da Fecoergs, e o de habitação. Ambas compartilham do propósito de prestar serviços essenciais aos seus associados.



Fecoergs 50 anos – Uma história de energia e cooperação

José Zordan

Engenheiro superintendente da Fecoergs

A história ilustra que a cooperação permitiu às sociedades evoluírem mais rapidamente. Cooperar significou, desde os primórdios da humanidade, obter resultados melhores com ações coletivas, do que apenas com atos individuais. Por isso, cooperar também é considerado uma forma eficaz de empreender. O povo gaúcho é reconhecido, em âmbito nacional, como aquele que empreendeu ao fundar a primeira cooperativa de eletrificação rural brasileira, em 1941. Comparada a uma semente lançada para germinar, a Cooperativa de Força e Luz nasceu em 2 de abril, no Distrito de Quatro Irmãos, então Oitavo Distrito do Município de José Bonifácio, hoje, cidade de Erechim.

À época, o objetivo da primeira cooperativa da história do Rio Grande do Sul, e aliás, do Brasil, não se distanciava do propósito das cooperativas do setor elétrico atualmente: prover energia para desenvolver localidades. Naquele momento, ela abasteceu a sede da companhia colonizadora da região, instalada em 1911: a *Jewish Colonization and Association* construía novas cidades em terras até então inhabitadas e, hoje, reconhece-se como herança de sua atuação as cidades

de Jacutinga, Campinas, Sertão, Getúlio Vargas e Estação, entre outras.

Entre os gaúchos com o privilégio e a coragem de fundar esta pioneira cooperativa de eletrificação rural destacaram-se Alberto Verminghoff, seu primeiro presidente, eleito com Isidoro Eisenberg, diretor comercial, e Reinaldo Fleck, seu diretor-gerente. Junto a 22 associados, foram os responsáveis por uma reunião histórica, que culminou na fundação da cooperativa e, assim, garantiu a energia necessária à localidade.

A chegada da luz ao campo

O primeiro registro do uso de energia elétrica na zona rural data de 1923, quando João Nogueira de Carvalho instalou eletricidade em sua propriedade no município de Batatais-SP. Não se pode dizer, no entanto, que tal episódio representou a chegada de luz elétrica ao campo. De fato, isso só ocorreu com a junção de esforços de diferentes entes: governo, comunidades, pessoas e o fator tempo.

Em 1980, ao enumerar alguns desafios, um dos associados da Cooperativa Força e Luz, Samuel Chwartzmann, elucidou as dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos, em Quatro Irmãos. Uma delas foi construir uma represa e um canal para condução de água até uma casa de máquinas, para instalar um gerador de apenas 40 kVA. Outro obstáculo, ocorrido em 1951, com o progresso das áreas rurais e serrarias, foi o descarte de serragem na represa e a consequente necessidade de drená-la e de construir um novo açude, sob o risco de abastecimento

insuficiente à central hidrelétrica. Os desafios só cresceram e, com a chegada das redes de energia da Companhia Estadual de Energia Elétrica (Ceee), em 1980, só restou a velha sede e um motor de usina em Quatro Irmãos que, futuramente, seria atendida pela Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (Creral), de Erechim.

A importância da semente de 1941: eletricidade é futuro

Não seria possível recuperar essa história sem reconhecer o ano de 1941 e os acontecimentos em Quatro Irmãos. Como uma semente que germinou o cooperativismo no setor de energia, a Cooperativa Força e Luz foi a precursora, no Rio Grande do Sul, de 19 cooperativas. Hoje, 15 delas seguem distribuindo eletricidade no interior do estado, e outras 10 novas despontaram, desenvolvendo atividades na geração de energia através de pequenas centrais hidrelétricas, de biomassa e solar. Além disso, estão à frente de uma nova missão: levar internet aos lares agrícolas.

É neste sentido que se fala em legado para o futuro. Uma fundação em tempos idos, baseada em uma necessidade regional latente, lá no passado, impulsionou a função social que é, reconhecidamente, uma das mais importantes do cooperativismo no mundo todo: gerar e distribuir desenvolvimento e riqueza. Somado à falta de interesse das concessionárias em expandir suas redes e levar energia à área rural e ao surgimento dos financiamentos para cooperativas de eletrificação rural do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o sistema cooperativista

possibilitou, em definitivo, a autossuficiência das propriedades rurais isoladas e dos pequenos povoados.

Ora, somente com cooperativas, e os posteriores incentivos do BID repassados pelo Ministério da Agricultura através do Grupo Executivo e Eletrificação Rural (Geer), foi possível que agricultores fundassem cooperativas, construindo redes de energia elétrica, operando-as e expandindo seus sistemas, para prover o meio rural. Assim, a autonomia foi conquistada, e o futuro do sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica já havia sido completamente modificado.

A Fecoergs e o desenvolvimento da eletrificação rural cooperativada

Em 8 de setembro de 1971, ou 30 anos após a fundação da Cooperativa Força e Luz, fundou-se a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul, que teve presente nove cooperativas, representadas por: Seno Dreyer, da Certel (Teutônia); José Ceney da Silva Portela, da Cerfox (Fontoura Xavier); Doné de Oliveira Peixoto, da Cermissões (Caibaté); Olavo Stefanello, da Coprel (Ibirubá); Jacob Peters, da Coopersul (Bagé); Oscar Schneider, da Celetro (Cachoeira do Sul); Carlos Gressler, da Certhil (Três de Maio); Frei Renato Francisco Schmidt, da Certaja (Taquari); e Affonso Ibaldo Kunzler, da Cooperluz (Santa Rosa). Hoje, com a ampliação das atividades das cooperativas, a entidade chama-se Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (Fecoergs).



Na ocasião de sua criação, foi eleito o primeiro Conselho de Administração da Fecoergs, composto pelo presidente Oscar Schneider (Celetro), vice-presidente Seno Dreyer (Certel) e secretário Frei Renato Schmidt (Certaja). Também definiram-se os conselheiros de Administração. Os titulares eram: Jacob Peters, da Coopersul; Hugo Antonio Junges, da Cermissões; Walter Ullmann, da Certhil; e José Ceney da Silva Portela, da Cerfox. Como suplentes, definiram-se: Vitor João Franzen Dick, da Coopersul; Doné de Oliveira Peixoto, da Cermissões; Ignácio Edgar Kerkhoff, da Cooperluz; e Olivio Tafarel, da Cerfox. Também foi eleito o Conselho Fiscal, composto de: Ingo Lehemann, da Celetro; Hélio

Augustin, da Certel; e Genésio Ost, da Cooperluz. Já os suplentes do Conselho Fiscal eram: Anacleto Luiz Antunes, da Coopersul; João da Cunha Carpes, da Celetro; e Walter Bünchen, da Certhil.

Nesta década de 1970, a eletrificação rural havia tomado impulso, e o Ministério da Agricultura executava planos de desenvolvimento pelo interior do país, com base na regulamentação definida para execução do trabalho técnico. Era necessário, então, buscar recursos de forma organizada e, por isso, em 1975 a Fecoergs realizou forte ação pelas cooperativas. De um lado, perseguiu recursos públicos junto ao 1º Plano Nacional de Eletrificação Rural. De outro, buscou a viabilização deste trabalho em sua base:

promoveu levantamentos e mapeou necessidades de redes no meio rural, para elaborar projetos e, na sequência, realizar licitações para a compra dos materiais e equipamentos, a fim de executar as obras.

Os levantamentos e as informações constituíram, aliás, um grande desafio à Fecoergs. Além da dificuldade de obter documentação rapidamente, e de as comunicações da época serem restritas a telefone e correio, as 19 cooperativas existentes estavam, em sua maioria, em vias de organização interna, técnica e administrativa, a fim de responderem a chamadas para novos recursos e obras. Vencidos os percalços, os levantamentos de campo resultaram em projetos aprovados, e as cooperativas, através da Federação, receberam recursos do 1º Plano Quadrienal (1976-1979). No curso deste, foi desenvolvido o 2º Plano Nacional de Eletrificação Rural, através do recém-criado Geer, que repassava os recursos provenientes do Banco Mundial (Bird).

Um período conturbado, marcado pelo protagonismo da Fecoergs

A eletrificação do meio rural sempre foi um desafio do setor e, por isso, os incentivos provinham do governo federal. Na década de 1970, mesmo com o plano de desenvolvimento rural, nem todo o recurso conquistado foi liberado, como comentou o presidente da Federação naquele período, Seno Dreyer. Com o protagonismo e intervenção dos membros da Fecoergs, garantiram-se novos recursos provenientes do Banco Central do Brasil (Bacen), repassados regionalmente pelo Banco do Desenvolvimento do Estado

do Rio Grande do Sul (Badesul). Essa ação constituiu a garantia de continuidade das cooperativas: não desativaram equipes de construção, tampouco paralisaram a expansão de sistemas elétricos. Por fim, seus desempenhos superaram expectativas do banco repassador: à época, se dizia sobre o programa de eletrificação que, no final, as últimas prestações seriam pagas com uma “galinha ou uma caixa de fósforo” e, até hoje, cooperativas são referência histórica de investimento e de contrapartida à sociedade.

A década de 1970 foi marcada por conjunturas econômicas mundiais de disputa e de crise em alguns setores, em especial o de energia não renovável, isto é, petróleo e derivados. Diz-se, na história brasileira, que o país sofreu fortes impactos da “crise do petróleo”. Com as nações produtoras regulando e escoando a produção petrolífera, existiu uma possível consequência de impacto na produção rural, já que o óleo diesel era comumente utilizado como energia, para o levante de águas, nas lavouras de arroz.

Era preciso lidar com a questão orçamentária e batalhar pelo avanço dos planos de eletrificação. Neste cenário, as cooperativas mais atuantes disputaram espaços com a Ceee, autorizada por lei, em 1961, a gerar, transmitir e distribuir energia elétrica. Em um ambiente de necessidades latentes no campo, as entidades corriam à frente e relembram casos de dificuldades com abertura de cavas, por exemplo, para colocação de postes de energia, que eram imediatamente substituídos e instalados pela Ceee, de forma intervencionista.

Como os recursos federais eram conquistados e manejados por aqueles que os conseguiam, este período foi considerado uma fase de desperdícios e improdutividade, em nome de interesses financeiros e ligados a questões políticas, sem um esforço unificado. Talvez por isso tornou-se um período de perdas. Na região Sul do estado foram extintas duas cooperativas: a Cerfro (Alegrete) e a Coperel (Rio Grande). Constataram como quase eliminadas a Cosel (Encruzilhada do Sul) e a Coopernorte (Viamão). Com as disputas e com o boicote da concessionária, o financiamento destinado às cooperativas Centrais foi repassado a cooperativas do Norte e Nordeste do estado. Imagina-se que, sem a ação predatória da concessionária, entidades como a Cosel e Coopernorte estariam, hoje, no rol das maiores do Brasil, com mais de 30 mil associados cada uma, e o estado, há 30 anos, estaria com quase 100% das propriedades rurais abastecidas.

A atuação da Federação e a consolidação das cooperativas

Em 1973, assumiu a presidência da Fecoergs Seno Dreyer, cooperativista de Teutônia, colocando-a em pleno funcionamento junto com Luiz Pachaly, seu vice, de Cachoeira do Sul. Juntos, promoveram a criação de mais cooperativas regionais, visando cobrir geograficamente o estado.

Dreyer ficou na presidência da Fecoergs até 1983; Pachaly também partiu, naquele ano, para desenvolver cooperativas no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O legado desta presidência foi o intenso avanço da representação no Rio Grande do Sul,

abrangendo em torno de 140 mil propriedades rurais, bem como a criação do sustentáculo do que hoje representa o sistema cooperativista de energia e desenvolvimento rural do estado.

A expressão do movimento cooperativista de energia se mostra, também, por seus números ao longo dos anos. Por exemplo:

1971	1996	2021
10.365 propriedades rurais com energia elétrica	132.285 propriedades rurais com energia elétrica	304.496 propriedades rurais com energia elétrica

Na década de 1970, e nos subsequentes, muitos outros nomes despontaram com extensa atuação no desenvolvimento e consolidação das cooperativas de geração e distribuição de energia elétrica. Entre eles estão: Paulo Brandão Rabelo, Odhyr Heitor Thiesen, Olavo Stefanello, Frederico Damião Bavaresco, Frei Renato Francisco Schmidt, Airton Brust, José Zordan e João Sabino Bonfada.

Fatos memoráveis na consolidação do trabalho cooperado

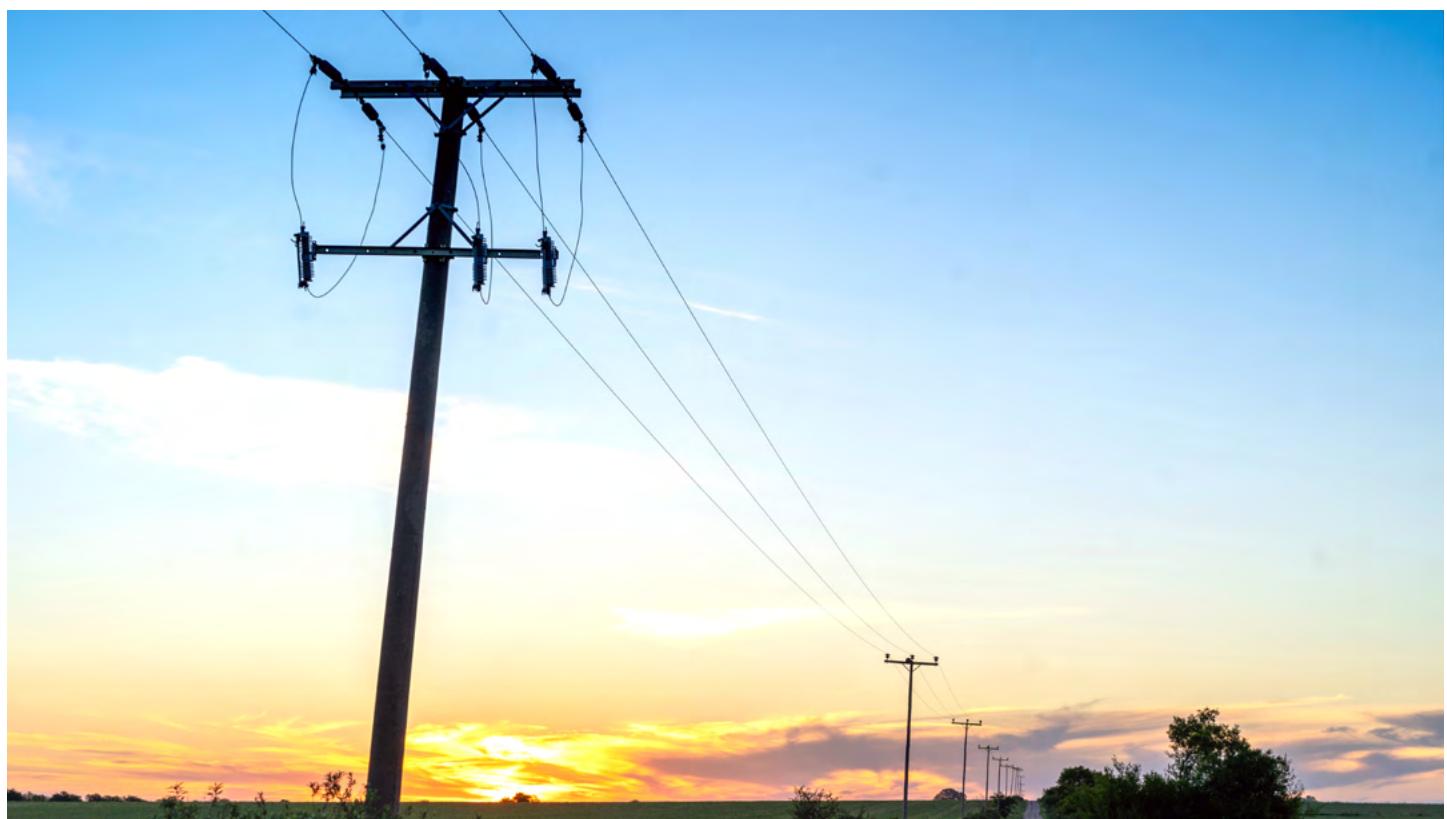
No final daquela década, com o objetivo principal de defender os interesses comuns das cooperativas e Federações estaduais, sob a liderança de Seno Dreyer, foi constituída, em Assembleia Geral, a Confederação Nacional das Cooperativas de Desenvolvimento Rural (Conbracer). A entidade foi estabelecida, especificamente, em evento no dia 7

dezembro de 1977, na sede da OCB, em Brasília. A Conbracer veio fortalecer negociações com o órgão regulador do setor, à época DNAEE e hoje Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em 14 de maio de 1991, por conflito de interesses, as Federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul desvincularam-se da Conbracer, dando origem à Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop), também em Assembleia Geral ocorrida na sede da OCB. Na presidência, esteve Valdir Pimenta da Silva (MS), com Moysés Pistore (PR) como vice-presidente e Maurino Manoel dos Santos (SC) como secretário. Desde

o começo, esta entidade, que completa 30 anos de atividades em 2021, teve a meta de defender os interesses das cooperativas de infraestrutura junto ao governo federal, ao Congresso Nacional e diante de autarquias federais, em especial a Aneel. À sua frente está, desde 1994, Jânio Vital Stefanello, presidente da cooperativa Coprel, de Ibirubá. As regiões Norte e Nordeste do Brasil, de reduzida expressão no setor, ficaram representadas pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural (Conbrac), hoje extinta.

Entre 1980 e 1984, ao que se acenava a abertura política no Brasil, dois momentos ilustraram a expressividade do cooperativismo brasileiro de energia:



o 1º Congresso Americano de Eletrificação Rural, em outubro de 1980, e o Pacto do Taquari, assinado em setembro de 1984, pelo ministro de Minas e Energia Cesar Cals, e Frederico Damião Bavaresco, então presidente da Fecoergs. O evento, um marco na história, ocorreu na sede da cooperativa Certaja, de Taquari, a qual Bavaresco também presidia.

No contexto de abertura política, o que sucedeu, com a Constituição Brasileira de 1988, foi o protagonismo sindical: novamente sob comando de Bavaresco e coordenado por José Zordan, superintendente da Federação, junto a outras entidades, nasceu o Sindicato Patronal das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicooper), o primeiro do Brasil. Na ocasião, Bavaresco, personalidade histórica neste sentido, incentivou os funcionários das cooperativas a fundar o seu sindicato e, assim, surgiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Cooperativas de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (Sitracooper).

Era um momento de afirmação e amadurecimento da atividade cooperada. Em nível estadual, embora se reconheçam esforços do governo de Jair Soares (1983-1987) junto a secretários nacionais de energia e agricultura, a harmonização do trabalho da concessionária estadual com o das cooperativas deu-se apenas no governo seguinte, de Pedro Simon (1987-1990). Seu secretário, Alcides Saldanha, reconhecendo o desafio do setor de energia rural, acreditou na política de geração de energia urgente, em que a união de todos faria a diferença. Ele

entendeu a infraestrutura das cooperativas já instaladas como parte de um sistema mais eficiente no qual, se fosse necessário, as cooperativas pudessem gerar e fornecer energia, inclusive para demanda de concessionárias.

A crise energética: um impulso às cooperativas do RS

No limiar da década de 1990, período de maior crescimento populacional urbano e de diversificação da indústria e do comércio, o campo também crescia. Considerado o valor de mercado do petróleo, uma crise energética constituiu forte ameaça. O Ministério de Minas e Energia projetou a diversificação de fontes de energia, especialmente com o uso do recurso hidráulico. Também previu a implantação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Em consonância com o planejamento federal, o Rio Grande do Sul mudou de atitude frente a embates do setor de eletrificação rural, e em prol de fortalecer as cooperativas. A primeira PCH no estado, de 1993, e que hoje opera com 0,88 MW de potência, surgiu no Rio Pinheirinho, município de Ibirubá, com construção e operação da Coprel. Sua inauguração foi um marco na eletrificação rural do estado.

O fato é que no período de 1987 a 1989 selou-se um pacto de ajuda mútua entre o governo federal, o estado, representado pelo governador Pedro Simon, a Ceee, com o presidente Oswaldo Baumgarten e a Fecoergs, representada por Frederico Bavaresco. O acordo foi celebrado por um protocolo de intenções entre as partes, em 18 de dezembro de 1987, no Palácio Piratini. Os

objetivos eram: gerar energia em pequenas hidrelétricas, distribuir energia elétrica às propriedades rurais e educar para o seu uso racional entre os produtores. Isso culminou na campanha do secretário Alcides Saldanha pelas chamadas miniusinas e, para evitar colapsos de energia, fez-se necessária a união entre concessionária e cooperativas. Mesmo com esforços nacionais e estaduais, na época o Brasil precisava investir US\$ 7,5 bilhões em novas alternativas de energia, porém investiu apenas US\$ 2 bilhões.

Em 1990, o Sistema Fecoergs contava com 43 mil quilômetros de redes de distribuição de energia elétrica, potência instalada de 376.225 kVA, 1.960 funcionários e 123 mil associados/usuários. Para além dos números, havia demanda crescente por energia, e a necessidade de compensação, organização e incentivos à participação das cooperativas na eletrificação rural. Surgiram reivindicações importantes da Fecoergs ao governador substituto Sinval Guazelli: retirada do ICMS de 12% na energia, definição de áreas de implantação das PCHs e ampliação de contribuição na geração de energia. Como resultado direto deste esforço, foram aprovados projetos das cooperativas Coprel, Celetro, Cerfox e Certaja. Posteriormente, foram aprovados os projetos da Certhil e da Cermisões.

Aceleração e implantação de várias PCHs: as micro e miniusinas

Autossuficiência na geração de energia aos associados foi a marca da atuação das cooperativas pós 1990, o que se tornou possível com a implantação

acelerada de PCHs: foram 17 usinas novas até 2006. Este caminho percorrido assistiu brotar, em 1995, a usina Fão, de Fontoura Xavier, a segunda do estado, executada pela Cerfox e com potência estimada de 1,0 MW. Em 1996, nasceu a usina Forquilhinha em Lagoa Vermelha, construída pela Coprel, com potência estimada de 0,7 MW. E em 1999, a usina Buricá, no município de Inacorá, da Certhil, de Três de Maio, com potência estimada de 1,4 MW.

Mais duas usinas nasceram em 1999: Fortaleza, da Creluz de Pinhal, no município de Erval Seco, com potência estimada de 0,80 MW, e a Ceriluz, no rio Buricá, inaugurou sua usina em Chiapeta, com 0,7 MW. Já em 2000, três usinas foram inauguradas: no rio Ijuizinho, no município de Entre-Ijuís, a usina da Cermisões, com capacidade de 3,6 MW; Abaúna, da cooperativa Creral, de Erechim, no município de Floriano Peixoto, com potência de 0,72 MW; e a terceira usina da Coprel, no Rio Jacuí, em Victor Graeff, com 3,3 MW de potência.

Cobrindo o Rio Grande do Sul, mais regiões receberam novas usinas: em 2001, a Creluz inaugurou outra no rio Fortaleza, município de Taquaruçu do Sul, com potência estimada de 1,2 MW. Já em 2002, a Certel de Putinga inaugurou no rio Forqueta uma usina com potência de 6,1 MW. Em 2003, no rio Tigre, de Nonoai, a Creral de Erechim inaugurou usina com potência de 1,0 MW. Outra usina surgiu com grande destaque: a Ceriluz, de Ijuí, no rio Ijuí, a maior de propriedade das cooperativas até então, com 14,3 MW, que entrou em funcionamento em dezembro de 2003.

Encerrando o ciclo, em 2004, a Cooperluz inaugurou sua primeira usina no rio Comandaí, em Campina das Missões, com 1,0 MW. Em novembro do mesmo ano, a Creluz, de Pinhal, implantou usina no rio Braga, em Cristal do Sul, com 0,6 MW. E em 2005, mais três usinas entraram em operação: no rio Santa Rosa, em Santa Rosa, de propriedade da Cooperluz, com 4,5 MW; Certel, no município de Estrela, no rio Boa Vista, com 0,7 MW; e a Cooperluz com sua terceira usina, de 4,5 MW, no rio Santa Rosa. A Creluz, no rio Jaboticaba, implantou uma pequena usina com 0,270 MW. Ao todo, até o final de 2008 foram construídas 20 usinas com capacidade total de 43,25 MW, energia gerada que atendia 25% da demanda das cooperativas.

*PCHs: Pequenas Centrais Hidrelétricas

Nos anos 90, embates e lutas por um mercado promissor

Os anos de 1991 e 1999 marcaram um período de luta pela afirmação conquistada nos períodos anteriores. Um dos maiores desafios era a política tarifária injusta, imposta pelos governos federal e estadual às cooperativas, sem reconhecer o trabalho desenvolvido que, aliás, desonerava a concessionária estadual. Eram necessárias tarifas compatíveis e um mercado justo e sustentável. Diante da situação, duas cooperativas – Cooperluz, de Santa Rosa, e Creral, de Erechim – reagiram em protesto, deixando de pagar tarifas de energia da Ceee consideradas abusivas, lidando também com as exigências intensas do órgão regulador Dnae. O governo do estado chegou a cogitar, através da Ceee, assumir o trabalho destas cooperativas.

Após estudos, em 7 de outubro de 1991, o secretário de Minas e Energia Nilo Quaresma enviou ofício ao governador Alceu Collares (1991-1995), informando o alto custo de assumir as cooperativas. O subchefe da Casa Civil, Reinaldo Ribas, em 16 de outubro de 1991, oficiou ao presidente da Fecoergs, Bavaresco, considerando a encampação das cooperativas inoportuna. Em audiência com o governador, o estado concluiu que, ao invés de encampações, era necessário auxiliar as cooperativas. Disse o governador: “*Sempre recebo cobranças e reivindicações, quando recebi o termo de doação do patrimônio das cooperativas achei que era coisa boa, porém estudos comprovam que não é bem assim*”⁶⁹.

Os embates das cooperativas seguiam em prol da conquista de tarifas de suprimento consideradas condizentes com seu trabalho. Houve períodos de conflito, com episódios de cortes de luz e boicotes em resposta ao não pagamento das cooperativas que protestavam. No governo seguinte, de Antônio Britto (1995-1999), sentiu-se a necessidade de preservação de suas áreas de atuação, frente à parcial privatização da Ceee. Felizmente, os embates sucederam tempos de progresso e vitórias: despachos favoráveis às cooperativas vieram em duas etapas, uma em 1994, ainda com Collares, e outra em 1995, com Britto. Por fim, no governo de Olívio Dutra (1999-2003), as cooperativas tiveram um grande impulso: apoio na busca de financiamentos e expansão de sistemas elétricos e a assinatura de um novo protocolo de intenções que garantisse a construção de mais usinas.

69 Informações do livro “A revolução silenciosa: a saga da eletrificação rural cooperativada do RS”.

Assim como existiram personagens fundamentais na primeira geração das cooperativas de energia rural, destacam-se nomes inestimáveis desta segunda época. Na luta por um tratamento justo, os presidentes e ex-presidentes das cooperativas Egon Édio Hoerlle, Erineo José Hennemann, Jânio Vital Stefanello, Nelson Copini, João Alderi do Prado, Paulo Kreutz, Querino Volkmer, Diamantino Marques dos Santos, Elemar Battisti, Kurt Grenzel, José Benemídio de Almeida, Ronald Stein, José Florentino Barasuol, Iloir de Pauli, Frederico Damião Bavaresco, Renato Pereira Martins e José Zordan, superintendente da Federação, ficarão na história.

A comunicação e a conectividade no campo

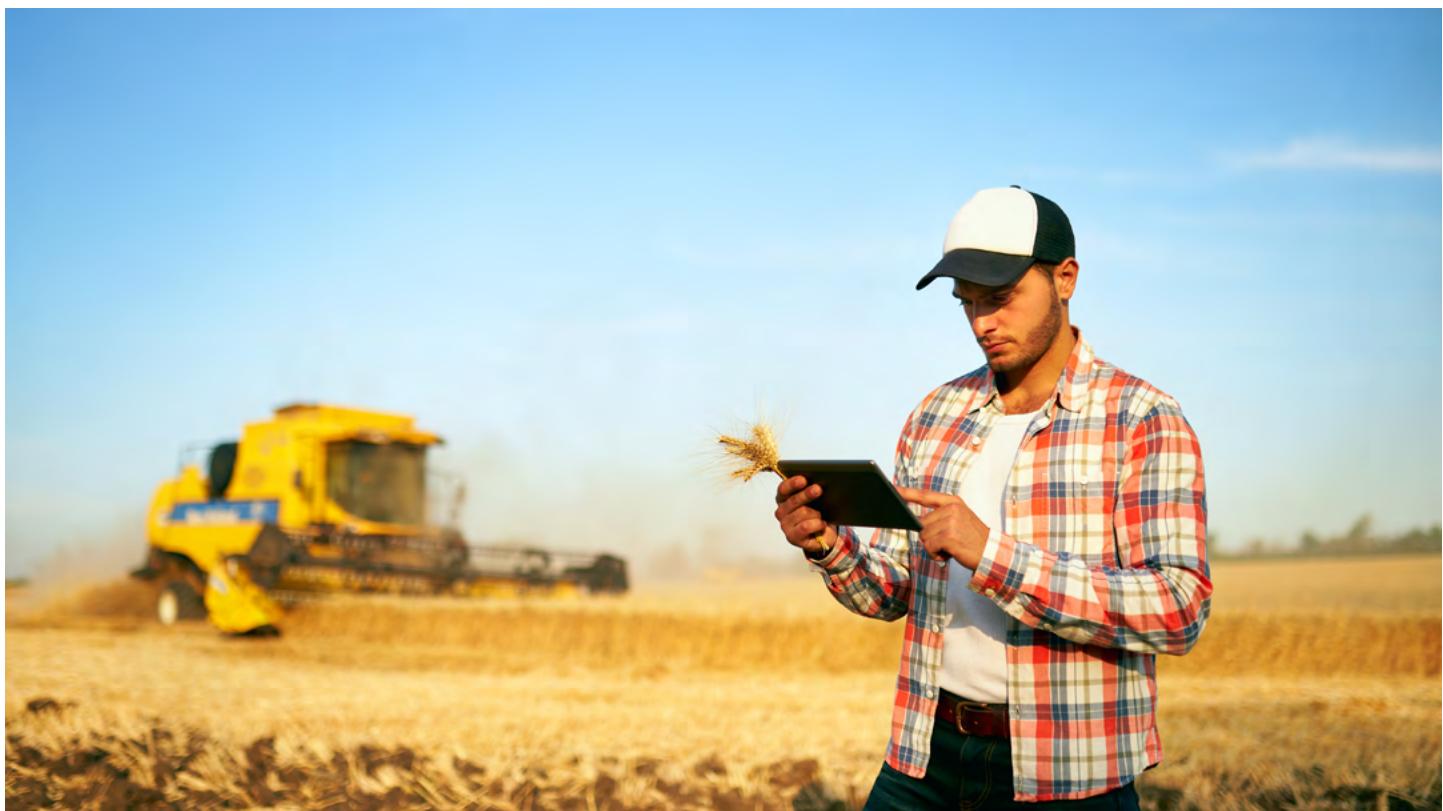
A digitalização no campo é um desafio no Brasil, especialmente pela questão da conectividade, pois o acesso à internet é limitado em algumas regiões do país. Problemas de conexão conhecidos em áreas urbanas são infinitamente maiores nas fazendas e áreas rurais e este é, portanto, um dos maiores obstáculos na implantação de inteligência artificial. As cooperativas de energia e de infraestrutura, cientes das dificuldades e demandas de seus associados em comunicação para um mundo digital, buscam a implantação de internet no campo. Por isso, entidades já pioneiras em levar energia ao meio rural, hoje estão à frente ao disponibilizar conexão para os seus cooperados. Este acesso possibilita a adoção de sistemas operacionais, instalação de maquinários inovadores, sensores e equipamentos que otimizam o trabalho das cooperativas e melhoram a vida do

trabalhador. Duas unidades se destacaram como pioneiras do avanço da internet no campo: a Coprel, de Ibirubá, e a Creral, de Erechim.

O ingresso da Coprel nas telecomunicações surgiu da solicitação dos cooperantes, que viram na cooperativa a realização do sonho de uma comunicação de qualidade no interior, semelhante ao que ocorreu com a energia elétrica, e iniciando-se na década de 1990, pela implantação da telefonia rural. Com o avanço da tecnologia, a demanda evoluiu para a internet no campo. A Coprel Telecom forneceu a tecnologia via rádio em 2006 e, posteriormente, avançou para a fibra óptica, em 2012. Para viabilizar a infraestrutura rural, investiu e investe até hoje nas áreas urbanas, gerando sustentabilidade para a ampliação das redes às famílias agricultoras no interior.

Segundo o presidente Jânio Vital Stefanello, da Coprel, para quem vive no interior, a internet, mais que um serviço, é um recurso poderoso, que viabiliza a sucessão familiar, permite acesso a oportunidades de crescimento e de geração de renda e proporciona uma melhor qualidade de vida às famílias. Cooperativas que, a exemplo da Coprel, superam os desafios do setor de telecomunicações, estão oferecendo condições para que o campo seja um espaço de conexões e de profissionalização, além de muito mais competitivo.

No mesmo caminho, ao perceber a demanda por conexão eficiente e rápida nas áreas rurais, a Creral também lançou serviço de internet, em 2014. Seu presidente, João Alderi do Prado, explicou que a



valorização do associado e a inovação, que são valores da cooperativa, deixam-na atenta aos anseios das comunidades. Mais uma vez pioneira na região, a Creral construiu redes de fibra óptica nas áreas rurais onde não havia sinal ou este era de baixa qualidade, em função da distância das cidades ou por grandes empresas do ramo não priorizarem o atendimento. Hoje, a Creral Telecom está presente em 42 municípios da região Norte do Rio Grande do Sul, atendendo cerca de 17.500 clientes. Destes, duas mil são famílias em mais de 100 comunidades rurais, através do projeto Internet Rural, lançado em 2016. Até dezembro de 2021, a meta é atender todas as comunidades rurais da cooperativa.

Além da Coprel e da Creral, outras cooperativas do sistema Fecoergs vêm implantando ou planejando implementar internet para os associados: Ceriluz, de Ijuí, Coopernorte, de Viamão, Cerfox, de Fontoura Xavier e Certaja, de Taquari.

O Sistema Fecoergs 2021: a expressão do cooperativismo

A trajetória da Federação na consolidação das cooperativas de eletrificação rural persiste. Um trabalho coeso, técnico e estrutural, com o honrado propósito de garantir energia de qualidade a milhares de associados. Nos últimos anos, com mais uma missão a cumprir: a implantação de internet no campo.

Sob a presidência de Erineo José Hennemann, também presidente da Certel, de Teutônia, a Fecoergs tem Renato Pereira Martins, que preside a Certaja, de Taquari, como vice-presidente e Querino Volkmer, presidente da Cooperluz de Santa Rosa, como secretário. Também para o triênio 2020-2023, os conselheiros titulares são Jânio Vital Stefanello, da Coprel, Diamantino Marques dos Santos, da Cermissões, Jairton Nunes Vieira, da Coopernorte e João Alderi do Prado, da Creral. Os conselheiros suplentes são Elemar Batistti, da Creluz, Jaci Jacinto Coelho, da Coopersul, Celso Benedetti, da Certhil e Diógenes Laste, da Cerfox. Para o Conselho Fiscal, os titulares são Iloir de Pauli, da Ceriluz, Paulo Ricardo

Rocha da Silva, da Coopernorte e Diomedes Rech, da Cermissões. Os suplentes são Kurt Grenzel, da Certhil, Lauro Baum, da Certel e Gilberto Coutinho Cunha, da Certaja. Como superintendente da entidade, atua o engenheiro eletricista José Zordan.

A atual composição defende a autossuficiência energética, a internet e a energia no campo como forças do agronegócio e o crescimento das cooperativas de infraestrutura, que geram emprego, renda e energia de qualidade ao associado. Estas premissas estão baseadas na missão da Federação, que é *“Integrar e desenvolver, de forma sustentável, as cooperativas de infraestrutura, exercendo a representação político-institucional, compartilhando conhecimentos e soluções inovadoras”*.

O BALANÇO ATUAL DA FECOERGS APONTA ALGUNS DADOS RELEVANTES:

- Encerrou 2019 com 24 PCHs com potência instalada de 52,84 MW.
- No começo de 2020, possuía mais oito usinas consorciadas, com potência instalada de 84,75 MW, totalizando 137,59 MW instalados. É um potencial que atende 30% da demanda do sistema Fecoergs.
- Contabiliza, de forma incipiente, usinas de energia solar instaladas pela Creluz, de Pinhal, e pela Certel, de Teutônia.
- Mantém alianças entre cooperativas e empresas para viabilizar a construção de novas usinas, pequenas centrais hidrelétricas, termoelétricas e de geração eólica. As unidades em desenvolvimento são das cooperativas de geração: Ceriluz, Certhil, Creluz, Cooperluz, Creral, Certel, Coprel e Coopernorte, cujo resultado das parcerias e consórcios já resultou na instalação de quase 85 MW.

Um trabalho contínuo

Os esforços pelo sistema de distribuição de energia são contínuos, com a construção de novas linhas, redes e subestações pelas cooperativas. Investimentos visam garantir a qualidade e disponibilidade da energia aos associados. Também objetivam o pioneirismo em levar a conectividade ao campo. Em 2020, conquistaram-se 6.062 novos estabelecimentos no meio rural, e um total de 304.496 propriedades supridas com energia. O trabalho das cooperativas beneficia mais de 1,3 milhão de gaúchos, e os números corroboram esse sucesso:

As cooperativas, depois juntamente com a Fecoergs, enfrentaram os desafios que surgiram nestes 70 anos e

foram capazes de vencê-los, principalmente, pela prática do cooperativismo e da interoperação. A sobrevivência e o desenvolvimento das cooperativas de infraestrutura também está enraizada na elevada qualidade dos serviços prestados aos associados, comprovados pelos prêmios recebidos da Aneel nos últimos anos.

A digitalização, a descentralização e a descarbonização do setor elétrico trazem novas questões para as cooperativas de infraestrutura, que precisarão estar preparadas para adotar a inovação e abraçar a sustentabilidade como grandes metas. Estas mudanças e as atualizações do setor elétrico e do novo mundo, mais conectado, são desafios que já começaram a ser enfrentados.

Sistema Fecoergs – Crescimento em cinco anos

ANO	2016	2017	2018	2019	2020
Incremento n.º associados	5.880	5.629	4.318	5.562	6.062
Crescimento consumo energia	3,53%	3,74%	4,26%	3,69%	8,44%
Associados por km redes	4,48	4,54	4,63	4,7	4,69
Consumo energia médio/associado	443 kWh	450 kWh	463 kWh	477 kWh	477 kWh
Número total de associados	282.925	288.554	292.872	298.434	304.496

Cooperativas garantem o direito à moradia

Elton Bozzetto

Jornalista e presidente do Senalba/RS

As cooperativas habitacionais mudaram a paisagem das cidades gaúchas. Sem medo de equívocos, pode-se afirmar que elas inauguraram um ambiente de ordenamento estético e de qualidade de vida. A década de 1970, coincidindo com o nascimento da Ocergs, presenciou a explosão da criação de cooperativas habitacionais e um *boom* de novos projetos.

Conforme estudos realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a concentração demográfica ocorrida no Brasil, a partir da década de 1950, provocou o aumento da população das médias e grandes cidades do estado na faixa de 10% a cada década. Com base nos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa do déficit habitacional se mantém há algumas décadas, e no caso de Porto Alegre é de 8,54% sobre o total de domicílios. Esse indicador aponta que o crescimento demográfico foi sempre superior à oferta de moradia.

Para muitos especialistas da questão habitacional, a grande solução para o problema do déficit está na gestão participativa, por meio de mutirão e de outras formas de ajuda mútua, como a organização em associações ou cooperativas habitacionais. Essa compreensão foi norteadora de um grande

desenvolvimento do cooperativismo habitacional nas décadas de 1970 e 1980.

De modo a mitigar as dificuldades no setor, foi estabelecida a primeira política pública federal em 1968, com a criação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop), uma vez que existia o Banco Nacional da Habitação (BNH) com capacidade de financiamento, utilizando recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No entanto, o Inocoop prescindia de uma ferramenta adequada e competente para implementar efetivamente os programas de edificação. Neste cenário, as cooperativas habitacionais cumpriram missão fundamental para consolidar ações de construção de moradias com qualidade, condições adequadas e preços compatíveis. Pelo sistema cooperativo, o associado conseguia obter sua habitação com valor até 30% abaixo dos preços de mercado.

Neste contexto, a década de 1970 tornou o Rio Grande do Sul uma colmeia permanente com a realização de obras pelas cooperativas. Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo, Ijuí, Caxias do Sul, Cachoeirinha, Novo Hamburgo, Santa Maria, Bagé e outras cidades assistiram a uma verdadeira explosão de empreendimentos. Segundo o presidente da Ocergs, Vergilio Frederico Perius, onde havia desemprego forte e demanda habitacional, era criada uma cooperativa para edificar moradias.

Esse movimento teve uma sinergia público-privada importante. As prefeituras apoiaram, o governo federal injetou recursos do FGTS (criado pela Lei Federal n.º 5.107/1966) através do BNH, o Inocoop

prestou assessoria técnica, social, política e administrativa e as cooperativas se constituíram como viabilizadoras dos projetos habitacionais.

Em razão da existência do BNH, havia recursos disponíveis, de fácil acesso e a baixos custos, com juros na faixa de 3% ao ano, e cerca de 70% dos valores do FGTS eram destinados ao financiamento de construção de habitações, especialmente através das cooperativas habitacionais. Concomitantemente, os sindicatos de trabalhadores tomaram o rumo de atuar no setor de efetiva atividade econômica e social, além dos processos reivindicatórios. Nessa nova via, cada sindicato procurou criar sua cooperativa. Numa cooperativa do Rio Grande do Sul chegaram a se integrar e cooperar 42 sindicatos da área industrial.

Ainda de acordo com o presidente da Ocergs, outro componente importante concorreu para o avanço do cooperativismo habitacional:

Havia grandes lideranças da área legislativa que adotaram um discurso interessante: a via de superação das mazelas sociais era vencer o desemprego, dando dignidade com a casa própria e gerando emprego e formação, tanto para os cooperados, quanto para trabalhadores que atuavam na edificação desses empreendimentos.

A formação se dava via Inocoop com assistentes sociais e juristas que atuavam neste processo de capacitação. Ainda segundo Perius, “antes da entrega



das chaves da casa, havia a obrigatoriedade de participação de um curso sobre cooperativismo durante um mês. No período de execução da obra existiam comissões cooperativas de vários segmentos”.

No Jardim Sabará, por exemplo, aconteceu um belo processo participativo de definição arquitetônica, da ambientação dos imóveis e da escolha das cores. Foi realizado um concurso interno de jardinamento. Neste projeto, havia participação dos sindicatos dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos portuários.

Havia unidade e conexão nas ações organizacionais, políticas, técnicas e administrativas entre as cooperativas. O sindicalismo se tornou construtivo, beneficiando os trabalhadores e assegurando a sua cidadania.

Outras cidades viram implantados projetos expressivos. O caso de Pelotas é emblemático. Existiam na cidade lideranças sindicais fortes. Os bancários, especialmente, tinham muitos líderes de grande capacidade, que não apenas mobilizaram os trabalhadores, mas desenvolveram importantes iniciativas de formação cooperativa. Perius destaca que criar o espírito cooperativo é fundamental para esse empreendimento. E essa qualificação contribui para a sociedade, porque ao tornar a pessoa cidadã pela moradia, vai deixá-la mais ativa e sensível às necessidades de sua comunidade. “Esse período deu uma contribuição fundamental para a sociedade civil gaúcha, porque formou pessoas cooperativistas”, ressalta.

Em Uruguaiana, o cooperativismo habitacional a partir do movimento sindical quebrou um

paradigma importante. De modo geral, as pessoas inseridas na cultura fronteiriça esperavam uma ação do estado ou uma ação externa para melhorar a sua condição de vida. O cooperativismo qualificou os associados para terem iniciativa e buscar a solução para seus problemas no âmbito da mobilização da sociedade, cobrando as políticas públicas compatíveis com as necessidades.

Em Caxias do Sul, os trabalhadores do polo industrial também fizeram grandes mobilizações na área do cooperativismo habitacional. Nessa cidade, havia muita organização dos trabalhadores na base sindical, fator que favoreceu o desenvolvimento de cooperativas habitacionais.

A que precedeu todo o processo do cooperativismo habitacional foi a Corigha, constituída em 1962, que desenvolveu seu primeiro projeto habitacional no Bairro Menino Deus, no qual ainda hoje os primeiros moradores desfrutam de uma excelente moradia. Quando da criação do BNH, que passou a empregar os recursos do FGTS, essa cooperativa cresceu substancialmente com outros empreendimentos, porque antes trabalhava apenas com recursos próprios de poupança e financiamento privado, limitando uma incidência de maior expressão.

A Coinma, que era dos trabalhadores marítimos, construiu grandes empreendimentos em Porto Alegre e Rio Grande, especialmente. Os bancários e os servidores públicos estaduais tiveram realizações significativas, assim como os comerciários, que também se destacaram. Os gráficos fizeram destacadas

mobilizações e, por terem vínculo com a área industrial, integraram a Coohipa.

Expressão nacional

O cooperativismo foi o primeiro grande movimento a levantar a bandeira do direito à moradia no Brasil e, para isso, foi fundamental a inspiração cristã da solidariedade e da dignidade humana. Havia lideranças nacionais que protagonizaram uma mobilização em todo o país com base no direito da família ter um espaço digno de habitação.

A concretização desse movimento nacional foi o 1º Congresso Nacional do Cooperativismo Habitacional, realizado em 1970, em Petrópolis-RJ. Neste evento, foi consolidada uma proposta nacional que se expandiu com significativa expressão até 1986, quando houve a extinção do BNH e os financiamentos habitacionais foram vinculados à Caixa Econômica Federal. Essa instituição assumiu a carteira dos projetos com linha e financiamento a juros de 6%, mas houve arrefecimento.

O BNH foi extinto pelo Decreto n.º 2.291/1986, firmado pelo presidente José Sarney. Esse fato foi crucial pela repercussão política, não financeira, pois houve uma redução do impacto e da força política para a construção de habitações via cooperativas. As irregularidades ocorridas foram a justificativa usada para fazer a mudança. O evento originou a desconstrução de um projeto e de uma política nacional que vinha sendo desenvolvida entre o próprio BNH e as unidades do Inocoop.

Os trabalhadores foram afetados duramente, porque o acesso à habitação passou a ser apenas uma ação bancarizada. Por consequência, a geração de trabalho foi afetada, porque o setor que mais gera empregos no mundo é a construção habitacional horizontalizada, justamente o modelo adotado pelas cooperativas habitacionais gaúchas, por sua concepção filosófica e pela orientação do Inocoop. É importante destacar que os grandes projetos da década de 1970 vieram da base, porque havia no ambiente local, especialmente nas prefeituras municipais, estímulo aos projetos e às organizações dos trabalhadores.

A partir da segunda metade da década de 1980 a habitação tornou-se uma mercadoria e não objeto do direito à moradia. As construtoras se integraram, formaram corporações, geraram investimentos, passaram a construir na concepção vertical para vender a quem tinha condição financeira para comprar. Os projetos populares sucumbiram. Até os imóveis de valor menor passaram a ser administrados pelas grandes corporações, que faturaram alto com o negócio.

Existência e contribuição do Inocoop

Um dos grandes marcos na história da política habitacional brasileira foi a criação do BNH através da Lei n.º 4.380/1964. A entidade tinha como objetivo combater o já significativo déficit habitacional do país e incentivar o desenvolvimento urbano com a construção de moradias econômicas e dignas para as classes trabalhadoras de baixa e média renda.

Entre as iniciativas implementadas pela instituição, destacou-se o Programa de Cooperativas



Habitacionais, desenvolvido pelo engenheiro João Machado Fortes. As cooperativas habitacionais, em sua grande maioria, eram formadas por trabalhadores sindicalizados que necessitavam de assessoria profissional para levar adiante seus planos de produção e aquisição de moradias.

Para realizar esta prestação de serviços de forma competente e confiável, foi fundado o Inocoop, em 20 de dezembro de 1966, por um grupo de empresários com espírito de Responsabilidade Social, ligados à Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas de São Paulo (ADCE/SP). A entidade espalhou unidades por todo o país para assessorar a criação e

viabilizar os projetos de construção das cooperativas habitacionais.

Essa estrutura privada de assessoramento se expandiu pelo Brasil, e mesmo com a extinção do BNH, em 1986, o Inocoop prosseguiu sua atuação de forma responsável e diversificada. No estado de São Paulo, por exemplo, a instituição já ultrapassou a marca de 100 mil moradias entregues, distribuídas em mais de 80 municípios paulistas.

O Inocoop não era repassador de recurso, mas órgão de assessoramento às cooperativas habitacionais. A instituição fornecia toda a orientação técnica, desde a fundação, o impulso ao grupo interessado em formar

a cooperativa, a estruturação jurídica, o suporte à legalização e apoio na representação e na formulação de seus projetos técnicos, como compra de terreno, projeto de construção, organização administrativa e obtenção de financiamento. Na fase seguinte, assessorava todo o processo de gestão, relacionamento com o BNH, edificação e educação dos cooperados.

Uma das preocupações centrais era que o alvo principal das cooperativas habitacionais, a obtenção das moradias, tivesse seus projetos de edificação respeitando os padrões e modelagem estabelecidos pelos associados.

A criação de uma política pública de estímulo ao cooperativismo habitacional foi fundamental, pois muitas pessoas que se associam para formar uma cooperativa habitacional não possuem lastro de poupança e condições financeiras para formar uma reserva capaz de autofinanciar os seus imóveis. Há exceções, como grupos de alguns segmentos profissionais ou de poder aquisitivo maior que conseguem aportar recursos próprios para financiar o empreendimento. Nesse caso, não se está combatendo o déficit habitacional, porque são pessoas e grupos que conseguiriam condição de habitabilidade por outra via.

O Inocoop possuía uma estrutura técnica com assistentes sociais, advogados, administradores, contadores e engenheiros, que conseguiam dar um suporte para os associados. O instituto recebia das cooperativas 2% do empreendimento para remunerar a sua atividade.

No início de sua existência, era frágil a relação entre Ocergs e o Inocoop. O cooperativismo

habitacional, naquele período, era pouco conhecido e mais impulsionado pelos sindicatos do que propriamente pela organização das cooperativas do estado.

Além dos sindicatos, havia mobilização para o cooperativismo habitacional também em alguns setores específicos. O mais expressivo foi o militar. O sociólogo Leão Serrano foi responsável por criar várias cooperativas nesta categoria, uma vez que possuía ascendência sobre esse segmento em razão de seus relacionamentos nos clubes e entidades associativas dos militares. A peculiaridade dessas associações é que não eram fechadas e admitiam outras pessoas interessadas em se agregar a elas. O clube social Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana foi o espaço de muitos debates e de construção dessas ideias.

Na década de 1970, o cooperativismo habitacional foi impulsionado com o apoio técnico do Inocoop e o entusiasmo político dos sindicatos, além do financiamento do BNH. Ao contrário do que alguns segmentos propagaram, segundo Balconi, o Inocoop não dirigia cooperativas. “Elas eram gestionadas por suas diretorias. O papel do Inocoop era a assessoria ao empreendimento”, esclarece.

O objeto prioritário das cooperativas habitacionais eram casas, ou seja, habitações horizontais, e não apartamentos. Porque as casas, além de dar este aspecto cristão-filosófico da dignidade à vivência familiar, propiciavam espaço para ampliação, ambientação e até cultivo de hortas caseiras. Perius reitera sua concepção ao afirmar que a casa inaugura a cidadania: “Se não temos casa, não temos nada, onde nos refugiar, reconciliar”.

No Rio Grande do Sul, o Inocoop organizou e deu suporte à constituição de 94 cooperativas, das quais 79 construíram unidades habitacionais, como mostram os quadros abaixo:

COOPERATIVAS CONSTITUÍDAS

Capital do estado	33
Interior	61
Total	94

COOPERATIVAS QUE CONSTRUÍRAM MORADIAS

Capital do estado	32
Interior	47
Total	79

O somatório dessas iniciativas indica que em todo o território gaúcho foram edificadas 46.838 habitações. Somente em Porto Alegre, foram construídas 26.124 unidades habitacionais. O quadro ao lado mostra as cidades com projetos apoiados pelo Inocoop:

Cidade	Número de habitações
Porto Alegre	26.124
Pelotas	3.646
Rio Grande	2.758
Cachoeirinha	2.145
Santa Maria	1.867
São Leopoldo	1.788
Novo Hamburgo	1.760
Bagé	1.342
Ijuí	1.213
Uruguaiana	631
Alvorada	500
Canoas	414
Sapucaia do Sul	368
Gravataí	320
Passo Fundo	299
Caxias do Sul	236
Cachoeira do Sul	205
Alegrete	192
Cruz Alta	160
Esteio	128
Jaguarão	128
Palmeira das Missões	114
Santo Ângelo	112
Santana do Livramento	96
Santa Cruz	86
Júlio de Castilhos	72
Lajeado/Arroio do Meio	70
Itaqui	64
Total	46.838



A diversidade no formato de organização e financiamento foi a grande riqueza do cooperativismo nessas cinco primeiras décadas de existência da Ocergs. Totalmente financiadas, integralmente autogestionárias, mistas no processo de aquisição de terreno financiado e na construção, foram vários os modelos que nortearam a constituição dos empreendimentos cooperativos. O aspecto mais importante é que o cooperativismo habitacional foi se tornando um referencial tanto para o acesso à habitação básica como para construções de maior qualidade e tamanho, atendendo a um público mais exigente e com

condições de realizar poupança para investimento.

Há o caso da Cooperativa Habitacional dos Municipários de Porto Alegre (Coophampa), que construiu edifícios para seus associados. A sua localização está na Avenida Oscar Pereira, no Bairro Santo Antônio. Foi constituída por Assembleia Geral em 1970, com a edificação viabilizada por meio de recursos de poupança dos associados e financiamento do Banco Sulbrasileiro S.A. A forma das edificações, com uma concepção de residências horizontais, alterou a paisagem do bairro. Somente este núcleo desta cooperativa construiu 996 unidades.

“Os trabalhadores devem ser os protagonistas de sua própria elevação”
Papa João XXIII

Sindicalismo e cooperativismo habitacional: conexão embrionária

Os sindicatos têm o dever de promover a criação de cooperativas. A missão está prevista no Art. 514 da Consolidação das Leis do Trabalho. No dia 1º de maio de 1943 entrava em vigor a CLT pelo Decreto n.º 5.452 do presidente Getúlio Vargas, que definia a responsabilidade dos sindicatos, classificando os ramos do cooperativismo em crédito e consumo. Em sua origem histórica, as cooperativas habitacionais eram consideradas de consumo. Perius afirma que a CLT superou uma cisão e uma disputa entre sindicatos e cooperativas, “implantando no Brasil a mesma concepção existente na Inglaterra, onde cooperativismo e sindicalismo sempre se deram as mãos. Entre os pioneiros de Rochdale, um deles era líder sindical”.

Ele cita como um dos exemplos o *hogar obrero* na Argentina, que é a maior cooperativa habitacional do mundo, com mais de 60 mil imóveis. Essa cooperativa foi criada pelos sindicatos. “Aqui no Rio Grande do Sul, o sindicalismo foi corajoso e audacioso em criar cooperativa para os trabalhadores de sua base representada, porque elas significam bem-estar e qualidade de vida”, ressalta.

Na década de 1970, diante da conjuntura política e considerando a existência de elevados valores do FGTS, o governo federal resolveu atribuir aos sindicatos profissionais a tarefa de criar cooperativas habitacionais. Os trabalhadores acreditaram em suas cooperativas e o sistema foi implementado em todo o país. Ele foi estruturado e bem organizado, com milhares de associados fazendo uma poupança no equivalente a 10% do custo

da unidade pretendida. As cooperativas, como não visavam lucro, tinham condições de oferecer as unidades habitacionais ou lotes urbanizados a preços inferiores aos praticados pelo mercado.

Para o presidente da Federação dos Sindicatos de Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e de Formação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul (Fesenalba/RS) e presidente da Cooperativa do Senalba/RS, Antônio Johann, o sucesso do cooperativismo habitacional protagonizado pelo movimento sindical tem uma explicação clara:

O governo federal fez uma escolha. Usou a credibilidade que os sindicatos possuíam e a aproximação que mantinham com a população alvo das cooperativas habitacionais. Esses fatores resultaram em grande receptividade da proposta, via movimento sindical, graças à competência e disposição das lideranças em viabilizar condições de acesso à moradia como direito humano.

Johann salienta que os sindicatos mantinham estreito relacionamento com os trabalhadores empregados, o que assegurava capacidade econômica de aquisição de suas habitações.

Um olhar sobre o exemplo do Senalba/RS

A criação de cooperativas habitacionais foi uma preocupação desde os primeiros anos de existência do Senalba/RS. Na Assembleia Extraordinária do dia 7 de novembro de 1969 foi formada uma comissão de

estudos para a criação da primeira cooperativa habitacional. Com o advento da Lei Federal n.º 5764/1971, foi universalizada a natureza de constituição de cooperativas habitacionais.

Dante do expresso compromisso de continuidade à luta na questão habitacional, em 31 de maio de 1984 houve a tomada de posse da nova Diretoria, com a condução de Antônio Johann à presidência do Senalba/RS. Em seus planos, estava viva a proposição de estabelecer uma cooperativa habitacional. Mesmo após a extinção do BNH, que facilitava o acesso ao crédito, o sindicato continuou apostando na criação de cooperativas habitacionais. O jornal *O Senalba*, na edição de junho de 1997, noticiava o lançamento do Programa Habitacional, conclamando os associados para se inscreverem no projeto financiado pela Caixa Econômica Federal através do sistema Procred. O terreno de 968 metros quadrados havia sido adquirido pelo sindicato na Rua Sinval Saldanha, 246, no Bairro Alto Petrópolis. O anúncio dizia que “além de trabalhar pela melhoria das condições de trabalho, o sindicato também facilitaria o acesso à moradia, condição essencial para a dignidade humana”.

Houve grande adesão e manifestação de interesse. Na primeira semana de maio de 1998, ocorreu a reunião dos primeiros 23 inscritos entre os mais de 160 interessados que preenchiam as condições e exigências do programa. Em dezembro daquele ano, os selecionados foram chamados para entrega da documentação na Agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal, para a formação do grupo contemplado com financiamento total para o programa

habitacional. De posse da carta de crédito, os mutuários poderiam optar pelo uso do FGTS para abater o valor da prestação ou do total financiado. Seguiram-se as obras pela empresa RP&M Engenharia de Telecomunicações. Após concluídas, foram entregues aos cooperados em 17 de março de 2000, com uma grande solenidade, que contou com a presença de dirigentes sindicais, de políticos e de representantes de instituições apoiadoras.

O sucesso desse empreendimento motivou uma nova iniciativa. Um setor específico foi criado dentro do Senalba/RS com o intuito de cuidar dessa atividade. Buscando consagrar a atuação no segmento do cooperativismo habitacional, foi constituída, em Assembleia Geral do dia 30 de julho de 2003, a Cooperativa Habitacional do Senalba/RS Ltda. Na ocasião, foram aprovados os estatutos da nascente entidade e eleita sua primeira Diretoria. Conforme determina o Art. 5º de seu Estatuto Social, “a cooperativa tem por objetivo a construção de habitações para seus associados, proporcionar a aquisição da casa própria a preço de custo e a sua integração socio-comunitária. Tal objetivo deve ser alcançado através da promoção de empreendimentos habitacionais”.

Antecipando-se a essa constituição e intencionando executar a ação cooperativa, o Senalba/RS adquiriu, em 12 de agosto de 2002, um terreno na Avenida Costa Lima, 564. A cooperativa atendeu, prioritariamente, associados do Senalba/RS e, num segundo momento, foi aberta a adesão para demais integrantes da categoria profissional. O projeto de edificação foi aprovado e licenciado em 22 de outubro

de 2004. Conforme definia a concepção original, foram construídas 30 casas no modelo de sobrado.

As primeiras unidades foram entregues em 3 de abril de 2008. O presidente Antônio Johann afirmou, na cerimônia de entrega das residências, que a cooperativa é uma espécie de oásis pela tranquilidade, qualidade das edificações e segurança oferecida aos associados, pois

(...) esta iniciativa atende também a acordos e convenções internacionais que determinam que os sindicatos têm a obrigação de proporcionar melhores condições de vida para os trabalhadores, como prevê a convenção da Organização Internacional do Trabalho, que trata do trabalho decente.

A cooperativa habitacional Senalba/RS continua a luta pela moradia. Um novo empreendimento cooperativo está sendo projetado para execução na região sul da capital. O presidente Johann salienta que, mesmo com as dificuldades e adversidades de se obter financiamento a juros compatíveis, a entidade continua empenhada na edificação habitacional com intuito de promover o bem-estar e a qualidade de vida aos associados e integrantes da categoria profissional representada pelo Senalba/RS.

Herança de cinco décadas

A contribuição vislumbrada nas últimas cinco décadas é a viabilidade e consistência do cooperativismo habitacional para garantia do direito à moradia. O ideário do cooperativismo na área

habitacional está consolidado. Aniquilaram-se as políticas públicas, reduziu-se o apoio governamental, aumentaram os custos dos financiamentos, mas as cooperativas habitacionais continuam existindo em uma diversidade impressionante.

Outro componente importante é a base conceitual em que foi consolidado. Mesmo com nuances na formulação de propostas de constituição, algumas apenas para viabilizar acesso ao solo, outras incluindo edificações e as demais estendendo sua atuação também para a área do consumo e de outras atividades cooperativas, há uma concepção consagrada para as cooperativas habitacionais. O conhecimento acumulado e solidificado é um aporte inestimável para a humanidade.

A orientação gestionária e a base legal do cooperativismo são outras contribuições fundamentais para a perenidade do movimento cooperativista habitacional. Com frequência, vê-se noticiado o surgimento de novas organizações cooperativas e empreendimentos cooperativados, consolidando um ambiente favorável. Quando cresce a situação de vulnerabilidade social, o cooperativismo aparece como a ferramenta mais lembrada e acionada para garantir o direito à habitação.

O contexto atual

Apesar disso, alguns teóricos e mesmo lideranças do movimento cooperativo afirmam que são heróicas as cooperativas que sobrevivem. Elas têm de trabalhar via poupança própria para aquisição da área, os custos dos financiamentos são exorbitantes e encontram dificuldades com as administrações

municipais em razão da inexistência de orientação técnica específica. Vergilio Frederico Perius afirma que, infelizmente, o cooperativismo habitacional não é meta fundamental dos governos de todas as esferas. “Trata-se apenas como uma meta secundária. Ou seja, o enfrentamento ao déficit habitacional não passa pela concepção do cooperativismo habitacional e nem existem programas consistentes de habitação popular. São raras as exceções”. A herança da transferência da responsabilidade de financiamento habitacional para a Caixa Econômica Federal promoveu a elevação dos juros, fazendo com que as cooperativas não tenham condições de suportar os custos dos financiamentos.

Para Balconi, o avanço do cooperativismo precisa de muita disposição para o trabalho, espírito de liderança, competência e perseverança. Por isso, é tão difícil, hoje, ampliar a ação do cooperativismo habitacional.

Invariavelmente, quando os associados reúnem o espírito cooperativo, as entidades alcançam seus objetivos. A constituição jurídica e o registro formal da cooperativa é a etapa mais fácil de se fazer, porque a própria Ocergs oferece orientação técnica. A maior dificuldade é a assessoria para identificar imóveis passíveis de aquisição e financiamento para compra, além da falta de política pública de estímulo e suporte financeiro às cooperativas.

A necessidade do autofinanciamento é um grande obstáculo para o êxito das cooperativas habitacionais.

Para superar o déficit habitacional via cooperativas, é fundamental que haja vontade política e um programa público de financiamento. Balconi salienta que esses são fatores decisivos:

É impossível beneficiar o público afetado pela falta de moradia com a casa própria sem investimento público. Os trabalhadores de renda baixa não conseguem pagar num período curto o seu imóvel, pela falta de renda. No entanto, numa faixa de padrão mais elevado é possível prescindir do financiamento público.

A partir da década de 1980, as cooperativas habitacionais passaram a ser combatidas pelas grandes incorporadoras, porque sabiam que elas conseguiam construir os imóveis com valores bem abaixo dos custos de mercado. A voracidade do lucro inibiu uma ação continuada e fortalecida do cooperativismo habitacional.

Hoje, o contexto econômico é semelhante ao da década de 1960. O país tem necessidade de gerar mão de obra, e os maiores expoentes para isso são a construção civil e a indústria. Logo, há um contexto favorável ao cooperativismo habitacional, que necessita de uma decisão e vontade política do governo federal de adotar uma política pública que estabeleça o plano de financiar empreendimentos cooperativos habitacionais.

“A falta de cooperação é um protesto contra a falta de consciência e participação involuntária no mal.”
Mahatma Gandhi

CAPÍTULO 9

Protagonistas do Ramo Saúde no Rio Grande do Sul



Este capítulo apresenta as trajetórias de duas Federações com destaque no cooperativismo do Ramo Saúde no Rio Grande do Sul: a Unimed/RS e a Uniodonto Federação/RS. Pela perspectiva de cada uma, será possível compor um cenário do segmento ao longo das últimas décadas.



Unimed/RS e os 50 anos do cooperativismo de saúde no estado

Silvio Peter, Salus Loch

“O passado não está mais aqui e só se pode ter conforto quando se percebe que cada um fez o melhor possível para aconselhar corretamente e em boa hora”.

A frase de Winston Churchill, proferida na Câmara dos Comuns em maio de 1938, dois anos antes de sua posse como primeiro-ministro britânico, encontrou no meio médico gaúcho, nos idos de 1971, um receptáculo perfeito.

Contudo, por aqui, o raciocínio do líder inglês, conterrâneo dos 28 tecelões de Rochdale e responsável por manter o Ocidente de pé, ante os ataques nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, foi potencializado pelo sonho de pioneiros que, primeiro em Santos, em 1967, e depois no Rio Grande do Sul, uniram-se contra a mercantilização da medicina, buscando a valorização do trabalho médico e a melhoria das condições de atendimento aos clientes.

Assim, fazendo mais do que apenas aconselhar corretamente e em boa hora, arregaçaram as mangas e colocaram em prática os princípios do cooperativismo voltado à área da saúde, fazendo nascer a União dos Médicos, ou, simplesmente, Unimed, hoje a maior cooperativa médica do mundo, com 17

milhões de beneficiários, 116 mil médicos cooperados e 345 cooperativas distribuídas em todo o país.

No Rio Grande do Sul, por meio do Sistema Cooperativo Empresarial Unimed/RS, o cooperativismo de saúde está presente em 100% do território, tendo a Unimed Federação/RS como viga mestra, além da Unimed Central de Serviços/RS, a Uniair (transporte aeromédico e táxi aéreo), a Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos do Rio Grande do Sul (Unicoopmed), o Instituto Unimed/RS e a Casa da Memória Unimed Federação/RS, bem como 27 Singulares constituídas em três Coordenadorias Regionais. O Sistema gaúcho também integra a Unimed do Brasil e constitui, com as Federações de Santa Catarina e do Paraná, a Unimed Mercosul.

Em crescimento constante, a Unimed Federação/RS atua em duas frentes de trabalho – ente institucional e ente operadora – e tem como missão promover o aperfeiçoamento da gestão das filiadas e a representação político-institucional. Ao liderar o desenvolvimento das filiadas, organiza em escala maior os serviços econômicos e assistenciais de interesse do Sistema, encarando, na modernidade pós-Covid-19, o desafio de consolidá-lo como empresa, modernizando a estrutura hospitalar e de serviços, com visão cooperativa e de mercado.

A convite da Ocergs, ora cinquentenária – a quem parabenizamos e da qual nos orgulhamos em fazer parte –, convidamos o leitor para conhecer um pouco da trajetória da Unimed/RS, a primeira cooperativa do ramo de saúde no estado, presente na vida dos gaúchos há 50 anos.

Diferentes momentos, os mesmos princípios

Para facilitar o acompanhamento de nossa história, vamos dividi-la em duas fases. A primeira etapa vai do surgimento das singulares pioneiras em 1971 – Erechim, Ijuí, Lajeado e Porto Alegre –, que deram origem, em junho de 1972, ao lado de outras quatro Unidades (Missões, Nordeste, Planalto Médio e Fronteira Noroeste), à Federação das Cooperativas de Serviços Médicos e Hospitalares do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomed), mais tarde chamada de Unimed Federação/RS.

Esse estágio embrionário, repleto de ações balizadoras, segue até meados de 1985, quando se acelera o processo de desenvolvimento e crescimento do Sistema, a partir da adoção de ferramentas de governança, controle e sustentabilidade.

Embora os momentos sejam diferentes, como veremos, os princípios do cooperativismo e a essência dos fundadores seguiram – e seguem – imutáveis, uma das razões do sucesso do presente e elemento norteador do futuro da Unimed.

Primeira fase: 1971 a 1985

1971: AS QUATRO PRIMEIRAS SINGULARES

ERECHIM,

5 DE OUTUBRO DE 1971

Conforme o fundador da Unimed do Brasil, Edmundo Castilhos, “Erechim abriu a porteira do cooperativismo médico no RS”. Criada em 5 de outubro de 1971 por 26 médicos visionários, a Singular de Erechim foi a primeira cooperativa médica registrada no estado. Em sua trajetória, além do arrojo e pioneirismo, a Unimed Erechim tem seu trabalho reconhecido pelo alto padrão de qualidade, inovação, sustentabilidade, investimentos aos cooperados, serviços próprios e comunidade. Com atuação em 35 municípios do Norte do RS, tem 250 médicos e mais de 22 mil beneficiários.

NOROESTE/IJUÍ,

20 DE OUTUBRO DE 1971

A Unimed Noroeste/RS é a segunda cooperativa médica do estado. Fundada em 20 de outubro de 1971, denominada inicialmente Unimed Ijuí, assumiu nova nomenclatura em 2009, reforçando sua atuação em 52 municípios das regiões Noroeste, Celeiro e Médio Alto Uruguai. Conta com mais de 420 médicos.



**VALES DO TAQUARI E RIO PARDO/LAJEADO,
11 DE DEZEMBRO DE 1971**

Os problemas de saúde pública no país mobilizaram lideranças médicas do Vale do Taquari, entre as quais Günter Gauby Fleischhut e Nilson Luiz May, a reunir a categoria em busca de alternativas. Fundada em 11 de dezembro de 1971, como Altomed, a Singular ampliou sua missão em 1977 assumindo a vocação regional, adotando o nome de Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo (VTRP). Abrange uma área de 59 municípios e tem mais de 700 médicos cooperados.

**PORTO ALEGRE,
23 DE DEZEMBRO DE 1971**

Criada por um grupo de 30 lideranças médicas, a Unimed Porto Alegre é líder de mercado na capital gaúcha, Região Metropolitana, Centro-Sul e Litoral Norte do RS. Em sua área de atuação, destaca-se como detentora da maior estrutura em prestação de serviços de saúde, oferecendo soluções completas em assistência a mais de 3 milhões de pessoas. Ao todo, são 355 pontos de atendimento entre serviços credenciados e próprios, que garantem a satisfação de mais de 710 mil beneficiários.

1972

MISSÕES/SANTO ÂNGELO,
24 DE MARÇO DE 1972

NORDESTE/CAXIAS DO SUL,
9 DE JUNHO DE 1972

PLANALTO MÉDIO/PASSO FUNDO,
15 DE JUNHO DE 1972

O Sistema Cooperativo e Empresarial Unimed/RS teve sua certidão de nascimento assinada em Caxias do Sul no dia 25 de junho de 1972, com a denominação de Federação das Cooperativas de Serviços Médicos e Hospitalares do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomed). O palco foi o Salão de Atos do Alfred Hotel, onde, em Assembleia Geral, reuniram-se por volta das 20h30 representantes das sete primeiras cooperativas médicas fundadas até então no estado.

Lá estiveram, conforme ata lavrada pelo médico anfitrião José Carlos Belardinelli, a Unimed Porto Alegre, representada por seu presidente Renan Marsiaj de Oliveira, que viria a ser eleito o primeiro presidente da Fecomed; Unimed Passo Fundo, representada por seu presidente, Luiz Fragomeni, eleito para o Conselho Fiscal; Ijuí, representada por seu presidente, Bruno Wahys, eleito primeiro vice-presidente da Fecomed; Erechim, representada pelo seu primeiro secretário,

1974

CENTRO RS/CACHOEIRA DO SUL,
1 DE NOVEMBRO DE 1974

1975

VALE DOS SINOS/NOVO
HAMBURGO, 1 DE MAIO DE 1975

1977

CENTRO SUL/GUAÍBA, 10 DE
ABRIL DE 1977 (INCORPORADA
MAIS TARDE POR PORTO ALEGRE)

PLANALTO CENTRAL/CRUZ ALTA,
2 DE AGOSTO DE 1977

FRONTEIRA NOROESTE/SANTA
ROSA, 18 DE JUNHO DE 1972

SANTA MARIA,
13 DE JULHO DE 1972

VALE DO CAÍ/MONTENEGRO,
5 DE SETEMBRO DE 1972

UNIMED RS,
25 DE JUNHO DE 1972

Rubens José Munaretto, eleito suplente do Conselho Fiscal; Alto Taquari (sediada em Lajeado), representada por seu presidente Günter Gauby Fleischhut, eleito segundo secretário; Missões (com sede em Santo Ângelo), representada pelo seu presidente Rolando Luiz Stümpfle, eleito segundo tesoureiro; e Nordeste-RS (sediada em Caxias do Sul), representada pelo seu presidente, José Carlos Belardinelli, eleito segundo vice-presidente da Fecomed.

Cada um dos presentes, representando suas singulares na qualidade de delegados, era possuidor de 10 quotas-partes de capital, no valor de 250 cruzeiros.

'De baixo para cima'

Naquela noite de junho, na qual 14 médicos assinaram a primeira ata – sem falar nos outros tantos que passaram pelo Salão do Alfred Hotel, sem deixar

1978

1981

1983

REGIÃO DA CAMPANHA-RS/BAGÉ,
2 DE JUNHO DE 1978

PELOTAS,
18 DE DEZEMBRO DE 1978

JACUÍ/SÃO JERÔNIMO,
28 DE OUTUBRO DE 1981
(INCORPORADA MAIS TARDE
PELA VTRP)

ALTO DA SERRA/VACARIA,
15 DE MAIO DE 1983

SÃO BORJA, 15 DE SETEMBRO DE 1983
(INCORPORADA MAIS TARDE PELA MISSÕES)

registro “por escrito” –, embora quase todos fossem estranhos entre si, algo em comum os unia: o sentimento de que era preciso fazer algo para frear o crescimento acelerado da mercantilização da Medicina, o que fatalmente tornaria a saúde de todos o objeto do lucro de poucos, sem mencionar a má qualidade dos serviços prestados.

O quadro desafiava a consciência dos profissionais de todas as regiões do RS. Para enfrentar tal ameaça, era preciso constituir uma organização sólida e participativa, com abrangência suficiente para se firmar como alternativa real a médicos e usuários. Nasceu assim, de baixo para cima, a Unimed/RS: fruto da boa vontade e de conversas preliminares dos próprios médicos e do trabalho de vários abnegados que saíram pelo estado a difundir entre os colegas, tal qual um catecismo, as vantagens do cooperativismo.

Segunda fase: 1985 até o presente

Em 1985, a Unimed/RS teve, pela primeira vez, uma disputa pela presidência da entidade. O vitorioso foi Nilson Luiz May, que comanda a cooperativa desde então, sendo responsável por implantar novos conceitos de administração e modernização da gestão, com o auxílio de sua equipe de diretores, conselheiros e assessores.

Entre as principais ações desenvolvidas destaca-se a abertura de mais 11 Singulares, alcançando cobertura de 100% do território gaúcho e participação decisiva na fundação da Unimed Mercosul, além da constituição do Sistema Cooperativo Empresarial Unimed/RS, por meio da criação da Uniair, Central de Serviços, Unicoopmed, Instituto Unimed/RS e Casa da Memória Unimed Federação/RS.

OS PRIMEIROS PRESIDENTES DA UNIMED/RS

1972-1974

Renan Marsiaj de Oliveira

1974

Günter Gauby Fleischhut

1975-1980

João Eduardo Irion

1980-1985

Bruno Wayhs

1987

VALE DAS ANTAS/
NOVA PRATA,
18 DE DEZEMBRO DE
1987

1988

REGIÃO FRONTEIRA/
SANTANA DO
LIVRAMENTO,
19 DE MAIO DE 1988

A principal marca da gestão de Nilson Luiz May, contudo, é a unidade, permitindo o crescimento e a consolidação do Sistema.

Segundo o líder maior do cooperativismo de saúde do RS, a fortaleza da marca Unimed está alicerçada nos princípios do cooperativismo, elemento que uniu dezenas de médicos, em diferentes cidades do estado, responsáveis por fundar em 1971 as primeiras Singulares. De lá para cá, observa, o Sistema Unimed/RS cresceu e a marca valorizou-se, no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil.

Ao longo do tempo, especialmente em solo gaúcho, tivemos a coragem de quebrar paradigmas e de nos reinventarmos constantemente, apontando caminhos e entregando as

melhores soluções de saúde aos beneficiários, sem perder de vista a essência de nossos pioneiros, gerando renda para os 15,6 mil médicos cooperados das 27 Singulares.

Destaca May, que cita como exemplo recente a telemedicina, implantada em tempo recorde e que trouxe facilidade de acesso à informação de saúde, sem descuidar da Medicina da pessoa, que privilegia o contato entre paciente e médico. Na modernidade pós-Covid-19, completa o presidente, o desafio é avançar no processo de consolidação do Sistema Unimed/RS como empresa, modernizando ainda mais a estrutura hospitalar e de serviços, com visão corporativa e mercadológica.

1992

1993

1994

URUGUAIANA,
20 DE NOVEMBRO DE 1992

ITAQUI,
21 DE NOVEMBRO DE 1992

ALTO JACUÍ/IBIRUBÁ,
18 DE DEZEMBRO DE 1992

ALTO URUGUAI/TRÊS DE MAIO,
22 DE JANEIRO DE 1993

ENCOSTA DA SERRA/TAQUARA,
16 DE JUNHO DE 1993

FERRABRÁS/TAQUARA,
24 DE MAIO DE 1994 (HOJE, INOPERANTE)

LITORAL SUL/RIO GRANDE, 11 DE JUNHO DE 1994

REGIÃO DA PRODUÇÃO/CARAZINHO,
29 DE DEZEMBRO DE 1994

1994

1995

1997

UNIMED MERCOSUL,

4 DE SETEMBRO DE 1994

A Unimed Mercosul nasceu com o objetivo de prover a intercooperação dos estados do sul do Brasil, denominando-se, hoje, Confederação Regional Mercosul. A Câmara de Compensação Mercosul foi o primeiro passo da Confederação, construindo uma forma adequada e eficiente para o relacionamento entre as Singulares do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Com audácia, acompanhando o movimento econômico, implementou um produto de assistência de saúde para clientes originários dos países sediados no Mercosul. Com a incubação do projeto Mercosul entre os países, esse produto extinguiu-se em 2011.

De sua concepção em diante, muitos foram os projetos iniciados na Unimed Mercosul e que, hoje, encontram-se em uso em âmbito nacional. Destacam-se, com ênfase o Portal Unimed Ltda., o Ajius e o CTNPM. A Confederação Regional, que responde por cerca de 25% do Sistema Nacional, engloba ainda 69 Singulares e, a partir de boas práticas cooperativistas, compartilha ações e projetos com os demais estados, impulsionando a marca Unimed.

ALEGRETE,

**31 DE
OUTUBRO
DE 1995**

UNIAIR, 13 DE SETEMBRO DE 1997

Fundada em 13 de setembro de 1997 com a proposta de consolidar o serviço de remoções aéreas e terrestres nos atendimentos de urgência, a Uniair é, hoje, a maior empresa de transporte aeromédico do sul brasileiro, com uma carteira de 4 milhões de clientes. Atua 24 horas por dia com transporte aeromédico e táxi aéreo (executivo), instalada em hangares próprios no Aeroporto Internacional Salgado Filho (Porto Alegre) e no Aeroporto Governador José Richa (Londrina), com base operacional no Aeroporto de Congonhas (São Paulo) e no Heliporto Heli-Rio (Rio de Janeiro). Presidida por Maurício Goldbaum, a Uniair oferece ainda os serviços de hangaragem (Londrina) e locação de aeronaves. Habilitada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), opera em todo território nacional e demais países da América do Sul, América Central e Caribe.

UNIMED CENTRAL DE SERVIÇOS/RS, 13 DE DEZEMBRO DE 1997

A Unimed Central de Serviços/RS é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, com forma e características jurídicas próprias de uma cooperativa de segundo grau, de natureza civil, capital fechado e sem fim, que atua em quatro ramos: Abastecimento, Regulação, Serviços e Programas de Tecnologia da Informação. Foi fundada em 13 de dezembro de 1997 e está localizada em Canoas, Avenida Getúlio Vargas, 1313, Bairro Niterói. É regida por um estatuto social, tendo como finalidade principal a geração de economia para as 27 filiadas do Sistema Unimed/RS, além da Federação, representando os interesses dos médicos cooperados, clínicas e serviços credenciados, beneficiando uma população de mais de 1,5 milhão de usuários. Desde 2004, a Central é presidida por Jorge Guilherme Robinson e gerou, entre outros benefícios, mais de R\$ 1,5 bilhão em economia ao Sistema Unimed. A Central desenvolve produtos e serviços para o setor de saúde por meio de quatro Programas de Gestão de atividades consideradas estratégicas para o negócio das suas filiadas como Operadoras de Planos de Saúde. Sua atuação, contudo, excede o universo unimediano, oferecendo soluções a empresas e parceiros em todo o país.

2006

**UNICOOPMED,
15 DE SETEMBRO DE 2006**

No dia 15 de setembro de 2006 teve início a Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos do Rio Grande do Sul (Coopsaúde). Seu objetivo inicial era atuar no mercado como uma operadora de planos de saúde. Em 20 de março de 2011, com a mudança de foco, passou a chamar-se Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos do Rio Grande do Sul (Unicoopmed), voltada a atividades de Cooperativa Médica, filiada à Federação/RS, com o intuito de atender às necessidades e solicitações das Unimed's na área de plantões médicos, auditorias e especialidades médicas. É presidida pelo diretor de Saúde e Desenvolvimento da Federação, José Milton Cunha Mirenda.

2007

**INSTITUTO UNIMED RS,
14 DE ABRIL DE 2007**

O Instituto Unimed/RS é uma associação com certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), mantida pela Unimed Federação/RS. Foi fundado em 14 de abril de 2007 para coordenar as ações de responsabilidade socioambiental do Sistema Cooperativo Empresarial Unimed/RS, propondo projetos em nível estadual e assessorando as filiadas no desenvolvimento da gestão de responsabilidade socioambiental. Em afinidade com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tem como propósito consolidar o papel socialmente responsável do Sistema, realizando e/ou apoiando ações e projetos nas áreas cultural, social, educacional e de pesquisa, no campo da saúde, com foco na sustentabilidade, no desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida dos diversos públicos de relacionamento. Presidido por Nilson Luiz May, o Instituto tem como diretor administrativo Alcides Mandelli Stumpf, que também é o diretor de Sustentabilidade de Federação Unimed/RS.

2019

**CASA DA MEMÓRIA UNIMED
FEDERAÇÃO/RS,
26 DE JUNHO DE 2019**

O cenário cultural gaúcho celebrou a abertura da Casa da Memória Unimed Federação/RS em 26 de junho de 2019. Com visitação gratuita, a Casa é um lugar destinado a contar a história da medicina cooperativa no RS. Sua sede é um casarão da década de 1930, patrimônio da cidade de Porto Alegre, que preserva sua história e arquitetura de tempos anteriores à 2ª Guerra Mundial. A Casa da Memória é um espaço vivo para a memória, a arte e a pesquisa. O andar térreo recebe exposição permanente sobre a história da Federação, em âmbito nacional e regional. No andar superior estão localizadas uma sala multifuncional, espaço para exposições temporárias, palestras e oficinas.

Os próximos 50 anos: modernidade e sustentabilidade

No Sistema Cooperativo Empresarial Unimed/RS, os anos de 2020 e 2021 têm sido marcados pela resiliência, inovação e sinergia, elementos que permitem à instituição adaptar-se ao modelo de governança que a pandemia legou a pessoas e mercados.

Sob esse prisma, o trabalho do dia a dia aponta para a construção de uma gestão moderna e sustentável. Uma cooperativa empresa.

Se é verdade que as equipes migraram para o *home office*, não menos verdadeiro é que, mesmo distantes, ideias e espíritos, talvez estão cada vez mais próximos e afinados. Prova disso foi a eleição da Unimed/RS, realizada em março de 2021, de onde emergiram da Assembleia Geral Ordinária apenas vitoriosos, quando foi eleita a nova Diretoria para o triênio 2021-2024, que terá a incumbência de projetar os próximos 50 anos do Sistema.

Pela unanimidade dos votos dos presidentes e delegados das 30 Unimeds filiadas, Nilson Luiz May foi reeleito no cargo, tendo Jorge Antônio Martines como vice-presidente de Integração e Relações Estaduais e Flávio da Costa Vieira como vice-presidente de Relações Institucionais. Não houve derrotados, nem reclamações ou manobras judiciais, porque a verdadeira democracia cooperativista, a meritocracia da competência, se fez valer.

A harmonia político-institucional, administrativa e operacional produz e fortalece o Sistema como uma grande e modelar organização corporativa, na qual todos os dirigentes das Singulares sentem-se coparticipantes, representando os 15,6 mil cooperados no estado. Prontos para o futuro, os líderes gaúchos desejam que o sentimento seja o guia moral e ético a conduzir o cooperativismo médico para a sua perenidade, sem divisionismos e vãs disputas pelo poder, até porque, como ensina o mesmo Churchill da abertura deste texto, “sucesso não é final, a falha não é fatal, é a coragem de continuar que conta”.

NOSSOS NÚMEROS

- **27** Unimeds Singulares
- **15,7 mil** médicos cooperados
- **1,7 milhão** de beneficiários
- **53** clínicas e laboratórios próprios
- **19** pronto-atendimentos próprios
- **10** SOS próprios
- **9** hospitais próprios
- **3** hospitais-dia próprios
- **2.387** hospitais, clínicas e laboratórios credenciados
- **11.762** colaboradores para garantir qualidade na assistência médica, hospitalar e de diagnóstico complementar oferecidos
- **497** municípios cobertos (MF-Diops, dezembro/2020)

DIRETORIA FEDERAÇÃO UNIMED/RS 2021-2024

Presidente, Nilson Luiz May

Vice-presidente de Relações Institucionais, Flávio da Costa Vieira

Vice-presidente de Integração e Relações Estaduais, Jorge Antônio Martines

Diretor Administrativo, Valter Augusto Heinz

Diretor de Controladoria e Finanças, Gerson Antônio Reis da Silva

Diretor de Inovação, Luis Carlos Galleano de Melo

Diretor de Saúde e Desenvolvimento Humano, José Milton Cunha Mirenda

Diretor Operacional, de Intercâmbio e Regulação, Paulo Roberto de Oliveira Webster

Diretor de Sustentabilidade, Alcides Mandelli Stumpf



Uma caminhada cooperativa em busca do sorriso

Dr. Irno Augusto Pretto

Presidente Uniodonto Federação/RS

Na década de 1970, inicia-se a industrialização do Vale do Taquari e, com as cooperativas de crédito e rural, surge a Cooperativa Avícola Vale do Taquari (Coopave). Para atender os profissionais do “chão de fábrica”, os médicos criaram uma cooperativa, Altomed, em movimento surgido em Santos. Nós, dentistas da região, participamos do cooperativismo aplicado à odontologia.

Em 15 de setembro de 1972, os colegas dentistas do Vale do Taquari, numa assembleia em Lajeado, com os mesmos técnicos que organizaram a Altomed (atual Unimed), estruturaram a cooperativa odontológica. Em 3 de outubro do mesmo ano, com a eleição de uma Diretoria, cria-se a cooperativa de prestação de serviços do Alto Vale do Taquari Ltda., Odontocoop, hoje Uniodonto. Na mesma época, também surgiu a Cooperativa Odontológica de Santos.

Os cooperativistas Dr. Wilson Deves, presidente, e Dr. Rogério Lopes, superintendente da Altomed, nos acolheram na sua sede, e assim, superamos a fase mais crítica da Odontocoop, em 1985. Em 1992, participamos da 1º Convenção Nacional do segmento, realizada em Santos.

Uniodonto Vale do Taquari e Rio Pardo

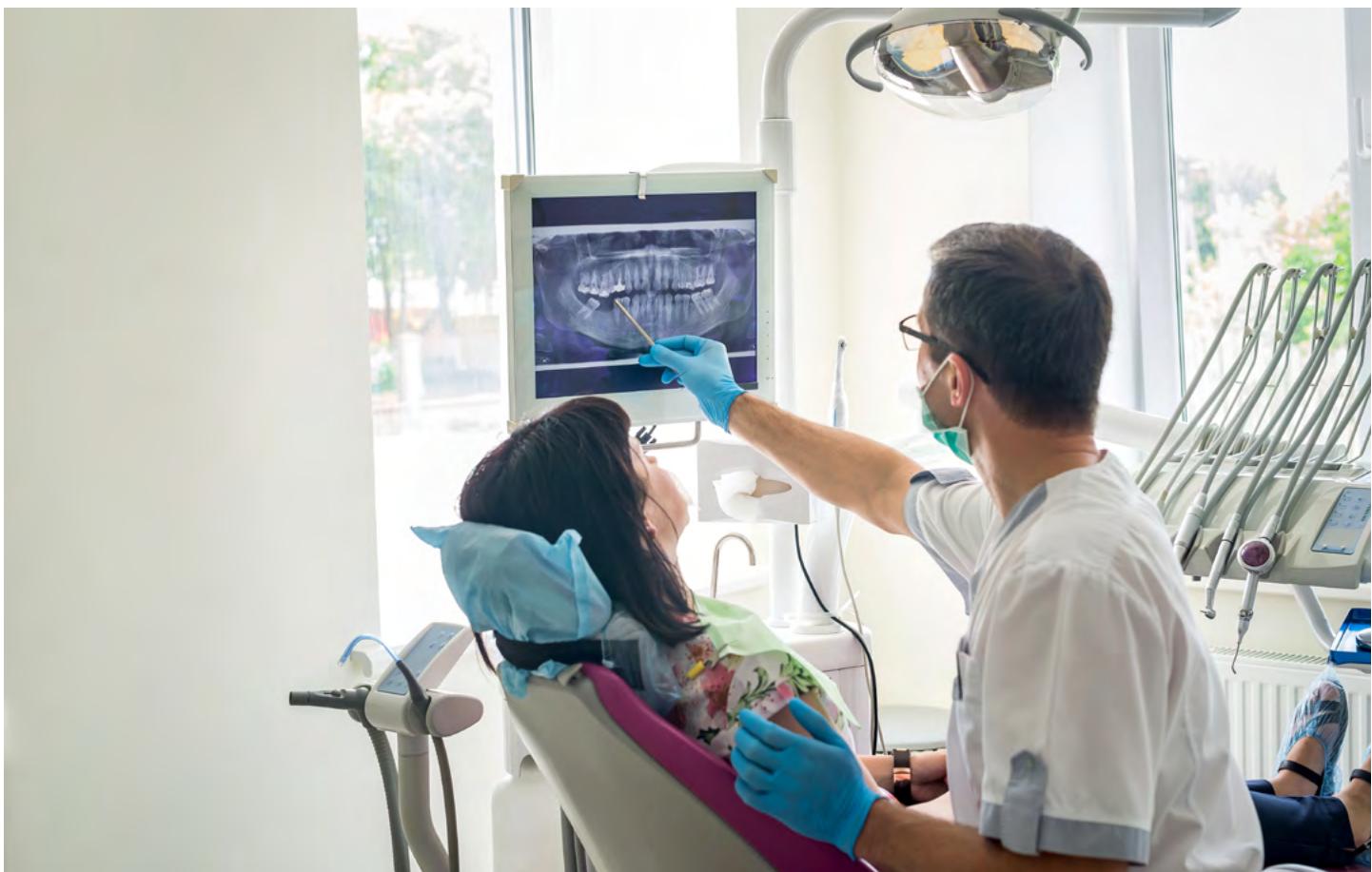
Hoje, a Uniodonto Vale do Taquari e Rio Pardo têm sedes próprias nas cidades de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, atuando em 45 municípios destas regiões. Atualmente, possui convênios firmados com 130 empresas, atendendo, entre planos de pessoas físicas e jurídicas, 23,3 mil usuários.

Nosso quadro de profissionais é formado por 168 cooperados, sendo 1,78% doutores, 8,33% mestres, 38,69% especialistas e 51,19% clínicos gerais. “Acreditando na força do cooperativismo como a melhor forma de possibilitar o acesso do usuário a um trabalho qualificado e garantir renda ao prestador de serviço, a Uniodonto se desenvolveu de maneira extraordinária”, destaca o presidente, Dr. Ditmar Ary Kühn. A Diretoria atual também é composta pelo vice-presidente, Dr. Irno Augusto Pretto, e pela superintendente, Dr.^a Mariele Cristina Filter Schuch.

Uniodonto Erechim

A fundação da Uniodonto Erechim ocorreu em 12 de junho de 1975 por um grupo de 38 de dentistas. O primeiro presidente foi o Dr. Constantino Luis Forlin. São 64 municípios na nossa área de atuação, que é conhecida como região do Alto Uruguai Gaúcho.

Atualmente, reúne 45 cooperados, sendo a Diretoria composta pelo presidente, Dr. Claiton Tirello e pelo vice-presidente, Dr. Gustavo Centenário. A Uniodonto Erechim deixou de ser operadora na data 4 de janeiro de 2018 e passou a ser prestadora. Assim, fortaleceu e aproximou os laços com a Uniodonto Federação/RS.



Uniodonto Porto Alegre

Em 24 de maio de 2021, a Uniodonto Porto Alegre comemorou seus 45 anos de história. São mais de quatro décadas atuando com excelência e qualidade na prestação de serviços em saúde bucal. O índice de aprovação é de 95% dos seus clientes, que se consideram “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o atendimento recebido pelos dentistas cooperados.

A atual gestão, eleita em 2014, vem contribuindo para esta trajetória de sucesso. A Diretoria é constituída pelo presidente, Dr. Júlio César Maciel, pelo

vice-presidente, Dr. Luis Carlos Montanari e pelo superintendente, Dr. José Augusto Rodrigues.

Alicerçada em um processo consistente de planejamento estratégico, foco nas necessidades dos clientes, sociedade e regulação, a gestão vem alcançando índices de rentabilidade que possibilitam investir em inovação e melhorias constantes dos processos. Graças aos nossos resultados, no próximo ano teremos a inauguração da nova sede da cooperativa, em Porto Alegre, tão sonhada e esperada por todos os cooperados, colaboradores e clientes.

Uniodonto Passo Fundo

Em 4 de setembro de 1980, um grupo de 49 dentistas à frente de seu tempo reuniu-se para fundar uma cooperativa de dentistas na cidade de Passo Fundo, visando acompanhar os passos já dados em outras regiões do estado e do Brasil. Neste dia nasceu a Uniodonto Passo Fundo, com o Dr. Idelvino Parizzi como presidente e o Dr. Marialvo Martinelli como vice-presidente. De lá para cá, a entidade cresceu forte e perseverante nos seus princípios, colhendo os frutos de uma realidade chamada cooperativismo.

A atual gestão é composta pelo Dr. Rodrigo Rosso, presidente, Dr.^a Marlise Maria Schuster Nunes, vice-presidente, Dr.^a Adriana Campos Bigliardi, diretora e Dr.^a Pamela Martins da Cruz, suplente.

Uniodonto Fronteira Oeste

Em 30 de novembro de 1993 reuniram-se na cidade de Santana do Livramento 42 cirurgiões-dentistas com a finalidade de constituírem uma sociedade cooperativa, cujo objetivo principal era promover o espírito cooperativista no seio da classe odontológica como forma de defesa da classe. No dia 1º de maio de 1998 realizou-se a mudança para a sede própria, já reformada, onde atualmente se encontra a Uniodonto.

Em 29 de julho de 2009 foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária que visou a alteração estatutária do nome da cooperativa para que esta começasse a representar a área abrangida para sua atuação. Ao congregar os dentistas cooperados dessas localidades, passou então a denominar-se Uniodonto Fronteira Oeste/RS.

Os anos transcorreram e assim chegamos aos dias atuais. Hoje somos 81 cooperados atuando na cidade de Santana do Livramento e região. As dificuldades impostas pelo mercado e pela legislação específica criada para os planos de saúde transformaram aquele ideal, aquele sonho. Fomos em busca da profissionalização e, de repente, sem nem mesmo termos imaginado, a Uniodonto transformou-se em uma empresa com metas, deveres, obrigações e necessidade de resultados.

A atual gestão é composta pelo Dr. Luiz Fernando M. Bidart, presidente, e pelo Dr. Miguel L. Roldan, vice-presidente.

Uniodonto Rio Grande-Litoral

Em 23 de abril de 1998 criou-se a Uniodonto Rio Grande-Litoral, com 22 dentistas, graças à iniciativa do Dr. Kleber Gomes Alt, entusiasmado com a experiência da Uniodonto Porto Alegre e de outras cidades do estado. Com o apoio da Unimed Litoral Sul, a classe odontológica rio-grandina aderiu à ideia do cooperativismo e a comunidade ganhou um serviço de excelência em prol da saúde bucal.

Atualmente, contamos com 37 cooperados de diversas especialidades e clínica geral. A acessibilidade e o conforto proporcionados aos cooperados, beneficiários e colaboradores foram levados em conta na construção da sede própria, inaugurada em 29 de abril de 2014. A estrutura conta com dois pavimentos: no andar superior, o setor administrativo e a sala de reuniões. Na parte térrea situa-se a recepção, a sala de estar, a sala de esterilização e a clínica com três consultórios, gerando trabalho para 16 cooperados.

Temos orgulho em pertencer ao Sistema Uniodonto, somos fiéis aos princípios e valores do cooperativismo.

Uniodonto Vale dos Sinos

A Uniodonto Vale do Sinos foi fundada em 13 de abril de 1999 por um grupo de 28 odontólogos desta região. Com sede em São Leopoldo, atualmente conta com um grupo de 42 cooperados, distribuídos em 34 cidades. Contempla 16.500 usuários, em 118 empresas e com duas clínicas localizadas em São Leopoldo e Novo Hamburgo.

“O sistema não é isolado. Nós, singulares, não podemos viver isoladamente. Não tem como. Aí fundamos, em 1999, a Uniodonto Vale dos Sinos, com ajuda muito grande da Uniodonto Porto Alegre e da Federação. Nosso elo aqui é a Federação”, destaca o Dr. Marco Antônio Machado, presidente da Uniodonto Vale dos Sinos. Também integram a Diretoria o vice-presidente, Dr. Luiz Francisco Monteiro Flores e a superintendente, Dr.^a Rafaela da Silva R. C. de Aguiar.

Uniodonto Missões

Em 27 de outubro de 1999, um grupo de cirurgiões-dentistas de Santo Ângelo, Santa Rosa, Três de Maio e Horizontina reuniu-se para fundar uma cooperativa ligada ao Sistema Uniodonto, bem como os estatutos de conformidade com as mesmas regras. Na ocasião, foi estabelecido dar continuidade aos registros na Federação do Rio Grande do Sul, na Central das Uniodontos, hoje Uniodonto do

Brasil e na recém-criada Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ligada ao Ministério de Saúde, bem como o registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, a cooperativa conta com 26 cirurgiões-dentistas, com maior atuação em Santa Rosa e Santo Ângelo e em outros municípios de sua área de abrangência. Sua sede situa-se na cidade de Santo Ângelo, na Rua Marechal Floriano, 1530, sobreloja. A Diretoria é composta pelo presidente, Dr. Roberto dos Santos Hochheim, o vice-presidente, Dr. Walter Daronco e o superintendente, Dr. Flávio Schmidt.

O reconhecimento da Uniodonto pela comunidade é a consequência de um bom trabalho por todos estes anos, representando a consolidação de todo um sistema cooperativo, cujo nome é sinônimo de liderança nacional no mercado em assistência odontológica.

Construção de uma união no Rio Grande do Sul

Na sede do Clube Comercial de Encantado, a Uniodonto Federação/RS foi constituída no dia 29 de novembro de 1991, com a eleição do primeiro Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Federação:

- Dr. Luiz Antônio de Brito – Presidente
- Dr. Irno Augusto Pretto – Vice-presidente
- Dr. Leo C. de Castro M. Horn – Secretário

Segundo o Dr. Luiz Antônio de Brito, primeiro presidente da Uniodonto Federação/RS,

(...) em busca de uma Odontologia humana, nos aproximamos dos colegas, onde levávamos mensagens de otimismo, publicando matérias que orientavam o profissional na busca do aperfeiçoamento técnico, científico e ético. Juntos, enfrentamos as dificuldades que afetavam diretamente a nossa atividade, advindas do desequilíbrio econômico e social que afligiu a sociedade brasileira como um todo.

Por sua vez, o Dr. Irno Augusto Pretto, atual presidente, explica que a Uniodonto Federação/RS

(...) se fundamenta em princípios e valores alicerçados na união e colegismo que marcam o sistema cooperativo. É o resultado de um trabalho árduo desenvolvido ao longo de muitos anos e que foi construído baseado na história que nos trouxe até aqui. Dos tempos da faculdade, trouxemos a humildade e o respeito em tratar os pacientes que, à época, nos oportunizaram o aprendizado. Pessoas simples que acabaram por ter um papel fundamental em nossa formação e nos ofereceram a sua amizade. Foram tempos de muita coragem, mas também de muito medo. Ao longo desses anos, encontramos foco na Odontologia, na transparéncia com os colegas cooperados e com os beneficiários do Sistema Uniodonto.

Por fim, o Dr. Léo C. de Castro M. Horn, segundo presidente da Uniodonto Federação/RS, completa dizendo:

Em nossa gestão se consolidou a emancipação econômica, com mais alguns contratos firmados, como, por exemplo, o do Sindicato dos Telefônicos (Sinttel/RS). Também teve início uma representatividade com a criação de ramos cooperativistas e fui titular do ramo saúde. Ainda durante esta gestão fizemos várias visitas às Singulares para auxiliar na implantação das modificações que foram ocorrendo com as normas da Agência Nacional de Saúde (ANS). Foram realizadas palestras na UFRGS, na Ulbra e Universidade de Passo Fundo, apresentando o cooperativismo odontológico e o Sistema Uniodonto para alunos e professores de odontologia.

A Central Nacional das Uniodontos

Na convenção de Santos, em 1992, o primeiro presidente da Federação das Uniodontos do Brasil, Dr. Dalton Nunes da Silva, disse: “Quando fraquejamos nas dificuldades no início da Federação Nacional, se não houvesse o otimismo e o espírito empreendedor e cooperativista do colega gaúcho, Dr. Irno Pretto, não teríamos o sucesso de hoje”.

Sob a gestão do Dr. Maud N. Fragoas (1987-2007), a Federação foi transformada em Sistema Nacional Uniodonto de Cooperativas Odontológicas das Uniodontos do Brasil. Ele destacou: “Nosso compromisso é continuar trabalhando pela excelência, ética e transparéncia que fizeram o nosso sistema sinônimo de qualidade”.

Coube ao Dr. Antônio I. C. Alarcon, presidente da Central Nacional das Uniodontos, a adequação

da Superintendência de Seguros Privados (Susep) em junho de 1998, que dispunha dos planos de saúde. Na sua presidência foi criada a Central Nacional das Uniodontos do Brasil para atender a nova regulamentação dos planos, e que atualmente agrupa 119 Singulares.

Celebra o Dr. José Alves de Souza Neto, presidente da Uniodonto do Brasil (2019-2023), nos seguintes termos:

Se nós imaginarmos que viemos de duas cooperativas, Santos e Vale do Taquari, ninguém constrói isso sem ter um objetivo claro do que quer. É uma história bonita porque foi gradativa e não foi sozinha. Nós vamos fazer de tudo para honrar o que eles fizeram por nós. Gostaria de deixar um agradecimento muito grande a todos eles, um abraço caloroso de gratidão e orgulho de poder fazer parte daquilo que eles começaram e que colocaram essa semente maravilhosa.

O maior símbolo da felicidade

Nós, da Federação, procuramos constantemente o equilíbrio, aperfeiçoando a liderança com justeza e consciência crítica, sempre em prol da persuasão e da união. A persistência tornou-se uma constante em nossa história, aliada à resiliência e à busca pela verdade. Vivemos todos esses anos com forte motivação.

Muitas vezes foram necessárias condutas firmes e fortes, mas jamais perdemos o calor humano e o coleguismo. Nossa profissão, a Odontologia, tem o

conhecimento da Medicina, a sensibilidade de um artista e os princípios de um artesão. Ao passar desses longos anos, tivemos que entender a alma humana e agora, recentemente, incorporar tantas inovações tecnológicas.

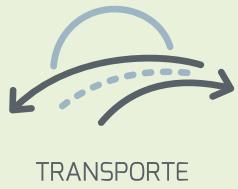
Apesar das mudanças, nossos olhos jamais deixaram de buscar o maior símbolo da felicidade: o sorriso. Sim... o sorriso é a nossa grande meta!



CAPÍTULO 10

A evolução histórica do Ramo Transporte

**Adelar Steffler,
Leticia Warken,
Tatiana Francisco**



As cooperativas de transportes nasceram como caminho para organização, profissionalização e liberdade dos pequenos e médios transportadores que buscaram, neste modelo societário, condições para exercerem sua profissão de forma digna e economicamente viável.

O Ramo Transporte, até o início dos anos 2000, teve suas atividades inseridas no Ramo Trabalho. No entanto, devido às muitas particularidades que o setor exigia, sentiu-se a necessidade de um acompanhamento mais próximo por parte de toda a equipe do Sistema OCB. As cooperativas precisavam não apenas se adequar à legislação cooperativista, mas às regras do Departamento Nacional de Trânsito, às portarias do Ministério dos Transportes e às publicadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e foi justamente por isso que em 2002 criou-se um ramo específico para atender o segmento.

Em 2019, essa estrutura passou por uma revisão, em um processo de modernização, no qual o ramo permaneceu com o mesmo nome, mas seu conceito foi ajustado. A sua definição passa a trazer expressamente a condição do cooperado proprietário ou possuidor do veículo.

A consolidação das cooperativas de transporte através de ramo próprio na OCB, com representações em Conselhos Estaduais e Nacionais e o reconhecimento da Categoria de Transportadores de Cargas pela ANTT, vem proporcionando um crescimento significativo. Houve avanços nas discussões tributárias e legislações específicas que são grandes diferenciais para o setor, mas há um longo caminho a percorrer.

Deste modo, cooperativas formadas por motoristas de veículos de carga ou de passageiros, que não detenham a posse ou propriedade destes, devem ser classificadas no Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços. Além disso, as que se dedicam a transporte turístico, *transfers* e bugues, cujos cooperados sejam proprietários ou possuidores dos veículos, e que eventualmente estivessem enquadrados no antigo Ramo Turismo e Lazer, devem ser reclassificadas para o Ramo Transporte.

As cooperativas que atuam no setor de transporte dividem-se em transporte coletivo de passageiros (táxi, vans e micro-ônibus) e transporte de cargas (caminhões, camionetas e utilitários).

As cooperativas de transporte de cargas têm características diferenciadas, com demandas específicas de ordem setorial, técnico-operacional e

constitutiva. O exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas é regulamentado pela ANTT, através da inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), no qual as cooperativas possuem categoria específica, a de Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas (CTC).

Dados demonstram relevância do setor

Quem está acostumado a pegar táxi ou ônibus, contratar serviço de entregas ou utilizar transporte escolar sempre vai se deparar com uma cooperativa de transporte de passageiros ou cargas. Neste ramo, estão reunidas várias modalidades: o transporte individual de passageiros de táxi e mototáxi, o coletivo, de passageiros de vans e ônibus, e o transporte de cargas, que são veículos maiores como caminhões, contendo as mais variadas modalidades de serviços nacionais e internacionais.

Em âmbito nacional, a frota das cooperativas de transporte de cargas soma aproximadamente 29 mil veículos. Ela é responsável pela circulação de 500 milhões de toneladas de cargas dentro e fora do país. Já as cooperativas de passageiros transportam 2 bilhões de pessoas por ano, com uma frota de aproximadamente 60 mil veículos.

O anuário da OCB de 2020 mostrou que o Brasil possui cerca de 1,09 mil cooperativas do Ramo Transporte, agregando cerca de 99,6 mil cooperados e 8,5 mil empregados. Além disso, o transporte está em destaque como um dos quatro segmentos com

os quais os brasileiros mais se relacionam, com cerca de 40% no transporte de carga ou passageiros, além de 35% no Ramo Consumo, 34% no Ramo Crédito e 41% no Ramo Saúde.

O cooperativismo de transporte no estado

No Rio Grande do Sul contamos com 81 cooperativas do Ramo Transporte, nos segmentos de entrega expressa, transporte de passageiros, Central de compras e negócios e a grande maioria no serviço de transporte rodoviário de cargas, no qual os principais produtos transportados são grãos, leite *in natura*, fertilizantes, cimento, couro, autopeças, combustíveis, frigorificados e produtos líquidos (químicos). Além disso, 31 cooperativas atuam diretamente no transporte internacional nos países do Mercosul e Chile.

A Central, composta por 13 cooperativas, realiza a gestão e compras de insumos (pneus e combustíveis), serviços de seguros, acesso a tecnologias, capacitações, suporte técnico e representação institucional.

Em nível estadual, estas cooperativas representam cerca de 9,7 mil associados e 330 empregados inseridos diretamente no ramo. Desde 2017, o transporte vem crescendo cerca de 13% ao ano, buscando melhorias em seus indicadores de desempenho.

Por trás de uma longa jornada de cooperativismo neste segmento estão as histórias de muitos presidentes e dirigentes, que buscam melhorias de forma contínua e um crescimento conjunto de seus associados.

O Sr. Adelar Steffler, membro do Conselho de Ética da Ocergs, presidente da Central Rede Transporte desde 2019 e atualmente representante do RS na Câmara Temática e Conselho Consultivo do Ramo Transporte na OCB, está no cooperativismo desde 2006. Naquele ano, em conjunto com um pequeno grupo de 23 motoristas, fundou, no município de Arroio do Meio, o que viria a se tornar a Cooperativa de Transportes do Vale do Taquari, a Vale Log, onde é presidente desde o início. Para este grupo, o principal motivo de constituir uma cooperativa era acabar com os atravessadores, tanto na questão de cargas como nos insumos, pois grande percentual dos ganhos que eram necessários para manutenção das atividades não ficava com o transportador.

Desafios e oportunidades

Em um cenário em que a complexidade e as mudanças se apresentam cotidianamente, ameaçando modelos de negócio historicamente estabelecidos, tornou-se cada vez mais importante que as organizações atuem de maneira estratégica e alinhada. E o setor de transporte está no centro de transformações cada vez mais relevantes no Brasil e no mundo.

Pensando nos desafios que o atual contexto impõe especificamente ao segmento, o setor elaborou um trabalho de reflexão estratégica, que serve como orientador das ações do Sistema OCB e está focado nos eixos: Representação, Mercado e Gestão e Governança. Além destes, as cooperativas de transporte também voltam os olhares e o pensamento



estratégico para a questão da inovação, seja ela do ponto de vista de processos, de forma interna, ou externa, com lançamento de produtos e serviços a fim de atender o mercado com agilidade, qualidade e preços competitivos.

É impossível pensar em transportes sem agregar o valor da tecnologia da informação, que se tornou uma área vital para o sucesso de um negócio. Tecnologia e logística andam juntas, principalmente no que diz

respeito ao desenvolvimento de soluções que ajudam a otimizar os processos, tornar os resultados mais satisfatórios e garantir maior qualidade para as empresas que são atendidas pelas cooperativas.

Há muito espaço para inovação no setor, mas é necessário prestar atenção na regulação do Brasil. Não se pode deixar de mencionar os caminhões autônomos, que estão no radar de todos que falam de transporte de cargas *high-tech*. Esse assunto, porém,

ainda está longe de ter uma aplicação viável no país, porque o caminhão autônomo precisa de uma rota fixa para poder ter, de fato, autonomia. É, contudo, um tema que continuará aparecendo cada vez mais.

Alguns importantes fatores levam à necessidade de fortalecimento da representação do cooperativismo de transporte, entre eles o desconhecimento de muitos atores sociais, como a mídia e as entidades governamentais, sobre as características diferenciadas das cooperativas de transporte, sua relevância e potencial econômico. Outro fator de destaque é o entendimento e debate das principais demandas do ramo para transformá-las em políticas, leis e regulações favoráveis ao segmento.

Para o contínuo crescimento, as cooperativas devem focar na profissionalização e qualificação de todos os envolvidos, sejam eles conselheiros, dirigentes, associados ou motoristas. Também precisam adotar tecnologias de ponta, organizar a intercooperação com outros setores e, para além do transporte de cargas, oferecer opções aos associados que agreguem valor à atividade e gerem retorno positivo, como infraestrutura adequada, estacionamento, postos de gasolina, oficinas, borracharias, pontos de abastecimento e, principalmente, soluções em tecnologias de monitoramento de frota, reduzindo custos operacionais.

A capacidade de inovar, de prestar de serviços de qualidade e de agregar valor aos clientes são diferenciais competitivos dentro da governabilidade das cooperativas. A eficiência, a produtividade, a melhoria dos recursos humanos e a alocação dos recursos

financeiros são alguns exemplos de elementos que caracterizam a gestão de uma organização. No caso do modelo cooperativista, somam-se a esses aspectos o desafio da governança, a necessidade de mediar os interesses da cooperativa e de garantir a participação dos cooperados nas decisões.

Como em todos os segmentos, a presença de dificuldades não seria diferente. No Ramo Transportes, há necessidade de altos investimentos na infraestrutura nos modais de transportes por parte do governo, sejam eles em hidrovias, ferrovias, rodovias ou setor portuário.

A crescente competitividade externa e a economia oscilante do país reforçam a importância de as cooperativas serem cada vez mais eficientes em custos. Dadas as dimensões territoriais do Brasil, o transporte de carga é um elemento de custo desafiador para gerir. Somam-se a isso os diversos anos de baixo investimento em infraestrutura, assim como a dificuldade de acesso a informações sobre transportes alternativos ao tradicional e custoso modal rodoviário.

As cooperativas também devem investir em novas modalidades de veículos e implementos, sistemas e softwares, plataformas digitais e controle de todas as gestões operacionais, financeiras e contábeis, para além daquilo que é de responsabilidade do governo. Desse modo, será possível concretizar a visão de futuro que buscamos para o segmento: ser reconhecido pelo poder público, pelo cooperado e pela sociedade por sua competitividade, profissionalismo e integridade cooperativista.



Este livro foi composto em Cormorant,
e impresso pela gráfica Edelbra em
papel Couchê Silk 90g/m², pela
Editora Palavra Bordada em 2021.